

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE DIREITO**

**DIREITO DA INTEGRAÇÃO:
A TRANSITORIEDADE JURÍDICA NO MERCOSUL**

Aluna: Larissa Caetano Mizutani

Orientadora: Professora
Doutora Maria Elizabeth
Guimarães Teixeira Rocha

Curso: Direito

4º PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - 2006

Brasília - DF
1º semestre / 2006

LARISSA CATEANO MIZUTANI

**DIREITO DA INTEGRAÇÃO:
A TRANSITORIEDADE JURÍDICA NO MERCOSUL**

Trabalho elaborado para o 4º Programa
de Iniciação Científica – PIC 1º semestre /
2006, do curso de Direito, do UniCEUB.

Orientadora: Professora Doutora Maria
Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Brasília – DF
2006

SUMÁRIO

1. Introdução da pesquisa	5
1.1. Tema, Objeto e Justificativa.....	5
1.2. Objetivos.....	12
1.3. Revisão da bibliografia / Fundamentação teórica	13
1.4. Metodologia	16
 2. Apresentação, interpretação e análise de dados.....	 18
2.1. Os elementos essenciais da integração.....	18
2.1.1. Elemento social	18
2.1.2. Elemento econômico.....	23
2.1.3. Elemento político.....	30
2.1.4. Elemento jurídico.....	38
 3. O Direito da Integração.....	 42
 4. Perspectiva histórica: antecedentes do MERCOSUL.....	 46
 5. Direito da Integração no MERCOSUL.....	 50
5.1. Fontes do Direito da Integração no MERCOSUL.....	52
5.1.1. O Direito da Integração Originário	53
5.1.1.1. O Tratado de Assunção	53
5.1.1.2. Protocolos adicionais ou complementares ao Tratado de Assunção.....	59
5.1.1.2.1. O Protocolo de Ouro Preto.....	60
5.1.1.2.2. O Protocolo de Olivos	64
5.1.2. O Direito da Integração Derivado Interno	66

5.1.2.1. As decisões do Conselho do Mercado Comum.....	66
5.1.2.2. As resoluções do Grupo Mercado Comum.....	70
5.1.2.3. As diretrizes da Comissão de Comércio do MERCOSUL..	72
5.1.2.4. Os laudos do Tribunal Permanente de Revisão	73
5.2. O processo de aplicação do Direito da Integração do MERCOSUL.....	75
6. As Constituições dos Estados partes e o Direito da Integração.....	81
6.1. A Constituição argentina.....	81
6.2. A Constituição paraguaia.....	83
6.3. A Constituição uruguaia.....	84
6.4. A Constituição brasileira.....	85
6.5. A Constituição venezuelana.....	86
7. O Direito da Integração e sua transitoriedade no MERCOSUL.....	88
8. Resultado da análise e interpretação dos dados.....	90
9. Conclusões finais.....	92
9.1. Os resultados obtidos respondem as perguntas de pesquisa?.....	92
9.2. Os objetivos foram alcançados?	92
10. Plano de trabalho 1º semestre 2006.....	94
11. Referências.....	95
12. Anexos.....	100

1. Introdução da pesquisa

1.1. Tema, Objeto e Justificativa

O tema proposto por este trabalho insere-se no âmbito de Direito Internacional Público e, acessoriamente, no Direito Constitucional. Trata-se de análise jurídica do Direito da Integração no MERCOSUL, Direito este que caracteriza e regulamenta as relações jurídicas do Bloco no estágio atual de integração.

Este tema carece de investigações específicas, já que o assunto é encontrado como subtítulo ou referência doutrinária em temas abrangentes. Busca-se, pois, investigar a transitoriedade do Direito da Integração vigente no Cone Sul, tendo como referência o objetivo comum proposto pelos Estados Partes em instituir o MERCOSUL.

O Direito da Integração pode ser considerado, segundo Fernando de Magalhães Furlan, como:

[...] o conjunto de regras de direito das gentes formuladas e aplicáveis no processo de integração dos Estados conformadores de uma pessoa jurídica de direito internacional, derivada da integração das partes e recepcionadas nas respectivas ordens jurídicas internas (FURLAN, 2004, p.139).

Ressalte-se que em sua definição o Direito da Integração traz consigo o elemento transitório, uma vez que sua existência pressupõe um *processo* de integração, e não a consolidação de uma pretensão integradora.

Faz-se necessário registrar, como meio comparativo de conceitos, o Direito Comunitário, existente na União Européia. A proposta de integração diferencia-se em sua origem, pois a característica principal do Direito Comunitário visa “*a composição de uma ordem supranacional de incidência imediata no ordenamento jurídico dos Estados integrantes da comunidade*” (FURLAN, 2004, p.137).

Evidencia-se, portanto, que o Direito da Integração é aquele existente no âmbito do MERCOSUL por suas características e, ainda, por se adequar a um processo de integração, e não a uma comunidade integrada de ordem supranacional.

Diante do tema apresentado, surge o problema a ser pesquisado: qual é a função jurídica do Direito da Integração no desenvolvimento do MERCOSUL?

Em face deste questionamento, nascem as indagações a seguir:

1. O desenvolvimento do processo de integração no Cone Sul depende do Direito da Integração?
2. O Direito da Integração é consequência de um processo de integração ou há a necessidade, em um processo de integração regional, a adoção deste novo ramo de Direito?
3. O Direito da Integração tem caráter transitório, servindo apenas ao período em que se encontra o processo de integração, ou possui caráter permanente, sendo adotado como o direito a ser aplicado no âmbito do MERCOSUL?

São levantadas as hipóteses seguintes:

1. Um processo de integração desenvolver-se-á quando seus fatores basilares estiverem consolidados, entre eles o elemento jurídico. Faz-se necessário inserir o processo de integração dentro de um ordenamento próprio, o Direito da Integração, para que haja coordenação de atos jurídicos realizados no âmbito Bloco, bem como garantia de segurança jurídica destes atos e, principalmente, organização institucional. Desta forma, o desenvolvimento do processo de integração do Cone Sul será possível e ordenado.
2. A medida em que o processo atinge níveis maiores de integração percebe-se a necessidade de se adotar um sistema jurídico aplicável àquela realidade. O Direito da Integração é uma necessidade e deve ser reconhecido como tal. Simultaneamente, sua existência deve ser notada, vez que nasce o Direito da Integração com o próprio processo, com a criação de novas fontes de direito específicas capazes de atender às necessidades dos Estados membros integrados.
3. O Direito da Integração é resultado de um processo de integração; sendo assim, enquanto perdurar este processo, será este o Direito a ser aplicado. Se, antes, a integração tornasse inerte e o processo cessasse, as normas emanadas dos órgãos até então formados respeitaria as regras de Direito Internacional Público, tendo caráter de tratados internacionais (*lato*

sensu) e aplicação interna conforme regras do Direito Interno de cada Estado parte. Mas se, ao contrário, o processo de integração tiver continuidade, então o Direito da Integração estará vigente até que o nível de integração desejado – no caso do MERCOSUL, o mercado comum – seja alcançado.

O Mercado Comum do Sul é o resultado bem-sucedido dentre tantas experiências de integração da América Latina.¹ Sua constituição iniciou-se por meio do Tratado de Assunção, firmado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em 26 de março de 1991. Ele representa a vontade dos quatro Estados Partes em avançar no processo de integração regional, conforme o disposto na parte introdutória do referido documento:

Conscientes de que o presente Tratado deve ser considerado como um novo avanço no esforço tendente ao desenvolvimento progressivo da integração da América Latina, conforme o objetivo do Tratado de Montevidéu de 1980;²

O MERCOSUL assenta-se em três elementos essenciais: o econômico, o político e o jurídico. Pode-se, portanto, analisá-lo por estes três aspectos: a questão econômica, razão pela qual se originou o Bloco e que o sustenta;³ a motivação política, que abrange fatores históricos, regionais, sociais; e o fator jurídico, que legitima e regulamenta as relações estabelecidas dentro dos aspectos anteriores.⁴ Pretende-se, neste trabalho, focar o terceiro

¹ Márcio Monteiro REIS explica: “Em 1960, são assinados o Tratado Geral de Integração Econômica Centro-americana, formando o Mercado Comum Centro-americano (MCCA) e o Tratado de Montevidéu, formando a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC), seguidos em 1973 pelo Tratado celebrado em Chaguramas, que criou o Mercado Comum do Caribe (CARICOM)”. (REIS, 2001, p. 220).

² Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai. (BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2005).

³ “Considerando que a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social;

“Entendendo que esse objetivo deve ser alcançado mediante o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis a preservação do meio ambiente, melhoramento das interconexões físicas a coordenação de políticas macroeconômica da complementação dos diferentes setores da economia, com base nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio; [...]”. (BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2005).

⁴ Segundo Haroldo PABST, “[...] há consenso acerca da irreversibilidade do processo de integração regional e quanto à necessidade de estabelecer-se uma estrutura jurídica básica para que a integração possa fluir com mais facilidade e com menos atritos”. (PABST, 1998, p. 109).

aspecto, o elemento jurídico do MERCOSUL, delimitando a pesquisa à transitoriedade do Direito da Integração.

Faz-se necessário, *a priori*, verificar a existência de um Direito no MERCOSUL. Quanto a isso, o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL (Protocolo de Ouro Preto) declara:

Artigo 41

As fontes jurídicas do Mercosul são:

- I. O Tratado de Assunção, seus protocolos e os instrumentos adicionais ou complementares;
- II. Os acordos celebrados no âmbito do Tratado de Assunção e seus protocolos;
- III. As Decisões do Conselho do Mercado Comum, as Resoluções do Grupo Mercado Comum e as Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul, adotadas desde a entrada em vigor do Tratado de Assunção.

Artigo. 42

As normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo terão caráter obrigatório e deverão, quando necessário, ser incorporadas aos ordenamentos jurídicos nacionais mediante os procedimentos previstos pela legislação de cada país.⁵

Não restam dúvidas que existem normas mercosulinas. Ana Cristina Paulo Pereira, no entanto, alerta:

(...) não podemos esquecer que a existência de um “direito do MERCOSUL” está forçosamente vinculada à questão da entrada em vigor de suas normas no plano internacional. Por conseguinte, se aceita a tese de que o direito derivado do MERCOSUL somente entra em vigor no plano internacional uma vez incorporado ao ordenamento jurídico interno de todos os seus Estados Partes, claro está que inexistiria tal direito. Por outro lado, se a vigência da normativa do MERCOSUL, no plano internacional dá-se a partir de sua adoção no seio do órgão comum competente, salvo os casos em que a própria norma impõe outras condições, então pode-se afirmar a existência de um direito no MERCOSUL, com todas as suas peculiaridades (PEREIRA, 2001, p.66).

⁵ Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL. (BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2005).

Como assinala o Artigo 42 supramencionado, tais normas emanam de órgãos que integram o sistema legislativo do Bloco, como se depreende do Artigo 2 do Protocolo de Ouro Preto:

Artigo 2

São órgãos com capacidade decisória, de natureza intergovernamental, o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do Mercosul.

Assim, Jean-Marie Lambert distingue norma mercosulina originária, que encontra sua fonte no Tratado de Assunção e protocolos, de norma mercosulina derivada, emanadas dos órgãos decisórios apontados no Artigo 2 do Tratado de Assunção (LAMBERT, 2002, p.345). Pode-se, pois, tratar de Direito da Integração no MERCOSUL.

O Direito da Integração é o instrumento pelo qual o processo de integração jurídica se desenvolve. Este processo visa atingir um determinado nível de cooperação entre os Estados Partes. Fernando de M. Furlan assim distingue:

1. Integração zero: não há interdependência econômica formalizada.
2. Integração via tratados convencionais: acordos abrangem setores específicos das relações comerciais.
3. Zona de livre comércio: não existem barreiras tarifárias e não-tarifárias ao comércio de bens e serviços entre os Países-Membros. As políticas comerciais são autônomas em relação a terceiros países.
4. União aduaneira: adoção de uma tarifa aduaneira comum. Coordenação dos agentes governamentais. Poderá haver a criação de organismos supranacionais, de acordo com o nível de aprofundamento do processo. Modelo intermediário de integração.
5. Mercado comum: livre circulação de bens, serviços e fatores de produção. Políticas econômica e social harmonizadas. As políticas de concorrência e comercial são administradas por órgãos supranacionais.
6. União Européia: é o estágio mais avançado de integração. Há unificação econômica, monetária, fiscal e cambial. Envolve a renúncia da “soberania nacional” em temas acordados (FURLAN, 2004, p.123-124).

Esta divisão não é a adotada por Luciana de Medeiros Fernandes, que a restringe entre zona de livre comércio até União Européia, chamada integração econômica total, com características diversas (FERNANDES, 2002,

p.155-156). Ela prevê a supranacionalidade, por exemplo, apenas no último estágio de integração, seguindo Bela Balassa (BALASSA, 1961, p.13; 144; 159).

Cabe, ainda, ressaltar que a classificação de níveis de integração comercial adotada pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro reconhece a Zona de Preferências Tarifárias, a Zona de Livre Comércio, a União Aduaneira, o Mercado Comum e a União Econômica e Monetária.⁶ Observa-se, pois, que a existência de união aduaneira, mercado comum e o estágio último de integração (denominada União Européia, integração econômica total ou união econômica e monetária), os quais serão tratados neste trabalho, é comum às classificações apresentadas.

Os Estados Partes optaram, de acordo com o Tratado de Assunção, a criação de um Mercado Comum. Conforme exposto acima, o MERCOSUL não atingiu o seu objetivo final, ou seja, ser um mercado comum. Ele insere-se no nível anterior, o de união aduaneira e, assim mesmo, incompleta.⁷ Destarte, há que se buscar os meios necessários para a efetiva implementação do Mercado Comum do Sul, respondendo aos anseios comuns dos Estados Partes.

Neste contexto, o Direito da Integração revela um caráter transitório, situando o MERCOSUL entre um Direito Internacional Regional e o Direito Comunitário experimentado pela União Européia. As bases jurídicas são necessárias para que os objetivos estabelecidos no Tratado de Assunção sejam alcançados. Para tanto, o foco jurídico do MERCOSUL é relevante para o sucesso ou fracasso do Bloco.

Verifica-se, pois, que o estudo do Direito da Integração no MERCOSUL como elemento jurídico transitório indica uma reavaliação dos objetivos traçados pelo Tratado instituidor do Bloco e em que medida o Direito ora aplicado é eficiente para alcançar tais objetivos. A carência de fontes bibliográficas que tratem especificamente do tema urge a pesquisa sobre assunto de grande relevância. Conhecer o Direito que regulamenta as relações

⁶ O MERCOSUL comercial. (BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2005).

⁷ Roberto de Almeida Luquini esclarece: "Não obstante, até hoje o Mercosul continua sendo uma união aduaneira imperfeita, ainda que a livre circulação de bens contemple quase a totalidade dos bens". (LUQUINI, 2004. p.254).

jurídicas do MERCOSUL há quinze anos é determinar o que ele é e o que pode vir a ser.

1.2. Objetivos

Gerais:

- Estabelecer a função jurídica do Direito da Integração no MERCOSUL, tendo em vista os objetivos comuns que ensejaram a criação do Bloco.

Específicos:

- Examinar a natureza do Direito da Integração.
- Contextualizar os conceitos de soberania e supranacionalidade no caso do MERCOSUL.
- Elucidar a proposta de integração do MERCOSUL relacionando-a com o Direito da Integração.
- Destacar a transitoriedade do Direito da Integração no MERCOSUL.

1.3. Revisão da bibliografia / Fundamentação teórica

O tema abordado neste trabalho é recente quanto à sua denominação. O termo “Direito da Integração” foi utilizado pela primeira vez no Brasil pelo Professor Celso D. de Albuquerque Mello, na obra intitulada “Direito Internacional da Integração”(MELLO, 1996). Àquela época ainda não se falava de Direito da Integração, mas se fazia referência a uma subespécie de Direito Internacional, o da Integração, devido ao fenômeno jurídico que se observava na Europa, na Comunidade Econômica Européia, fase anterior à União Européia.

O Professor Mello, analisando as diversas organizações mundiais, registrava, em suas conclusões que a “primeira conclusão que podemos apresentar é que não existe um DI [Direito Internacional] da Integração Universal, vez que ele só aparece na Europa” (MELLO, 1996, p.335).

Pode-se aferir que a expressão “Direito da Integração” referia-se ao direito encontrado nos grupos de Estados que estavam em processo de integração, o que acontecia com os países europeus antes da consolidação da União Européia e, conseqüentemente, da adoção não mais de um Direito da Integração, mas de um Direito Comunitário.⁸

A expressão “Direito da Integração” não é, todavia, consolidada na doutrina, quando se faz referência ao Direito que existe no Bloco. Parte dos doutrinadores, como Roberto de Almeida Luquini (LUQUINI, 2004, p.260), Luciana de Medeiros Fernandes (FERNANDES, 2002, p.199), Jean-Marie Lambert (LAMBERT, 2002, p.332) e outros classificam o Direito existente no MERCOSUL como Direito Internacional Público clássico, pois as fontes das normas aplicáveis ao bloco provêm de tratados internacionais e dependem do mesmo procedimento de internalização dos demais tratados internacionais não-mercosulinos. Significa dizer que não possuem aplicabilidade direta. No entanto, os dois últimos autores referem-se ao Direito do Bloco como direito mercosulino, entre outras expressões similares.

⁸ “O direito da integração é, assim, uma espécie embrionária de direito comunitário”. (FURLAN, 2004, p. 138).

Por outro lado, grande parte da doutrina⁹ reconhece uma diferença entre o Direito Internacional Público clássico e o Direito existente no MERCOSUL. Márcio Monteiro Reis chama-o de Direito Internacional Público especial (REIS, 2001, p.242). Já Paulo Borba Casella faz o seguinte comentário acerca do Direito da Integração:

Na qualidade de ferramenta da integração, é justamente através de normas jurídicas comuns que se constrói, progressivamente, a institucionalização da integração e se faz a consolidação de espaço economicamente integrado (CASELLA, 1996, p.230).

Seguindo a corrente que adota a expressão Direito da Integração em relação ao Direito existente no processo de integração do MERCOSUL, este trabalho basear-se-á nos parâmetros doutrinários por ela apresentado.

A segunda questão do objeto de pesquisa a ser levantada está relacionada ao estágio de integração que o MERCOSUL se encontra. Neste ponto, a doutrina é convergente. Mesmo que o fim estabelecido pelo Tratado de Assunção seja a constituição de um mercado comum entre os Estados Partes, o MERCOSUL não atingiu tal grau de integração econômica.

O processo atingiu o nível de união aduaneira, que importa, nos dizeres de Luciana de Medeiros Fernandes:

[...] em eliminação de direitos aduaneiros e políticas mercantis restritivas para as trocas comerciais entre os estados componentes da união, impondo também o nivelamento (uniformização) do tratamento aduaneiro conferido, pelos membros da aliança, aos Estados que dela não participam, com a instituição de uma tarifa externa comum e do regime geral de origem (FERNANDES, 2002, p.155).

Afere-se, pois, que o MERCOSUL permanece em processo de integração para alcançar a qualidade de mercado comum, conforme define o Ministério das Relações Exteriores:

A maior diferença entre o Mercado Comum e a União Aduaneira é que esta última regula apenas a livre circulação de mercadorias, enquanto o Mercado Comum prevê também a livre circulação dos demais fatores produtivos. A expressão "fatores produtivos" compreende dois grandes elementos: capital e trabalho. Da liberalização desses fatores decorre, por um lado, a livre circulação de pessoas (trabalhadores ou

⁹ Para citar alguns: Luiz Olavo Baptista, Paulo Borba Casella, Fernando de Magalhães Furlan, Celso D. Albuquerque Mello, Haroldo Pabst, Márcio Monteiro Reis, entre outros.

empresas) e, por outro, a livre circulação de capitais (investimentos, remessas de lucro, etc.).

Do ponto de vista dos trabalhadores, a livre circulação implica a abolição de todas as barreiras fundadas na nacionalidade, mas também a instituição de uma verdadeira condição de igualdade de direitos em relação aos nacionais de um país. No que se refere ao capital, a condição de Mercado Comum supõe a adoção de critérios regionais que evitem restrições nos movimentos de capital em função de critérios de nacionalidade. Em tais situações, o capital de empresas oriundas de outros países do Mercado Comum não poderá ser tratado como "estrangeiro" no momento de sua entrada (investimento) ou saída (remessa de lucros ou dividendos).

Além disso, o Mercado Comum pressupõe a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais (definição de metas comuns em matéria de juros, fiscal, cambial, por exemplo); [...]¹⁰

A distância entre o estágio atual do Mercado Comum do Sul de união aduaneira e o nível de integração que o Tratado de Assunção estabeleceu é considerável. Para tanto, as possíveis soluções buscadas pelos Estados Partes para diminuir e, posteriormente, extinguir tal distanciamento com o fim de atingir o mercado comum, são encontradas no Direito da Integração. Destarte, relevante é o trabalho que se pretende realizar acerca de sua característica transitória, donde há de se averiguar em que pode contribuir o Direito da Integração no MERCOSUL para o desenvolvimento do Bloco.

¹⁰ O MERCOSUL comercial. (BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2005).

1.4. Metodologia

O método científico a ser utilizado nesta pesquisa será o dialético, que compreende o mundo “como um conjunto de processos”. Conforme citação de Engels em Lakatos e Marconi, a dialética é, *in verbis*:

[...] a grande idéia fundamental segundo a qual o mundo não deve ser considerado um complexo de coisas acabadas, mas como um complexo de processos em que as coisas, na aparência estáveis, do mesmo modo que seus reflexos intelectuais em nosso cérebro, as idéias, passam por uma mudança ininterrupta de devir e decadência, em que, finalmente, apesar de todos os insucessos aparentes e retrocessos momentâneos, um desenvolvimento progressivo acaba por se fazer hoje (LAKATOS; MARCONI, 2000, p.83).

Lakatos e Marconi, percebendo divergência quanto às leis da dialética, estabelecem quatro leis fundamentais do método, quais sejam:

1. ação recíproca, unidade polar ou “tudo se relaciona”;
2. mudança dialética, negação da negação ou “tudo se transforma”;
3. passagem da quantidade à qualidade ou mudança qualitativa;
4. interpenetração dos contrários, contradição ou luta dos contrários. (LAKATOS; MARCONI, 2000, p.83).

A ação recíproca refere-se, em síntese, a dois enfoques analíticos sobre o objeto: o primeiro, que o objeto não se apresenta como acabado, mas com a possibilidade e a constante transformação; o segundo enfoque destaca o contexto no qual está inserido este objeto e sua relação com o meio, já que não existe isoladamente.

A mudança dialética associa-se com a idéia de movimento. Ela se realiza pelas contradições ou pela negação de uma coisa que, em sendo negada – negação da negação –, tem-se a transformação. Na dialética, a negação da negação não importa o retorno da situação anterior (X, não-X, X), tampouco uma mescla de contrários (X, não-X, X não-X), mas se apresenta como um terceiro resultado, ou mudança qualitativa (X, não-X, Y).

Esta mudança qualitativa decorre de transformações quantitativas até um determinado estágio em que a quantidade transforma o objeto na sua qualidade. Aplicado ao tema ora proposto, a mudança qualitativa dar-se-ia em

razão das diferentes etapas de desenvolvimento dentro de um mesmo nível de integração até que seja alcançado o nível subsequente, conforme será demonstrado no caso mercosulino.

O quarto elemento apontado por Lakatos e Marconi diz respeito à contradição inerente ao objeto. Encontra-se, no próprio objeto, o potencial da transformação, havendo, pois, contrários integrantes de uma mesma unidade. Assim, Lakatos e Marconi (LAKATOS; MARCONI, 2000, p.88) apontam três características da contradição como princípio do desenvolvimento: ser interna, inovadora e apresentar unidade de contrários.

Posto isso, pretende-se apresentar as contradições existentes do tema abordado buscando, ao final, o terceiro elemento, o resultado do objeto de estudo diante do contexto em que se insere e da unidade polar que possui.

2. Apresentação, interpretação e análise de dados

2.1. Os elementos essenciais da integração

Antes de analisar o Direito da Integração em si, faz-se necessário apontar os principais elementos envolvidos no processo de integração, fundamentais para a compreensão desse novo ramo do Direito. Ele é a representação jurídica da integração e abarca um dos quatro elementos aqui apresentados. O contexto no qual se insere o processo de integração demonstra que não se trata apenas do aspecto jurídico representado pelo Direito da Integração, mas também dos aspectos social, econômico e político. Não se pretende aprofundar a questão a respeito dos elementos essenciais da integração, mas desenvolver, de maneira sucinta, pontos relevantes que envolvam a integração em seu sentido amplo.

Cabe ressaltar que a integração é una, mas será tratada ao longo do presente trabalho em seu sentido estrito, vez que o Direito da Integração é a manifestação do caráter jurídico. É preciso, no entanto, ressaltar a complexidade de vários fatores interdependentes e convergentes a um mesmo propósito integracionista.

2.1.1. Elemento social

A integração¹¹ pode ser vista como um fenômeno social decorrente da necessidade¹² e vontade¹³ humana de relacionar-se. Várias iniciativas de se

¹¹ Arbuét-Vignali define integração como "*un proceso consciente y voluntario que se da a partir de la propia naturaleza del ser humano, que responde a determinantes antropológicas*". (ARBUET-VIGNALI, 2004, p. 37).

¹² A expressão "necessidade" quer fazer referência às teorias favoráveis à idéia de sociedade natural, de acordo com a classificação de Dallari em que o homem "é um ser social por natureza" e que "a sociedade é o produto da conjugação de um simples impulso associativo natural e da cooperação da vontade humana" (DALLARI, 2003, p.10-12). Entre os pensadores dessa corrente está Aristóteles, Cícero, Santo Tomás de Aquino e Ranelletti. Aristóteles afirma, em *A Política* (I. 9.), que "o homem é naturalmente um animal político". Cícero, em *Da República* (I. 15), afirma que "(...) a espécie humana não nasceu para o isolamento e

criar vínculos mais estreitos entre indivíduos e sociedades foram motivados pelas trocas comerciais e vantagens econômicas deles resultantes. A motivação, no âmbito estatal, é expressa e determinada pela vontade política. E, ainda, há de se regulamentar e ordenar este processo de forma a torná-lo eficaz e vantajoso para os sujeitos envolvidos na integração.

O elemento social é, assim, base de toda a construção científica do tema integração, tendo em vista o seu objeto – a sociedade. No entanto, para que se chegue à construção de sociedade é necessário buscar a célula da construção social: o ser humano¹⁴.

Toma-se como ponto de partida assinalado por Chiarelli o homem primitivo, ou “nosso ancestral comum”, e sua experiência de se interromper a prática nômade e buscar abrigo nas cavernas. Diante dessa nova situação, declara Chiarelli o primeiro momento de integração do ser humano:

para a vida errante, mas com uma disposição que, mesmo na abundância de todos os bens, a leva a procurar o apoio comum”. Santo Tomás de Aquino, em *Summa Theologica* (I, XCVI, 4), diz ser o homem, “por natureza, animal social e político, vivendo em multidão, ainda mais que todos os outros animais, o que se evidencia pela natural necessidade”. Ranelletti, por fim, em *Instituzioni di Diritto Pubblico*, (Parte Geral, p. 3), afirma, conforme relata DALLARI, ser o homem “induzido fundamentalmente por uma necessidade natural, porque o associar-se com os outros seres humanos é para ele condição essencial de vida”. (DALLARI, 2003, p.11).

¹³ A expressão “vontade” vem abordar a outra corrente teórica sobre a origem da sociedade, tratada por Dallari, concorrente à supracitada. Ela defende ser a sociedade consequência de um ato de escolha do ser humano (DALLARI, 2003, p.9). Nessa corrente, o autor cita Hobbes e o contratualismo, especialmente na obra *Leviatã*, em que Hobbes revela o estado de natureza, a “guerra contra todos” (*Leviatã*, Parte I, Cap. XVIII), o estado de desconfiança entre os homens e, neste ponto, a interferência da razão humana que leva à celebração do contrato social, ou a “mútua transferência de direitos” (*Leviatã*, Parte I, Cap. XIV); também Rousseau, e *O Contrato Social*, em que afirma, segundo relata Dallari, “a ordem social é um direito sagrado que serve de base a todos os demais, mas que esse direito não provém da natureza, encontrando seu fundamento em convenções” (*O Contrato Social*, Livro I, Cap. I). Embora Dallari encontre elementos contratualistas que expliquem o ato de escolha da segunda corrente, ele ressalta a permanência do fator natural do homem na obra de Rousseau, explicitado na primeira corrente. Em síntese, Dallari entende ser predominante a primeira corrente, sem excluir, no entanto, a segunda; e ainda, que o homem não pode ser concebido como um ser isolado, mas, necessariamente, como ser social. (DALLARI, 2003, p.12-19).

¹⁴ Arbuet-Vignali, citando Kant, indica a motivação de se integrar: “*En el ser humano se constata la existencia de un doble impulso contradictorio y simultáneo: hacia la competencia que en sus manifestaciones más radicales puede destruirlo, pero que le ayuda a progresar, y hacia la coordinación de sus esfuerzos y la regulación de su conducta para no destruirse y mejorar. Estas tendencias del ser humano se repiten en los agrupamientos que los reúnen. Los Centros de Poder independientes, los Estados, proceden de la misma manera: muestran una constante tendencia, contradictoria y simultánea, hacia la integración y la desintegración*”. (ARBUET-VIGNALI, 2004. p. 35).

Ali se solidifica, mais do que nunca, o sentimento do integrar-se primitivo da pessoa no grupo, que era, a um tempo só, porque limitador, núcleo familiar, estrutura política de poder, altar de fé incipiente; mas também comunidade informal de interesses reais, centro de convivência social e semente das mais rudimentares relações econômicas de troca. (CHIARELLI, 2004, p.15).

Percebe-se que Chiarelli aponta, nesse relato, os elementos essenciais para a integração. A origem social da necessidade de o homem se integrar revela o aspecto social que ele possui, ao lado do aspecto individual, que o constituem. Porém, este último aspecto será revelado no momento em que o aspecto social se manifesta¹⁵. Chiarelli sintetiza a importância da relação individual e social do homem nestes termos:

O *outro*, enfim, é que faz com que possamos ser, para diferenciar-nos e exercitarmos nossa identidade (há nisso visível contraposição à notória afirmativa de *Jean Paul Sartre* de que “o inferno são os outros”, posto que, em princípio, sem eles, simplesmente *não somos*). *E com eles* – partilhando, convivendo, conflitando etc. – como parcela indispensável, habilitamo-nos a constituir em parceria, nem sempre fraterna, mas umbilical, e de maneira progressiva, a estrutura formal e o núcleo anímico do que se chama sociedade (CHIARELLI, 2004, p.16).

Essa sociedade estará atrelada a outro fator relevante do elemento social, e que servirá de amálgama para a integração: a cultura. Malinowski associa a cultura, em sua Teoria do Comportamento Organizado, à organização social que, por sua vez, relacionam-se com as denominadas “instituições” (MALINOWSKI, 1975, p.48). As instituições são organizadas com base em uma lei constitucional, um conjunto de valores e acordos, com o objetivo de satisfazer determinadas necessidades do indivíduo e da sociedade em geral, preenchendo uma função específica. Assim resume sua tese:

Em suma, se quiséssemos dar uma descrição de uma existência individual em nossa própria civilização ou em qualquer outra, teríamos de vincular suas atividades com o esquema social de vida organizada, isto é, com o sistema de instituições vigorantes nessa cultura. Além disso, a melhor descrição de qualquer cultura, em termos de realidade concreta, consistiria em listar e analisar todas as instituições

¹⁵ Carlos Alberto Chiarelli esclarece: “(...) porque só ao conhecê-lo [o outro] seria capaz de dispor a conhecer-se; só ao reconhecê-lo, seria capaz de reconhecer-se”. (CHIARELLI, 2004, p.16).

em que essa cultura está organizada (MALINOWSKI, 1975, p.53).

Malinowski relaciona às instituições princípios da integração do ponto de vista antropológico que seriam, em sua opinião, universais e perceptíveis em qualquer cultura. São eles: reprodução, territorial, fisiológico, associações voluntárias, ocupacional e profissional, posição (*rank*) e *status* e totalizador (MALINOWSKI, 1975, p.65-67).

Em síntese, os princípios poderiam ser assim descritos:

1. Reprodução: laços de sangue; linhagem no esquema genealógico;
2. Territorial: comunidade de interesses devidos à possibilidade de cooperação;
3. Fisiológico: distinções devidas a sexo, idade e estigmas ou sintomas corporais;
4. Associações voluntárias: clubes, sociedades secretas primitivas, associações com fins de recreação ilustram esse tipo de associação;
5. Ocupacional e profissional: organização dos seres humanos por atividades especializadas de acordo com a plena realização de suas capacidades especiais;
6. Posição (*rank*) e *status*: o sistema de castas, as ordens de nobreza, estratificação por etnia.
7. Totalizador: a integração pela comunidade de cultura ou pelo poder político.

É relevante, no estudo proposto, o último princípio que possui relação direta com o aspecto social da integração ora tratado. O princípio de integração totalizador, em análise interpretativa e sob a ótica do elemento social, pode se dar de duas formas: pela comunidade de cultura, como seria o caso das experiências integrativas regionais por afinidade cultural, entre elas a proposta Comunidade Latino-americana de Nações; ou pelo poder político, representado pelos Estados politicamente constituídos. Cabe ressaltar que o princípio de integração territorial não seria aplicável à primeira hipótese, vez que não é necessária a proximidade física de territórios para a integração. Um exemplo é

a Commonwealth¹⁶, sustentada, principalmente, pela cultura lingüística em comum – a língua inglesa.

Percebe-se que, como no caso supracitado, a integração pode ser resultado exclusivo da manifestação de um dos elementos culturais, como a língua, ou, em sentido mais amplo, de outros fatores consoantes ao cultural, como o político supramencionado.

Embora seja evidente a necessidade de fatores comuns para a integração, é importante salientar que ela não decorre da mera coincidência de tais fatores entre dois ou mais povos, mas da vontade individual e social dos sujeitos da cultura. Birket-Smith afirma que “a cultura é criada e mantida pelo indivíduo e, simultaneamente, pela sociedade; são as duas condições necessárias” (BIRKET-SMITH, 1965, p.37).

Nesse sentido, o mesmo autor ressalta o sentimento social presente – e sobreposto ao individual – no ser humano:

Toda cultura, da mesma maneira que toda vida, necessita, de antemão, para prosperar, de uma série de condições internas e externas. As condições internas são de caráter psíquico. A sociedade, que é a condição primeira de toda cultura, baseia-se sobre instintos e tendências relativamente pouco numerosos. O mais importante é o instinto gregário, ao qual estão intimamente ligados os instintos de conservação e de submissão (BIRKET-SMITH, 1965, p.44).

É de igual opinião Chiarelli, em análise da identidade cultural como pressuposto da integração. Ele considera a “herança cultural comum” entre os povos que buscam integrar-se. Entretanto, ressalva que não basta apenas um legado cultural similar garantidor da integração, pois os demais fatores que envolvem este processo e, em especial, segundo ele, o elemento econômico, possuem peso maior no sucesso da integração.

Opinião diversa é de Badie (BADIE, 1995, p.138), que entende ser a integração consequência de um processo de transformação das relações humanas em diversos níveis, entre eles o internacional. Em sua tese sobre o

¹⁶ A Commonwealth é uma associação de 53 países, dentre eles as ex-colônias do Império britânico, que vieram a constituir “Dominions”, ou domínios autônomos e, posteriormente, países independentes. Essa associação visa a justiça racial e econômica, bem como a cooperação técnica aos países em desenvolvimento. Tais objetivos estão expressos nos cinco princípios previstos no item 4 da Convenção de Harare, 1991. (INGLATERRA. COMMONWEALTH, 2005).

fim dos territórios, ele demonstra ser o elemento social responsável pela ruptura dos limites políticos e geográficos dos Estados. O deslocamento de pessoas, motivadas por fatores econômicos, culturais ou pessoais¹⁷, é causa e efeito da integração, por decorrência da aproximação dos indivíduos facilitada pela telecomunicação e pela criação de uma rede social integrada entre indivíduos em diversos países do mundo¹⁸.

Badie alerta às novas configurações de organização mundial como sendo baseadas em “lógicas de integração múltipla entre as quais os fluxos econômicos, sociais e culturais têm um lugar central” (BADIE, 1995, p.149). Ressalta que os Estados são inevitavelmente solidários aos processos de integração e de globalização, vez que já não possuem controle absoluto do tráfego de pessoas entre os territórios e da interação dos indivíduos, que transcendem fronteiras. É, assim, o fator social que desencadeia o processo de integração.

Embora seja o elemento social fundamento da intenção de se integrar, não é responsável por alimentar o processo de integração. Este processo é hoje motivado principalmente pelo elemento econômico. O fato de o sistema econômico mundial encontrar-se contextualizada do fenômeno globalização, a condição, conveniência e, inclusive, necessidade econômica são questões essenciais para se optar ou não pelo processo de integração.

2.1.2. Elemento econômico

A integração não pode se restringir a apenas um ou outro aspecto; ela é um processo que envolve vários elementos interdependentes. Caso fosse

¹⁷ Como fator econômico, pode-se citar a busca por melhoria da qualidade de vida pelos turcos na Alemanha e os “dekasseguis” no Japão; como fator cultural, encontra-se os peregrinos muçulmanos à Meca; como fator pessoal, tem-se parentes de imigrantes bem sucedidos em outro país, como é o caso de famílias latino-americanas instaladas nos Estados Unidos, ou a fuga de situações de guerra ou crise política no país de origem, como foi o caso de imigrantes japoneses ao Brasil e europeu orientais, habitantes da ex-URSS, à Europa ocidental.

¹⁸ Neste ponto, o autor exemplifica, em aula ministrada, que a existência da mencionada rede deve-se a pessoas de um determinado círculo de convivência conhecer pessoas de outros círculos, e estas relacionarem-se com terceiros, seja por fins comerciais, religiosos ou familiares, sendo tais meios sociais dispersos por todo o globo.

possível dissociar tais elementos, não haveria integração. Integração é processo em vista de um todo, no qual há convivência e interligação de questões sociais, econômicas, políticas e jurídicas. Pensar em integração é coordenar os quatro elementos essenciais em direção a um objetivo em comum. Finkelstein assim conceitua integração e aborda seus elementos essenciais:

[Integração] É, na verdade, um processo, uma série de atos que levam à união física de fronteiras e à união de políticas setoriais; Estados que anteriormente estavam distanciados em suas relações, ao iniciar o processo integracionista, reúnem-se com o intuito de criar uma nova unidade baseada em princípios de interdependência recíproca ou uma entidade institucionalizada, diminuindo as barreiras existentes ao comércio e à movimentação de bens, serviços, capitais (fatores de produção) e pessoas (FINKELSTEIN, 2003, p.19).

Cabe alertar, portanto, que a integração não se restringe à economia. Ao contrário, mesmo que seja este o motivador do processo de integração iniciado, ele estará relacionado a aspectos sociais, políticos e jurídicos. Eis como Arbuet-Vignali explica esta necessária conexão entre os diversos fatores:

[...] Establecer un Mercado Común (o concluir cualquier otro proceso de integración) conduce a un resultado económico; resolver el comienzo del proceso depende de una decisión política; concretarlo y organizarlo requiere el establecimiento de reglas jurídicas para que los particulares tengan certeza y seguridad respecto a sus obligaciones y derechos frente a los demás. El desarrollo del proceso incluirá cuestiones sociales, culturales, problemas de seguridad, militares y coordinaciones en las más diversas áreas. Es un error pensar que con condicionantes, con determinantes, con factores exclusivamente económicos, se pueda lograr la integración (ARBUNET-VIGNALI, 2004, p.40-41).

Sobre o mesmo tema, discorrem Chiarelli e Chiarelli, citados pelo mesmo autor, de forma realista e completa acerca da integração:

[...] afirman que ésta [a integração] constituye un proceso normalmente estimulado por intereses económicos, facilitado por estímulos culturales y propiciado por la proximidad geográfica; agregan que deben ser legitimados por la voluntad popular y documentados en acuerdos. Para que logren éxito deben darse ciertas condiciones, entre las que señalan: las afinidades culturales y la herencia común de los grupos que se integran; su proximidad geográfica; la existencia de intereses económicos comunes en el comercio exterior, lo que para los

autores es el móvil fundamental, y la existencia de una fuerte decisión política (ARBUET-VIGANLI, 2004, p.41).

Assim, em se tomando o termo integração não apenas como facilitador do comércio e do desenvolvimento econômico entre os Estados partes, o processo integracionista proporciona também maior bem-estar a cada Estado individualmente, segurança externa e coordenação política, de defesa e de recursos. O desenvolvimento desta integração variará de acordo com seu nível de complexidade, profundidade, alcance, tempo e ainda, considerando a possibilidade de uma crise que afete o processo ou até mesmo o retrocesso. Variantes à parte, o que se percebe como fundamento da integração é a tendência das unidades políticas agruparem-se mais intensamente para adequarem-se às necessidades da evolução da civilização¹⁹, principalmente no que concerne a obtenção do bem-estar e da segurança.

Forçoso é, no entanto, avaliar o processo de integração relacionado ao fenômeno globalização²⁰. Embora se pretenda fazer breve esboço das implicações desse fenômeno inserido em um contexto econômico, cabe ressaltar que seus efeitos são mais abrangentes e transpassam a temática mercantil. Rosenau (ROSENAU, 2003, p.52-53) demonstra que a globalização das economias nacionais produziu, sinteticamente, quatro efeitos distintos em

¹⁹ Heber Arbuet-Vignalli ensina: "*Cuando se dispersan los poderes semiorganizados de la antigüedad aparecen las ciudades-estado (Grecia, Roma) que se engrandecen con colonias e imperios, hasta que el Imperio Romano se desintegra y vuelve a comenzar el proceso de engrandecimiento. Esta dispersión no fue universal, pero se enquistó en un ámbito (Europa) de una futura gravitación casi absoluta en la política y el derecho internacionales, ya que los otros sistemas (el Islam, Bizancio, el Celeste Imperio, en alguna época los poderes del centro de Asia, quizá los aztecas y los incas) funcionaban en forma autárquica. En Europa el proceso de integración y engrandecimiento vuelve a comenzar con la constitución de los distintos estamentos feudales hasta el estado nacional y se extiende a casi todo el resto del mundo dominándolo a través del intento de nuevos tipos de integración nacional e internacional. Esta última tendencia ya está claramente prevista a mediados del siglo XIX por Juan Kaspar Bluntschli, Madrid, 1875, un clásico menor, constitucionalista e internacionalista, altamente conservador y hasta retrógrado en algunos aspectos, quien, no obstante, a partir de su concepción de la identidad sustancial del ser humano entiende que la organización estatal es transitoria y que existe una tendencia a un gobierno mundial destinado, no a dominar a los Estados, sino a ordenar la paz y fomentar el comercio entre ellos; agregando que esto no afectará la soberanía ya que los asuntos comunes se resolverán en común y los asuntos nacionales quedarán amparados por la soberanía*". (ARBUET-VIGNALI, 2004. p.57).

²⁰ O termo "globalização" não é consensual. Entretanto, o seu emprego refere-se à definição dada pelo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, qual seja, "processo de integração entre as economias e sociedades dos vários países, especialmente no que se refere à produção de mercadorias e serviços, aos mercados financeiros, e à difusão de informações". (FERREIRA, 2002. p. 348).

diferentes níveis: micro (indivíduo), macro (Estado), micro-macro (relação entre o Estado e o indivíduo) e macro-macro (relação entre Estados).

Em um nível micro, “aumenta o número de consumidores; produz preferências uniformes; aumenta a demanda por empregos; expande o espaço entre vencedores e perdedores”. Em um nível macro, “dificulta objetivos dos Governos vis-à-vis o mercado; estimula alianças comerciais”. Em um nível micro-macro, “aumenta os esforços para proteger culturas e empresas locais; permite a força dos movimentos de protesto; polariza comunidades”. E por fim, em um nível macro-macro, “intensifica conflitos de trocas e investimentos; gera incentivos para instituições financeiras globais” (ROSENAU, 2003, p.53).

Assim, de acordo com o exposto por Rosenau, a globalização reflete transformações em diferentes níveis, com implicações não apenas econômicas, mas também sociais, culturais e políticas. Observa-se, no entanto, que o cerne de tais mudanças encontra-se o elemento econômico. Chiarelli nota o “interesse econômico” como enfoque pragmático e contemporâneo da integração (CHIARELLI, 2004, p.23).

Neste contexto, muitas teorias econômicas²¹ buscaram explicar a integração, manifestada pelos níveis de uniões aduaneiras e de mercados comuns, sob a ótica econômica e os fatores internos e externos envolvidos no fenômeno. Não se pretende abordar, profundamente, as teorias econômicas relativas à integração, mas apresentá-las de maneira sucinta, no intuito de deixar demonstrada a relevância do elemento econômico em um processo de integração.

A Teoria Clássica da Integração Econômica restringe-se ao estudo dos impactos da formação de uniões aduaneiras ou mercados comuns sobre o bem-estar econômico. O modelo de Viner pode ser assim resumido: em uma situação hipotética há três países, A, B e C, e os países A e B estabelecem

²¹ João Bosco M. Machado apresenta as seguintes teorias: a Teoria Clássica da Integração Econômica (Viner, *The Customs Union Issue*, 1950); Os Modelos de Segunda Geração (Meade 1956, Gehrels 1957 e Lipsey 1958 e, na mesma linha, Bhagwati 1971); A Teoria das Uniões Aduaneiras na Década de 60 (Cooper & Massel 1965, Johnson 1960); a Nova Teoria do Comércio Internacional e a Integração Econômica (Krugman, Helpman, Helpman & Krugman, Brander, Venables, Smith & Venables, década de 80; e Cavalcanti, Hortsman & Markussen, Rowthorn, década de 90); e, finalmente, o ressurgimento do debate entre Regionalismo *versus* Multilateralismo (Krueger 1995 e 1997, Melo & Panagariya 1993, Krugman 1991, Goto & Hamada 1997, Ostry 1997). (MACHADO, 2000).

entre si uma união aduaneira e C representa um terceiro país não integrante desta união. O preço do trigo em A possui valor de US\$ 140/t (cento e quarenta dólares a tonelada), e o imposto de importação é de 60%; em B, o preço é de US\$ 110/t e o imposto de importação é de 30%; em C, o preço do trigo é de US\$ 90/t, e o imposto, 0%.

Com a existência de união aduaneira entre os países A e B, o país A deslocaria parte ou todos os seus recursos, antes empregados na produção de trigo, para a produção de outros bens e substituiria a produção local de trigo pela oferta mais barata de trigo do país B. Desta forma, haveria aumento de bem-estar tanto em relação à alocação de recursos como do aumento do excedente do consumidor resultante da redução do preço do trigo (“criação de comércio”). No entanto, o deslocamento da oferta de terceiros países (país C), de custos de produção inferiores ao país sócio (país B), faria com que o país A subsidiasse o país B, seu ofertante de trigo. Essa diferença paga por A pelo trigo de B em relação ao preço mais baixo do trigo de C aumentaria o custo social (“desvio de comércio”) (MACHADO, 2000, p.27-28).

A partir dessa situação hipotética, que reflete apenas uma das várias situações possíveis em uma união aduaneira, Viner conclui que os processos de integração gerarão ganhos nas seguintes condições:

- 1) quanto maior forem as barreiras comerciais entre os parceiros na etapa que precede o início do processo;
- 2) quanto menor forem as barreiras comerciais incidentes sobre importações de terceiros países após a integração;
- 3) quanto maior forem as barreiras comerciais em terceiros mercados;
- 4) quanto menor forem os custos relativos de transporte entre os parceiros quando comparados com o mesmo custo contabilizado na importação de bens provenientes de terceiros mercados; e
- 5) quanto maior for o grau de coincidência entre as pautas de produção dos países envolvidos e quanto menos semelhantes forem as estruturas de custos de produção de uma mesma indústria estabelecida em distintos parceiros (MACHADO, 2000, p.28-29).

Já os Modelos da Segunda Geração discutiram os efeitos da integração união aduaneira sobre os termos de troca das economias, como, por exemplo, a alteração de preços. Com esta hipótese, poder-se-ia pensar em

uma substituição no consumo de bens, objeto central dos modelos apresentados neste período.

Duas grandes conclusões foram formuladas por Machado sobre os modelos da Segunda Geração:

[...] quando no âmbito da união aduaneira se estabelece uma mudança dos níveis de proteção para um conjunto restrito de produtos, cresce a possibilidade de que ocorra um aumento do bem-estar se as tarifas aduaneiras incidentes sobre esses produtos diminuïrem, em lugar de serem completamente eliminadas. [...]

[...] Quanto maior for a proporção da renda despendida na compra de bens domésticos em relação à compra de bens provenientes do resto do mundo, tanto maior será a probabilidade de que a instituição de uma união aduaneira produza aumento de bem-estar. Isto significa que os países que devem negociar a formação de uniões aduaneiras serão preferentemente os que realizarem uma proporção elevada de seu comércio com o país associado e concentrarem uma proporção elevada de seus gastos na compra de bens produzidos domesticamente (MACHADO, 2000, p.35).

Posteriormente, a Teoria das Uniões Aduaneiras na década de 60 traz novos aspectos a serem analisados. Neste período, preocuparam os economistas dois novos pontos não analisados pelos estudiosos que os antecederam: 1) a razão pela qual os governos adotavam políticas econômicas distintas das de livre comércio; e 2) o interesse crescente dos países em desenvolvimento pelos processos de integração econômica como meio de fomentar o crescimento econômico doméstico.

Como resultado dessa teoria, os modelos de Johnson e Cooper & Massel obtiveram resultados semelhantes. As vantagens de se formar uma união aduaneira consistia em, por um lado, aumento das importações de um país associado em razão da redução tarifária preferencial e, em contrapartida, o país autor da redução tarifária seria compensado pelo aumento da produção doméstica e das exportações direcionadas ao país preferencial; e, por outro lado, aumentar a satisfação da demanda da sociedade pelo bem público com o sacrifício mínimo do consumo de bens privados, conseguido por meio da substituição da produção doméstica menos eficiente pelas exportações mais eficientes do país associado e melhoria da alocação de recursos conforme os setores em destaque na importação ou exportação.

A “Nova Teoria do Comércio Internacional” e a Integração Econômica trazem à luz da ciência as hipóteses de retornos crescentes de escala e diferenciação do produto. Com este novo elemento, tem-se a seguinte situação: quanto maior o mercado, mais intensas as economias de escala e mais baixos tenderão a ser os custos da produção; ou se todos os países decidirem proteger certo ramo industrial, haverá uma fragmentação de mercados, reduzindo a eficiência da operação em escala. Com isso, conclui Machado:

A especialização intra-industrial e a geração de economias de escala permitem que países, mesmo tendo estruturas industriais concorrentes, se beneficiem do comércio internacional. Conseqüentemente, num mundo em que a alocação da produção não segue mais de forma exclusiva a regra das vantagens comparativas, a regulação dos fluxos de comércio não podem ser contestadas como estratégia de política econômica.

Daí a possibilidade de que a instituição de áreas de livre comércio ou de uniões aduaneiras produza uma expansão do mercado que permite incrementar a eficiência produtiva e alterar o padrão de inserção internacional das economias, especialmente quando predominam estruturas industriais oligopolísticas nas quais as economias de escala desempenham um papel preponderante na determinação dos custos de produção (MACHADO, 2000, p.50).

Enfim, o debate que ressurgiu entre regionalismo e multilateralismo trata de qual sistema seria mais vantajoso para um país: o engajamento em processos de integração ou o estabelecimento de um sistema comercial multilateral, ou ainda, a possibilidade de existência paralela entre os dois sistemas. Não há consenso doutrinário acerca do tema, mas por ora cabe apontar que, em se tratando de integração, o sistema adequado seria o regionalismo²². Assim sendo, Machado cita algumas vantagens em se criar áreas de livre comércio ou uniões aduaneiras:

[...] agilizar o processo de eliminação de barreiras aos fluxos internacionais de comércio; operar com esquemas intermediários, conferindo maior maneabilidade ao sistema multilateral de comércio; e produzir resultados em termos

²² É preciso lembrar que o elemento econômico em análise pertence a um conjunto de elementos essenciais da integração, ainda que abranja teorias econômicas relativas à união aduaneira. Não se pretende, pois, esgotar o tema econômico que envolve a escolha de um país em optar ou não pelo processo integracionista.

negociais (por exemplo, acordos de investimentos) que facilitam o avanço do multilateralismo e viabilizam seu aprofundamento. Ademais, o regionalismo pode ser uma opção vantajosa quando os países não estão preparados para se engajarem em movimentos de liberalização comercial abrangentes e não condicionados. [...] Durante o período de transição algumas indústrias permanecerão protegidas. Neste caso é preferível, por exemplo, que elas sejam protegidas em bases regionais, por meio de uma tarifa externa comum, do que nacionalmente, uma vez que o mercado regional ampliado oferece melhores oportunidades para o aproveitamento e geração de competitividade do que o mercado nacional isolado (MACHADO, 2000, p.50).

Dessa forma, tem-se que o elemento econômico, ainda que não isolado, tem destacada importância no processo de integração. Ele será o condutor dos interesses de mercado, principalmente das empresas privadas, que impulsionaram a integração em seu aspecto econômico.

Para tanto, este impulso integracionista depende do interesse político de cada Estado. Não há que se falar em integração econômica por vontade de empresas privadas ou entidades não governamentais, apesar de estes atores internacionais possuírem interesse direto nos efeitos decorrentes da integração. O aspecto econômico da integração depende da vontade política e da coordenação estatal. A condução formal²³ do processo de integração pertence ao seu elemento político.

2.1.3. Elemento político

A sociedade organizada, com o intuito de satisfazer suas necessidades com o melhor aproveitamento de bens escassos, buscou a representatividade política que respondesse, da melhor maneira possível, à complexidade de coordenação de interesses individuais e coletivos. E vez que o Estado tem como célula o ser humano, reage, diante da integração, à mesma maneira. Esclarece Arbuet-Vignali:

²³ Ainda que a integração se dê em vários níveis da sociedade (estadual, interestadual, regional, inter-regional, inter-estatal) e em diversas áreas de atuação dos atores sociais (educacional, cultural, de comunicação, turístico, empresarial), a coordenação e a regulamentação dessas relações integracionistas são fruto da atuação política dos atores estatais.

[...] las unidades políticas tienden a agruparse más fuertemente y se hacen cada vez mayores a lo largo de la historia para adecuarse a las necesidades de la evolución de la civilización a medida que las exigencias se profundizan y son necesarios más recursos para obtener bienestar y seguridad. Esta última tendencia se explica por la racionalidad de los seres humanos que integran y hacen funcionar [a los Estados, quienes comprenden que todo agrupamiento político que pretenda un papel importante y respetable a la ecuación de poder de las relaciones internacionales debe disponer de espacios, impulsos humanos, conocimientos científicos, poder militar y riquezas cada vez mayores (ARBUET-VIGNALI, 2004, p.57-58).

Os agentes políticos, portanto, buscarão, dentro de uma lógica política internacional, alcançar determinados objetivos caracterizados por um “interesse nacional”. O interesse nacional não é, todavia, uniforme em sua importância. Arbuet-Vignali distingue os objetivos considerados de interesse nacional em três espécies: 1) objetivos essenciais à natureza do Estado, que todos procuram²⁴; 2) objetivos permanentes do Estado, de longo prazo, que visa assegurar os objetivos anteriormente citados; e 3) objetivos conjunturais ou secundários, que respondem a uma situação internacional particular, em um determinado período histórico ou a uma determinada posição política (ARBUET-VIGNALI, 2004, p.110).

A integração, nos dizeres de Arbuet-Vignali, é “*un instrumento esencialmente político cuyo detonante suele ser el interés económico-comercial y que requiere una detallada regulación jurídica*” (ARBUET-VIGNALI, 2004, p.117). Associa-se a integração aos objetivos da segunda espécie supramencionados, quais sejam, os objetivos permanentes. Uma vez que o Estado alcança seus objetivos essenciais, pretende mantê-los. Assim, o Estado buscará, pelos meios que dispõe, garantir e assegurar sua identidade, o bem estar da sociedade e, ainda, o poder que necessita para realização de seus objetivos.

Para tanto, o Estado possui duas maneiras, ao ver de Arbuet-Vignali, de lograr os objetivos permanentes: concentrando maior poder e submetendo os demais; ou por meio de uma cooperação que permita a elevação dos níveis

²⁴ O autor considera como objetivos essenciais à natureza do Estado a garantia de sua identidade, o aumento do bem estar e a obtenção de poder para assegurar as suas aspirações. (ARBUET-VIGNALI, 2004, p.111).

de vida de todos (ARBUET-VIGNALI, 2004, p.112). No primeiro caso, é relevante o poder material (armas, tecnologia militar, riquezas, entre outros) e o resultado é, na maior parte das vezes, a luta entre Estados, o desequilíbrio das relações internacionais e, conseqüentemente, os efeitos nocivos a médio ou longo prazo para os povos envolvidos. No segundo caso, a espécie de poder em destaque é imaterial (prestígio, habilidade negociadora, valor da reivindicação). Há uma outra motivação e procura-se manter a paz entre os grupos.

O processo de integração é um instrumento para alcançar objetivos específicos, como aumento do bem estar social e segurança, que poderá se impor pela força, pela constante negociação ou por meio de processos mais profundos, caracterizados, por exemplo, por uma história em comum. Esse instrumento está à disposição dos Estados para desenvolver sua política exterior e pode ser usado, basicamente, de três formas distintas: para concentração do poder, para a composição de interesses e para a coordenação e unificação de interesses²⁵.

A concentração do poder ocorre quando um Estado, ou um núcleo organizado de poder, incide sobre os demais e conduzem suas relações impondo única, mas não exclusivamente, a sua força nacional. Em tal situação, o Estado centralizador subordina os outros Estados e exerce seu poder anexando-os ou mantendo-os subjugados. Não se exclui, porém, a utilização de meios políticos e de negociação para tanto. Têm-se, como exemplo, os Impérios de Julio César e de Alexandre, o Grande, a França de Luis XIV, a Alemanha de Bismarck, os Estados Unidos e a ex-URSS e suas zonas de influência a partir de 1945.

Nesse caso, os sistemas de normas jurídicas possuem escassa importância e a legitimidade do uso da força pelo Estado concentrador baseia-se no princípio da autotutela. Essa forma de integração, porém, já foi superada e encerrou-se após a expansão colonial e imperial do século XIX. Arbuet-Vignali ressalta que esta via de integração é, atualmente, teórica: *“integrarse por estas vías constituiría violaciones al Derecho Internacional Público y*

²⁵ Formas sugeridas por Arbuet-Vignali. (ARBUET-VIGNALI, 2004. p.119; 123; 127).

ameritaría las correspondientes sanciones” (ARBUET-VIGNALI, 2004, p.122), como ocorreu no caso Iraque-Kwait.

A composição de interesses é a forma com a qual os Estados avaliam suas próprias forças e a dos demais para estabelecer algum tipo de ordem. Assim, Arbuet-Vignali destaca os esquemas resultantes dessa modalidade: unidade, equilíbrio multi ou bipolar, bipolarismo, cooperação, institucionalização ou, ainda, neutralidade. Qualquer que seja a ordem escolhida, as normas adquirem maior importância. A composição de interesses favorece, assim, os processos de integração.

Dos esquemas citados, destaca-se o esquema de equilíbrio multipolar ou bipolar. Nele se encontra o Direito Internacional, criado para regular um sistema político de equilíbrio de poder. Arbuet-Vignali explica:

Estos sistemas se desarrollan a partir de la existencia del Estado nacional donde el concepto de soberanía se despliega en un marco que le permite disponer de un amplio campo de competencias para decidir individual y discrecionalmente. En estos sistemas, las integraciones tienden a formar Estados cada vez mayores ya sea por la fuerza (expansión colonial, conquista y anexión) o por las negociaciones y el acuerdo (Estado federal, Unión Real) (ARBUET-VIGNALI, 2004, p.126).

O esquema apresentado é o vigente nas relações internacionais. O elemento político, nesse contexto, está associado às normas jurídicas do Direito Internacional e ainda aos Organismos Internacionais que regulam as relações entre os agentes estatais.

Por fim, o esquema de coordenação e unificação de interesses. Tal esquema não possui precedente experimental no âmbito das relações internacionais. Arbuet-Vignali considera, no entanto, que se pode dizer ser a prática da União Européia, a teoria da Comunidade Andina e, ainda, o MERCOSUL, são experimentos enquadrados no esquema de coordenação e unificação de interesses em um nível regional (ARBUET-VIGNALI, 2004, p.128).

O esquema de coordenação e unificação de interesses é dividido em duas fases. Na primeira, há pontos coincidentes de interesse dos Estados envolvidos e metas comuns, de tal forma que haja ações em colaboração entre as Partes, ainda contrárias a interesses particulares menores. Em uma

segunda fase, a unificação de interesses completa o processo de integração e, segundo Arbuét-Vignali, os Estados perdem sua soberania (ARBUET-VIGNALI, 2004, p.129).

Em relação à prática desse tipo de esquema, seria necessária uma série de transformações políticas citadas por Arbuét-Vignali: maior incidência de normas jurídicas regulamentadoras; renúncia de atribuições reservadas à decisão unilateral dos Estados; transferência de competência ao grupo, tanto em questões jurisdicionais como relativas ao exercício de poderes governamentais no âmbito interno; criação de instituições políticas de caráter supranacional (ARBUET-VIGNALI, 2004, p.129).

A esse respeito, cabe destacar alguns pontos inseridos no elemento político da integração que merecem análise, ainda que breve: soberania, autonomia, supranacionalidade e intergovernamentalidade. Essas expressões nem sempre são utilizadas com rigor técnico, o que pode trazer conclusões equivocadas a respeito de seu conceito e decorrentes efeitos. Em virtude de ser tema recorrente em estudos de Direito Internacional, Direito Constitucional e, atualmente, Direito da Integração, faz-se necessário esclarecer qual o emprego de tais expressões no presente trabalho.

A soberania, noção ainda debatida por muitos autores, é solo fértil onde nascem as discussões fundadas no Direito Internacional. É preciso salientar que, por mais diversos sejam os enfoques dados ao conceito, não se pode mais pensar em soberania como Jean Bodin o definiu: “o poder absoluto e perpétuo de uma República”.²⁶ A noção de soberania passou por uma evolução histórica²⁷ e deve ser entendida a partir da observação de Böhlke:

²⁶ BODIN, Jean. *Les Six Livres de la République*. Livro I, Capítulo VIII, p. 179, Apud: RISCAL, Sandra. O conceito de soberania em Jean Bodin. (RISCAL, 2006).

²⁷ Albuquerque faz um breve histórico da transmutação da noção de soberania: “A idéia de soberania origina-se no pensamento teocrático a partir da crença no caráter superior do poder papal, porquanto Deus era pensado e compreendido como centro ordenador do mundo na Idade Média e paulatinamente vai descendo e se arraigando ao solo histórico, onde os homens concretos esbatem-se em torno de seus interesses e vontades. [...] A soberania passa a adquirir um sentido político-teológico de fato com a emergência e o fortalecimento gradativo do poder da Igreja sobre os poderes estamentais e do Estado, particularmente sobre este último, pois a compreensão universalista propugnada pelo cristianismo sempre percebeu o Estado como uma criação mundana, derivada da presunção e da condição pecaminosa do homem. [...] Com o processo de absorção do poder por parte das comunidades nacionais em formação podemos visualizar a configuração política do conceito de soberania, pois, a partir desse momento, o poder não é mais entendido como uma mera

A insuficiência da teoria clássica entende a soberania, portanto, como poder uno, indivisível, inalienável e imprescritível. Desde o surgimento das Comunidades Européias, contudo, essa teoria clássica tem-se mostrado inadequada para descrever os recentes avanços da integração (BÖHLKE, 2005, p.70).

Neste sentido, são variados os conceitos encontrados na doutrina. Bobbio, Matteucci e Pasquino definem soberania como “o poder de mando de última instância, numa sociedade política” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1995, p.1179). Destacam ainda duas formas de sua manifestação, uma interna e outra externa. A primeira refere-se à posição do soberano de “absoluta supremacia, uma vez que tem abaixo de si os súditos, obrigados à obediência” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1995, p.1180); na segunda esfera, o Estado encontra soberanos semelhantes, em uma posição de igualdade, e decidirá sobre a guerra e a paz. Straus relaciona a soberania não como um conceito estatal, mas com a visão “popular” do Jesuíta Mariana, em *De Rege et regis institutione*. A soberania refere-se à vontade geral, tendo como sua “unidade básica” o cidadão. E conclui: “Tal Estado será, por sua vez, soberano, apenas na medida em que for capaz de garantir a soberania da vontade do conjunto de seus cidadãos, manifestada diretamente ou através dos meios de representação estatuídos na respectiva Constituição” (STRAUS, 2002, p.15). Held (HELD, 1997, p.129) entende ser soberania “*la autoridad política de una comunidad que tiene el derecho reconocido de ejercer los poderes del Estado y determinar las reglas, regulaciones y medidas dentro de um territorio determinado*” (GASTALDI, 2005, p.94). Já Arbuet-Vignali, que considera a soberania como “*atributo jurídico con repercusiones políticas*”

expressão de uma instância externa aos homens como o teológico, que os cingia a acatar passivamente à ordem vigente como um dado inelutável, estranha a sua subjetividade. [...] A soberania passa a adquirir um significado claramente político e jurídico somente com o processo real de centralização do poder ocorrido nos séculos XV e XVI, decorrente das necessidades dos altos estamentos feudais, da burguesia que lutava pela extensão dos mercados nacionais e dos próprios interesses das monarquias. É como Bodin, Maquiavel e Hobbes, pensadores e filósofos identificados com a noção absolutista do poder, que se formam as bases doutrinárias de uma adequada fundamentação autônoma do poder secular em relação à Igreja. [...] Neste sentido, o direito natural termina por positivar-se, à medida que tal direito é aquilo que o monarca entende deva ser. Tal posição é bem manifesta em Hobbes, quando o eminente filósofo inglês engendra uma teoria sobre a origem e justificação do poder que suprassume o teológico no político e no jurídico, porquanto as leis naturais sofrem uma *ad unum reductor*, na qual somente a lei natural à vida mantém-se irredutível após o pacto que celebra a formação do Estado”. (ALBUQUERQUE, 2001, p.85-89).

(ARBUET-VIGNALI, 2004, p.304), a define como *“la idea legitimante de un determinado tipo de ejercicio del poder a partir de la asunción de un compromiso entre la comunidad y la autoridad que le gobierna”* (ARBUET-VIGNALI, 2004, p.291). Soberania, neste trabalho, será empregada a partir dos dois conceitos acima expostos: a legitimação jurídica da autoridade política para o exercício dos poderes do Estado.

Quanto à autonomia, Russel e Tokatlian (RUSSEL; TOKATLIAN, 2001) distinguem três enfoques:

- 1) como uno de los principios westfalianos (junto al de territorialidad) que implica que ningún actor externo goce de autoridad dentro de los límites del Estado en cuestión;
- 2) como condición del Estado de alcanzar objetivos de manera independiente, y
- 3) como interés nacional vital del estado (junto a la supervivencia y el bienestar económico) (GASTALDI, 2005, p.96).

Held conceitua autonomia como *“poder real con que cuenta un estado-nación para articular y llevar a cabo sus metas políticas de forma independiente. [...] La autonomía es una soberanía práctica”* (GASTALDI, 2005, p.94).

Ferreirós busca um conceito a partir da evolução histórica de sua aplicação²⁸, no intento de diferenciar os termos soberania e autonomia. Os historiadores alemães, segundo ele, recorreram ao termo autonomia *“para explicar la situación de algunas ciudades griegas dentro del império romano. Conscientes de que la soberanía dentro de um determinado território es única, recurren a la noción de autonomía [...]”* (FERREIRÓS, 1996, p.32). E assim esboça o conceito de autonomia *“que, identificada com la noción de capacidad de autolegislar de um pueblo, de regirse un pueblo por sus propias leyes, termina por identificarse com independencia”* (FERREIRÓS, 1996, p.32).

²⁸ O autor inicia sua exposição a partir da época medieval, em que não se conhecia a noção de soberania: *“Si se puede hablar de diferentes ordenamientos jurídicos autónomos entre sí, se debe a que no hay em los distintos reinos un soberano”*. Destaca, ainda, a contribuição de Cícero: *“autónomo es el que se autorregula, no quien se da ley a si mismo”*. Outra observação de Ferreirós, referindo-se à filosofia kantiana, a respeito do uso do termo autonomia: *“Trás algunas apariciones esporádicas, la difusión del término autonomía em el lenguaje filosófico está vinculada a la filosofía kantiana: se emplea para aludir, precisamente, a la capacidad que tiene el hombre de autoinomarse, lo que excluye, evidentemente, la identificación entre nomos y ley”*. (FERREIRÓS, 1996, p. 30-31).

Diante da doutrina, adotou-se o termo autonomia relacionado à independência, em síntese.

A supranacionalidade, segundo Arbuét-Vignali:

[...] es una idea fuerza legitimante que los Estados miembros de un proceso de integración profunda, en un acto de su soberanía y actuando en conjunto, atribuyen a la Organización Internacional supranacional que crean. Es un atributo exclusivo de tales Organizaciones que permite a los Estados miembros conferir temporalmente en determinada materia, a la Organización que les nuclea, las competencias necesarias para adoptar decisiones en común que sean inmediatamente obligatorias para los Estados miembros y las personas que en ellos se sitúan. Resulta así un nuevo sistema jurídico, el Derecho Comunitario, que regula las relaciones entre los Estados miembros en el ámbito de competencias compartido y dentro de un esquema estructural de coordinación (ARBUET-VIGNALI, 2004, p.343).

Ao contrário da facilidade em adotar um conceito à supranacionalidade²⁹ devido a sua aplicação ao caso da União Europeia, a expressão intergovernamentalidade apresenta algumas dificuldades terminológicas. A começar pela utilização indiscriminada por muitos autores das expressões intergovernabilidade e intergovernamentalidade. Outro problema é não haver um modelo intergovernamental consolidado como parâmetro para análise,³⁰ como existe no caso do modelo supranacional europeu.

Destarte, entende-se intergovernamentalidade, para este trabalho, como a atribuição de um modelo governamental no qual Estados exercem poderes de governo entre si em determinadas matérias, por meio de órgãos designados com o fim de coordenar as ações governamentais de cada um para concretizar interesses comuns.³¹

A análise terminológica não se limita à discussão acadêmica. Buscar conceitos distintos e utilizá-los observando o rigor técnico permite maior

²⁹ A facilidade aqui mencionada refere-se à idéia de supranacionalidade, e não suas implicações e efeitos, o que é, decerto, complexa e será analisada mais adiante.

³⁰ Ver-se-á que o modelo intergovernamental existente para análise é o próprio MERCOSUL, mas não consolidado, de forma que não há modelo-padrão.

³¹ A análise terminológica de intergovernamentalidade encontra-se em MESQUITA, Luís Góes; MIZUTANI, Larissa Caetano. *Intergovernamentalidade: o problema institucional do MERCOSUL*. (MESQUITA; MIZUTANI, 2005).

compreensão e direciona ações voltadas aos propósitos da integração. A esse respeito, Arbuét-Vignali ensina:

[...] Las palabras son convencionalismos significantes de la realidad por lo que basta ponerse de acuerdo para que su uso sea correcto. Pero desde el momento en que las palabras son vínculos para la comunicación y la coordinación entre los seres humanos, constituyen uno de los más importantes instrumentos de su obrar; se identificando tal forma con su contenido que, si no se les usa adecuadamente, esto puede ocasionar negativas consecuencias para los emprendimientos comunes de los seres humanos que las utilizan (ARBUET-VIGNALI, 2004, p.162).

É notável a importância de se atribuir elementos conceituais, visto que os efeitos de se utilizar alguns termos validam ou invalidam uma tese. Uma vez esclarecido o emprego que se fará das expressões acima destacadas, poder-se-á contextualizá-las no elemento jurídico, fundamento do objeto de estudo deste trabalho.

2.1.4. Elemento jurídico

O ser humano, dotado de racionalidade, reconhece a si próprio em sua individualidade e, como parte de uma coletividade, como ser social³². Inserido em duas realidades distintas, seus valores o guiarão nas escolhas e ações possíveis de serem tomadas, face às circunstâncias externas que se lhes apresenta. Assim, haverá momentos em que, em razão de seguir seus próprios valores, o ser humano individual encontrará resistência em valores da sociedade da qual faz parte ou, em outras situações, ele deverá confrontar seus próprios valores sociais – ser humano social – com outros valores sociais, como é o caso de divergência entre dois grupos distintos. Assim, o ser individual pertencente a uma coletividade terá ações contraditórias, sejam elas contrárias a seus valores individuais ou a valores de outro agrupamento social,

³² Carlos Alberto Chiarelli explica: “Sua [do homem] predisposição ao grupo decorre de laços genéticos atávicos e, também, das dependências ligadas à sobrevivência. (...) Imprescindível registrar e reconhecer que esse ‘homem só’, como se disse antes, é um propenso e vocacionado, por estímulo e necessidade, ao universo das relações interpessoais e destas, em etapas subseqüentes, às intergrupais (daí, vêm os mutirões voluntários da fraternidade como as compulsões fratricidas da guerra)”. (CHIARELLI, 2004, p.13).

de tal forma que será imprescindível, para amenizar essa contrariedade entre ações, a adoção da norma jurídica³³.

A norma jurídica, pois, suaviza as tendências agressivas do homem, mantém a união dos grupos e outras vantagens sociais e influencia até mesmo na personalidade do ser individual. Afirma-se, então, que o direito positivo, fenômeno humano presente nas sociedades, é instrumento que visa a convivência harmônica, a ordem (LAFER, 1998, p.104), o ideal comum de vida, a felicidade e, principalmente, a justiça e a segurança (ARBUET-VIGNALI, 2004, p.27)³⁴.

Cabe ressaltar que a norma jurídica, para além da discussão normativista-lógica ou moralista (REALE, 2002, p.481)³⁵ acerca de sua natureza, é a manifestação do Direito e, assim, está condicionada à valoração que se dará ao conceito do Direito em si.

Um desses conceitos dado ao Direito³⁶ é assim tratado por Reale:

O Direito deve ser concebido, no entanto, como atualização crescente da Justiça, dos valores todos cuja realização possibilite a afirmação de cada homem segundo sua virtude pessoal. O que importa é, pois, determinar, com possível rigor, o significado do Direito à luz da experiência social e histórica do homem. [...] Realizar o Direito é, pois, realizar os valores de convivência, não deste ou daquele indivíduo, não deste ou daquele grupo, mas da comunidade concebida de maneira *concreta*, ou seja, como uma *unidade de ordem* que possui valor próprio, sem ofensa ou esquecimento dos valores peculiares às formas de vida dos indivíduos e dos grupos (REALE, 2002, p.700-701).

³³ Heber Arbuét-Vignalli explica: "*El ser humano individual es un ser gregario por naturaleza pero de espíritu contradictorio. [...] Para mantenerse reunido, para perfeccionar y profundizar los aspectos positivos de su personalidad y para aprovechar las ventajas del apoyo mutuo frente a la naturaleza hostil y eventualmente frente a otros grupos diferentes, el ser humano crea y acata reglas para que encaucen y suavicen sus tendencias agresivas y dispersantes*". (ARBUET-VIGNALI, 2004, p.25).

³⁴ Neste ponto, concorda-se com a corrente do autor, a qual estabelece como ideais e absolutos os valores da segurança e da justiça almejados pelo Direito. Na prática, como o autor explica, estes dois valores passam pelo "filtro da interpretação humana", o que lhes retira o caráter absoluto, vez que se afirma aqueles valores que o intérprete pretende como imutáveis.

³⁵ A expressão é empregada pelo autor em referência à corrente doutrinária que defende ser o Direito vinculado à moral.

³⁶ Miguel Reale ensina: "[...] [determina-se] o Direito como realidade histórico-cultural tridimensional de natureza bilateral atributiva, ou [...] 'realidade histórico-cultural ordenada de forma bilateral atributiva segundo valores de convivência' [...]". (REALE, 2002, p.699).

Verifica-se que o Direito corresponde não só ao ser individual e ao ser social supramencionado, mas à “unidade de ordem”, ao conjunto social composto pelos aspectos individual (ser individual) e coletivo (grupo, formado pelo ser social). Dessa forma, é possível compreender a necessidade de um sistema jurídico onde houver sociedade, visto que é por meio do Direito que o homem realiza-se como ser individual e social.

O Direito, em uma visão geral, é transcendente: ele permanece como instrumento regulador da sociedade e não se confunde com seu conteúdo, diverso no tempo e no espaço. O ser humano jurídico, assim chamado aquele ser parte integrante desse instrumento permanente, é protagonista do sistema, embora seja a sociedade na qual ele se encontra a razão de ser do próprio Direito.³⁷

Nesse sentido, o Direito, como manifestação do elemento jurídico da integração, serve como instrumento do processo integracionista. Instrumento porque não cabe ao Direito ser o condutor do processo de integração, vez que a integração abrange realidades sociais, políticas e econômicas. Mas, como afirma Arbuet-Viganli, “*sin tener en cuenta lo jurídico, los intentos de integración serán caóticos, quedarán a disposición de los más fuertes o fracasarán*”. O autor sintetiza a importância do elemento jurídico nestes termos:

Ningún tipo de proceso de integración puede concretarse si no es a partir de una correcta estructura institucional. También requiere de claras normas jurídicas que instituyan el sistema, ajusten su funcionamiento y legitimen las decisiones, dado que estos fenómenos determinan la asunción de fuertes compromisos internacionales que permiten el ejercicio de competencias en conjunto, compartir ámbitos de jurisdicción y, en el caso de los procesos más profundos, trasladar a órganos supranacionales poderes de gobierno habitualmente reservados a la jurisdicción doméstica. Todo ello, si carece de norma constitucional habilitante, carece de legitimación y conduce a un caos voluntarista (ARBUET-VIGNALI, 2004, p.228).

É clara a importância do elemento jurídico no processo de integração. Ainda que a integração se dê por razões sociais e reflita o dinamismo social,

³⁷ Arbuet-Vignali salienta o caráter instrumental do Direito em propiciar o cumprimento de condutas humanas que ensejem a felicidade individual e coletiva. Entretanto, ressalta que não é o Direito responsável pela felicidade do indivíduo ou da sociedade, mas sim a filosofia, a moral, a religião e a política. (ARBUET-VIGNALI, 2004, p.32).

seja fomentada e estimulada por questões econômicas, coordenadas e orientadas por fatores políticos, é o elemento jurídico responsável pela coesão dos demais elementos.

O Direito proveniente deste processo permite a regulamentação de ações oriundas das esferas envolvidas para direcioná-las aos fins a que se propõem. O elemento jurídico, manifestado por meio do Direito da Integração, será analisado neste estudo, focando o processo integracionista do Cone Sul.

3. O Direito da Integração

O Direito da Integração apresenta-se como novo ramo do Direito, mas suscita debates doutrinários acerca de sua existência, autonomia e, ainda, seu objeto de estudo. Uma das razões de tais debates existirem é a novidade, a complexidade e a interdisciplinaridade que o Direito da Integração traz em sua essência. E ainda, ser um ramo jurídico em construção, que busca precisar seu objeto de estudo e sua utilização prática.

A existência desse novo ramo do Direito é contestada por se associar a dois aspectos nebulosos de sua estrutura didática: a autonomia e o objeto. Diversamente de ramos tradicionais da ciência jurídica, como o Direito Constitucional e o Direito Penal, o Direito da Integração nasce como ramo de um Direito singular, o Direito Internacional Público³⁸. Assim, herdou as peculiaridades daquele Direito e constrói-se sobre bases instáveis, que é a sociedade internacional³⁹ regional.

No entanto, o Direito da Integração diferencia-se do Direito Internacional, como explica Basaldúa:

[...] a diferencia del *derecho internacional* , que en su formulación tradicional parte del supuesto de la existencia de Estados o naciones (“internacional”), a los cuales procura coordinar mediante normas de “cooperación” o “colaboración” y otras que aseguren la “convivencia” pacífica es un orden jurídico general aceptado, el *derecho de la integración* se propone en última instancia modificar esa realidad y subsumir – por lo menos en lo económico – los espacios y las competencias de los diversos Estados participantes en una

³⁸ O Direito Internacional Público, conforme salienta Mello, passa por uma revisão necessária, vez que “a sua formulação clássica não corresponde à realidade dos dias de hoje”. E, citando Corbett, lembra que “o Direito não cria a sociedade. Esta é criada pelo interesse comum, O Direito apenas consolida a sociedade”. Neste sentido, o cenário complexo de aplicação do Direito Internacional Público – a sociedade internacional - transforma-se de tal maneira que torna o DIP insustentável se mantido inerte por um longo período temporal: “O direito nem sempre corresponde à estrutura da sociedade em que ele se manifesta. Na verdade, pode-se repetir que o direito, normalmente, nasce ‘velho’ em relação à sociedade. O DI não corresponde à atual estrutura da sociedade internacional (Landheer)”. (MELLO, 2004, p.69).

³⁹ A respeito da sociedade internacional, Mello sintetiza sua existência por existir “relações contínuas entre as diversas coletividades, que são formadas por homens que apresentam como característica a sociabilidade, que também se manifesta no mundo internacional. A sociabilidade não existe apenas dentro das fronteiras de um Estado, mas ultrapassa tais limites”. E ainda, caracteriza-a por ser “universal, paritária, aberta, não possui uma organização institucional com a sociedade interna, o direito que nela se manifesta é originário e tem poucos membros”. (MELLO, 2004, p.56-57).

unidad superior, **que los ha de sustituir**⁴⁰. Vale decir, el *derecho de la integración* va más allá de la regulación que tradicionalmente propone el derecho internacional y, obviamente, de la inherente al derecho nacional, basado o vinculado al concepto de “soberanía”. Desconoce en última instancia las realidades de los Estados existentes – órdenes jurídicos parciales – para crear nuevos órdenes jurídicos más grandes o más amplios, a expensas de las competencias y atribuciones de aquéllos (BASALDÚA, 1999, p.62, grifo meu).

Confere-se ao Direito da Integração a especificidade de aplicação a processos de integração, visando como sujeitos os Estados que deste processo participam, e com produção de efeitos no âmbito regional onde se realiza a integração. Dessa forma, revela-se, parcialmente, este novo ramo do Direito construído com um fim determinado.

A aparente imprecisão do seu objeto de estudo, que acarreta na dificuldade de se ver um ramo jurídico autônomo em construção, dá-se pela complexidade e interdisciplinaridade do Direito da Integração. Sua abordagem está diretamente relacionada a outros ramos de estudo externos ao Direito, como as Relações Internacionais e o Comércio Exterior, bem como os demais ramos relacionados a essas duas áreas de conhecimento (Ciência Política, Economia, Sociologia, para citar algumas), além dos ramos do Direito. Isso porque o Direito da Integração está envolvido essencialmente, como acima se demonstrou, a elementos sociais, econômicos e políticos. Daí afirmar-se a interdisciplinaridade e a complexidade do Direito da Integração, sendo dificultosa a distinção de seu campo de estudo.

Desse modo, torna-se, à primeira vista, problemática a definição de seu objeto. Entretanto, embora não haja consenso doutrinário, já se estuda o Direito da Integração como disciplina autônoma em cursos de pós-graduação⁴¹. Cabe ainda ressaltar que o Direito da Integração não é visto de

⁴⁰ A esse respeito, tratar-se-á adiante da transitoriedade do Direito da Integração no MERCOSUL, expressa na idéia exposta pelo uso do tempo verbal no futuro do presente pelo autor.

⁴¹ No Brasil, para citar alguns: Especialização em Direito Internacional Público e Privado e Direito da Integração: O novo Direito Internacional – UFRGS, Mestrado em Direito Internacional e Integração Econômica – UERJ, Especialização em Direito da Integração e do Comércio Internacional – UEL, Mestrado em Direito – linha de pesquisa Integração Jurídico-Política – UniCEUB, Pós-graduação *latu sensu* Direito Econômico Internacional – PUC-Rio, Pós-Graduação em Integração Lation-americana – UFSM, entre outros. Ressalta-se que já consta como disciplina complementar ou de especialização do curso de Graduação em Direito do Direito da Integração na USP, na UFPR, na UFSC, na UCB (dentro da disciplina Direito

maneira uniforme, por ser utilizados muitas vezes como nome genérico para o Direito existente nos processos de integração da União Europeia e do MERCOSUL, Direito da Integração Regional, Direito da Integração Econômica ou Direito da Integração Latino-americana.

Estas variadas aplicações do denominado Direito da Integração sofreram mudanças, como nos diz Arbuet-Vignali:

En general, los autores americanos que escribieron entre las décadas de 1960 y 1980 consideran que el Derecho de la Integración es la rama del Derecho Internacional Público [...]. Más recientemente algunos autores identifican la expresión Derecho de la Integración con el sistema de Derecho Comunitario europeo que realiza el tránsito de la Comunidad Económica Europea a la Unión Europea. Otros autores utilizan la expresión comprendiendo en ella a las reglas jurídicas de cualquier proceso de integración internacional [...] (ARBUE-VIGNALI, 2004, p. 287-288).

Apesar de seus empregos diversos, é importante determinar qual o significado aplicado à expressão Direito da Integração neste trabalho e justificar tal escolha.

Como ponto de partida, Böhlke demonstra a relação entre os processos de integração e os instrumentos e normas oferecidos pelo Direito Internacional Público. No entanto, adverte a peculiaridade de sua utilização na integração. Dessa forma, o Direito da Integração (Geral, como ele o denomina, vez que abarca o Direito Comunitário) é:

[...] ramo do Direito que compreende o conjunto de normas, valores, princípios e condutas relativos ao processo de integração e a sua sistemática de funcionamento, incluindo as relações dos Estados membros entre si, com terceiros países ou organizações internacionais e, ainda, com as instituições do bloco (BÖHLKE, 2005, p.189).

Já Arbuet-Vignali reconhece conceitos diversos de acordo com o grau de análise da expressão:

Por *Derecho de la Integración en sentido amplio* entendemos a todo conjunto de normas jurídicas destinado a regular cualquier tipo de proceso de integración de acuerdo a los tipos

Internacional Privado), na UFBA, entre outras. Cabe ressaltar que estes dados são exemplificativos e não foram considerados outros cursos além do Direito que, porventura, ministrem a disciplina.

que ya hemos indicado⁴²; [...] A las normas que regulan los procesos internos de integración las denominaremos *derecho interno aplicable a la integración*. [...] Reservamos la denominación *Derecho de la Integración en sentido estricto* para la rama del Derecho Internacional Público que aparece después de meados de este siglo [XX] destinada a reglar los procesos de integración de baja y mediana intensidad, de características económicas y tendientes en general a incentivar el comercio internacional regional y el desarrollo; en tanto que las normas jurídicas que reglan los procesos de integración profunda, con instituciones y atributo de la supranacionalidad, deben denominarse, a efectos de una mejor precisión y sistematización metodológica, *Derecho Comunitario* (ARBUET-VIGNALI, 2004, p. 218).

Neste trabalho, será utilizada conceituação elaborada por Arbuét-Vignali de Direito da Integração *lato sensu*, que inclui normas de qualquer origem (interna ou externa) que trate do processo de integração, diferenciando-o do Direito Comunitário, referente a um processo de integração consolidado.

⁴² Os graus de integração internacional, segundo o autor, dividem-se em: heterogêneos (estrutura orgânica geral para Estados que cumpram com os requisitos exigidos do DIP, como ocorre na Corte Internacional de Justiça); de baixo perfil; de média intensidade; e profunda ou comunitária (realizado por acordos convencionais constitutivos, com sistemas jurídicos intergovernamentais ou supranacionais, de acordo com o nível de integração que se deseja). O primeiro é regulado pelo Direito Internacional Público; os segundo e terceiro são regulados pelo Direito da Integração; o último, pelo Direito Comunitário. (ARBUET-VIGNALI, 2004, p.189).

4. Perspectiva histórica: antecedentes do MERCOSUL

O estudo do Direito da Integração no MERCOSUL será possível após breve comentário histórico sobre a formação desse bloco no Cone Sul. A proposta, no entanto, pretende-se breve, com o propósito de esboçar a construção do cenário no qual o Direito da Integração será analisado. Não serão abordadas aqui as tentativas de integração regional, sejam elas da América do Sul (Como a Comunidade Andina), sejam da América Latina (ALALC e, posteriormente, ALADI).⁴³

A negociação de fato do Mercado Comum do Sul é antecedida pelo estreitamento das relações entre Argentina e Brasil em suas políticas externas. Na década de 1980 ambos os países passavam por alterações políticas internas significativas. De um lado, o então Presidente da República José Sarney (1985 – 1990) tinha como desafio a restauração total e consolidação do regime democrático após o Brasil experimentar um longo período sob o Regime Militar (1964 – 1985). De outro, a Argentina, sob o Governo de Raúl Alfonsín (1983 – 1989), recuperava-se de um regime militar e da Guerra das Malvinas (1983). Ambos os países buscavam a credibilidade externa, adaptarem-se às novas condições internacionais e, conseqüentemente, “orientar o desenvolvimento econômico e a inserção externa do país” (VAZ, 2002, p.74).⁴⁴

O marco do início da parceria Argentina-Brasil deu-se a partir do Tratado de Itaipu-Corpus, em 1979.⁴⁵ Em 1985, a disposição dos governos

⁴³ A esse respeito, destacam-se inúmeras obras acerca dos antecedentes da tentativa de integração regional, dentre eles o MERCOSUL. No entanto, o enfoque dado para o estudo do Bloco e o Direito da Integração nele existente comporta o conhecimento de sua perspectiva histórica, sem necessariamente estender os antecedentes a outras manifestações integracionistas da região. Recomenda-se, pois, duas referências doutrinárias que exploram os antecedentes da integração regional: CASELLA, Paulo Borba: *Integração nas Américas: uma visão de conjunto*, p. 235-278, e FARIA, Werter R.: *Os processos latino-americanos de integração*, p. 305-322 In. CASELLA, Paulo Borba (Coord.) *MERCOSUL: Integração Regional e Globalização*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

⁴⁴ Cabe ressaltar que as relações entre Argentina e Brasil é remota, refletida em diversos acordos bilaterais, conforme dados do Ministério das Relações Exteriores. (BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2006).

⁴⁵ “A construção da parceria, a partir de 1979, envolveria, em seu primeiro momento, não iniciativas de fundo econômico, mas propostas e ações no plano da segurança, inclusive na área nuclear, fomentando um clima de confiança mútua crescente e que ensejou, em

argentino e brasileiro é manifestada pela Declaração de Iguaçu (Anexo I), no qual se definiu “a criação de uma comissão mista para encaminhar, no prazo de um ano, recomendações aos presidentes, focalizando notadamente os temas de energia, transporte, comunicação, ciência e tecnologia” (VAZ, 2002, p.78). Nessa mesma ocasião, firmaram ainda a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, em que afirmam “os propósitos pacíficos dos seus programas nucleares e decidem intensificar a cooperação nesse campo” (LAMBERT, 2002, p.168).

Em 29 de julho de 1986 é aprovada a Ata para a Integração Argentino-Brasileira, estabelecendo o Programa de Integração e Cooperação Econômica entre Argentina e Brasil (PICE), especificado por doze protocolos.

Nesse mesmo ano, em 10 de dezembro, é assinada a Ata de Amizade Argentino-Brasileira para a Democracia, Paz e Desenvolvimento, que resume, em seu inciso VI, o comprometimento dos dois países “em tornar cada vez mais sólida e expressiva a crescente e ambiciosa cooperação bilateral em todos os setores” (BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2006) (Anexo II) e amplia as áreas de cooperação por meio de mais cinco protocolos e anexos complementares.

Em 17 de julho de 1987, estende-se o programa de integração bilateral com a adição de mais três protocolos. O PICE traz protocolos que tratam sobre biotecnologia (n.º 9), transporte terrestre (n.º 14), comunicações (n.º16), cultura (n.º 18) e, ainda, sobre uma moeda única – o “gaucho” (n.º20) (Anexo III).

A partir de 1988, delineia-se uma nova orientação – desta vez, mais nítida – em relação à cooperação entre os países do Cone Sul. Em 06 de abril daquele ano, o Presidente do Uruguai, Júlio Maria Sanguinetti, assina em Brasília, juntamente com os presidentes da Argentina e do Brasil a Ata da Alvorada, formalizando a participação uruguaia no processo de integração.

seguida, o desmantelamento das hipóteses de conflito entre os dois países. Nesse sentido, observa-se que as iniciativas de integração, tanto na etapa bilateral, como, posteriormente, na do Mercosul, viriam a modificar a geoeconomia do Cone Sul, área cuja geopolítica já havia sido profundamente impactada pela superação das desconfianças mútuas do Brasil e da Argentina, nos planos político e estratégico, tendo como marcos fundamentais a solução do contencioso Itaipu-Corpus e, em seguida, a solidariedade brasileira à Argentina, na Guerra das Malvinas, em 1982”. (VAZ, 2002. p.77).

Seria o setor de transporte terrestre o mais propício para levar a cabo a proposta dos três países.

Em continuidade, foi firmado, em 29 de novembro de 1988, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Argentina-Brasil (Anexo IV). Este Tratado, em seu Artigo 1, determina que “os territórios dos dois países integrarão um espaço econômico comum” e descreve as etapas e os mecanismos para tal empresa nos seus demais dispositivos, com prazo máximo de dez anos. O Tratado contém, ainda, em seu Artigo 5, a vontade de se criar um “mercado comum”, nestes termos:

Artigo 5

Concluída a Primeira Etapa, proceder-se-á harmonização gradual das demais políticas necessárias à formação do **mercado comum entre os dois Estados-Parte**, incluindo, entre outras, as relativas a recursos humanos, através da negociação de Acordos específicos, que serão aprovados pelo poder Legislativo da República Federativa do Brasil e pelo Poder legislativo da República Argentina (BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2006, grifo meu).

O processo de integração entre os dois países foi antecipado em cinco anos pela Ata de Buenos Aires, assinada em 06 de julho de 1990, na qual a Argentina e o Brasil decidem estabelecer um *Mercado Comum* até 31 de dezembro de 1994. Na mesma data, cria-se, em Buenos Aires, o Grupo Mercado Comum, com o objetivo de planejar o mercado comum por funcionários governamentais argentinos e brasileiros.

Em agosto de 1990, o Paraguai aceita o convite para participar do processo de integração regional. Em setembro daquele ano, representantes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai reúnem-se com o propósito de firmar bases para um tratado quadripartito em substituição ao sistema bilateral de integração. Enfim, em 26 de março de 1991 é assinado o Tratado de Assunção⁴⁶ (Anexo V), instrumento constitutivo do Mercado Comum do Sul,

⁴⁶ Cabe salientar que o Tratado de Assunção considera-se, em seu preâmbulo, como “um novo avanço no esforço tendente ao desenvolvimento progressivo da integração da América Latina, conforme o objetivo do Tratado de Montevideu de 1980”. Este Tratado faz referência à Associação Latino-americana de Desenvolvimento e Integração, ALADI, criada com o propósito de aprimorar o modelo instituído pela Associação Latino-americana de Livre Comércio - ALALC, de 1960. A ALADI, constituída entre Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, visa construir a integração

entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai.

continental. Entretanto, como salienta CASELLA, "O fracasso na criação de modelo eficiente no contexto continental levou a esforços mais restritos e mais estritamente direcionados, na tentativa de construção da integração. Nesse sentido, os objetivos do processo são colocados em maior profundidade e o número de parceiros é reduzido e concentrado". Um desses esforços foi o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL. (CASELLA, 2000, p.251).

5. Direito da Integração no MERCOSUL

Conforme ao já exposto, pode-se afirmar que há um Direito no MERCOSUL. Seja por uma necessidade jurídica de regulamentação das relações entre os Estados membros e seus sujeitos de direito, seja em vista da institucionalização do Mercado Comum do Sul, fato é a existência de princípios, normas e regras jurídicas no bloco. E, contrariamente a autores que não distinguem o direito existente no MERCOSUL do Direito Interno ou do Direito Internacional Público, o Direito ali observado é, de fato, Direito da Integração.

A esse respeito, Böhlke (BÖHLKE, 2005, p.190-196) discorre sobre a diferenciação do Direito da Integração do MERCOSUL em relação ao Direito Interno e ao Direito Internacional Público. A primeira posição é defendida com o argumento de se tornar Direito do MERCOSUL as normas internalizadas nos ordenamentos jurídicos dos Estados partes, após o processo de incorporação, previsto pelo Direito do próprio Estado membro. A segunda corrente defende ser o Direito encontrado do MERCOSUL Internacional, vez que as normas originárias derivam de tratados internacionais realizados entre os países do Bloco, instrumento encontrado no Direito Internacional clássico.

Em relação ao Direito Interno, o autor estabelece três diferenças básicas que explicitam a natureza integracionista do Direito no MERCOSUL. Primeiramente, o Direito Interno representa “a vontade jurídica de apenas um Estado”, enquanto o Direito da Integração no MERCOSUL responde ao interesse de vários Estados pertencentes ao bloco, em um contexto integracionista. A segunda diferença aponta a produção e a aplicação das normas. Se, por um lado, o Direito Interno é produzido e aplicado por órgãos de um determinado Estado, em observância à sua Constituição, por outro está o Direito da Integração, produzido pelos órgãos do MERCOSUL e aplicados em observância às disposições do direito originário do Bloco. Enfim, apesar de a incorporação das normativas do MERCOSUL depender de regras internas, é prevista a sua obrigatoriedade para os Estados membros.

Quanto ao Direito da Integração e o Direito Internacional clássico, Böhlke ressalta a finalidade do primeiro em relação ao segundo: o Direito da Integração é reflexo e instrumento do processo de integração, pois evidencia o

nível de integração pretendido e permite a segurança jurídica das relações estabelecida entre seus membros integrantes. Já o Direito Internacional não tem por escopo a integração, mas a regulamentação das relações entre Estados soberanos entre si ou entre organismos internacionais. Outra característica diferenciadora está nas reservas a disposições específicas nos instrumentos de Direito Internacional Público, conforme a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados. O Direito Internacional clássico aceita as reservas; o Direito da Integração, em vista de sua finalidade, as proíbe. Um outro aspecto a ser destacado, sugerido pelo autor, refere-se ao princípio da solidariedade: enquanto o Direito da Integração é por ele fortemente influenciado consoante ao seu escopo e aos ganhos de todos os Estados partes, o Direito Internacional clássico é individualista e os ganhos visados são relativizados⁴⁷.

Uma vez diferenciado, o Direito da Integração no MERCOSUL é passível de análise e caracteriza-se, segundo Böhlke, por ser: a) autonomista; b) subjetivista; c) contratualista; d) estruturalista; e e) integracionista (BÖHLKE, 2005, p.204).

O Direito da Integração é constituído por um conjunto autônomo de princípios e normas, voltado às pessoas e não às coisas, tendo como destinatários os Estados partes e os particulares. Possui ainda o caráter contratual, vez que sua origem encontra-se nos tratados internacionais (direito originário), resultado de negociações entre os países membros do Bloco, e caráter estrutural, pois cria uma estrutura institucional que produz e aplica normas mercosulinas⁴⁸. Por fim, o Direito da Integração é integracionista porque, como seu nome indica, tem como fim a integração e serve de

⁴⁷ Böhlke cita Charles Rousseau, que afirma: "*le droit des gens est beaucoup plus individualiste et beaucoup moins solidariste que le droit interne: « l'égoïsme sacré » a pu y être élevé au rang de principe d'action gouvernementale*". (BÖHLKE, 2005, p.196).

⁴⁸ A estrutura institucional do MERCOSUL é prevista no Capítulo I do Protocolo de Ouro Preto – Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL, de 17 de dezembro de 1994: "Artigo 1º: A estrutura institucional do MERCOSUL contará com os seguintes órgãos: I. O Conselho do Mercado Comum (CMC); II. O Grupo Mercado Comum (GMC); III. A Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM); IV. A Comissão Parlamentar Conjunta (CPC); V. O Foro Consultivo Econômico-Social (FCES); VI. A Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM). Parágrafo único: Poderão ser criados, nos termos do presente Protocolo, os órgãos auxiliares que se fizerem necessários à consecução dos objetivos do processo de integração". E o Artigo 2º do mesmo Protocolo aponta como órgãos de capacidade decisória, de natureza intergovernamental, o CMC, o GMC e a CCM. (SENADO FEDERAL, 2005, p.34-35).

instrumento para a coordenação das ações dos Estados membros direcionadas ao propósito do MERCOSUL.

5.1. Fontes do Direito da Integração no MERCOSUL

A previsão expressa das fontes jurídicas do MERCOSUL encontra-se no Artigo 41 do Protocolo de Ouro Preto, nestes termos:

Artigo 41:

As fontes jurídicas do MERCOSUL são:

- I. O Tratado de Assunção, seus protocolos e os instrumentos adicionais ou complementares;
- II. Os acordos celebrados no âmbito do Tratado de Assunção e seus protocolos;
- III. As decisões do Conselho do Mercado Comum, as resoluções do Grupo Mercado Comum e as diretrizes da Comissão de Comércio do MERCOSUL, adotadas desde a entrada em vigor do Tratado de Assunção.

As fontes do Direito da Integração no MERCOSUL podem ser divididas, portanto, em originárias e derivadas, e ainda uma terceira classificação é sugerida, as fontes derivadas interna e externa. São consideradas fontes originárias o Tratado de Assunção e seus protocolos adicionais e complementares (inciso I);⁴⁹ as fontes derivadas referem-se às normas produzidas pelos órgãos decisórios do MERCOSUL, quais sejam: Conselho do Mercado Comum (CMC), Grupo Mercado Comum (GMC) e Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM) (inciso III). Restaria o enquadramento na classificação do inciso II, o que torna a proposta doutrinária

⁴⁹ Quanto à delimitação do direito originário, Böhlke aponta divergência doutrinária: "Roberto Díaz Labrano considera Direito da Integração Originário o Tratado de Assunção, o Protocolo de Brasília, o Protocolo de Ouro Preto, os AAP.CE n.s 35 e 36 e o Acordo Marco Inter-Regional de Cooperação entre a União Européia e o Mercosul. Todos os demais protocolos adicionais e complementares ao Tratado de Assunção, bem como as normas emanadas dos órgãos do Mercosul, fazem parte do Direito da Integração Derivado. LABRANO, Roberto Ruiz Díaz. *Mercosur: integración y derecho*. Buenos Aires: Intercontinental y Ciudad Argentina, 1998. p.521-524. José Gabriel Assis de Almeida acredita ser Direito da Integração Originário apenas o Tratado de Assunção e o Protocolo de Ouro Preto. Para este autor, os demais protocolos adicionais e complementares ao Tratado de Assunção estariam em um primeiro escalão do Direito da Integração Derivado. ALMEIDA. *Mercosul: manual de Direito da Integração*, p. 180. [...]". (BÖHLKE, 2005, p. 205).

incompleta. Para tratar dos acordos citados no inciso III do Artigo 41 do Protocolo de Ouro Preto, os autores intentam classificá-los como fontes originais ou derivadas, ou mesmo sem classificação.⁵⁰ Sugere-se, pois, uma segunda classificação, além da clássica fonte originária e derivada, considerando os tratados mencionados no inciso II em fonte derivada externa, enquanto as chamadas fontes derivadas do inciso III seriam fontes derivadas internas. O critério utilizado é a origem institucional das fontes derivadas, em relação à estrutura institucional do MERCOSUL.

5.1.1. O Direito da Integração Originário

5.1.1.1. O Tratado de Assunção

O Tratado de Assunção foi firmado em 26 de março de 1991, mas entrou em vigor em 29 de novembro daquele ano, trinta dias após o depósito do terceiro instrumento de ratificação. A respeito do Tratado, Basaldúa apresenta algumas de suas características: a) acordo internacional; b) acordo regional de integração econômica; c) acordo provisório; d) acordo sub-regional; e) acordo de alcance parcial; f) acordo parcial de complementação econômica; g) acordo aberto; h) acordo marco; i) acordo programático; j) acordo plurilateral; l) acordo que confere personalidade; m) acordo que cria órgãos legisferantes (BASALDÚA, 1999, p.83-94).

⁵⁰ É o caso de Deisy Ventura, conforme assinala Böhlke: "Por fim, Deisy de Freitas Lima Ventura menciona os acordos internacionais firmados entre o Mercosul e terceiros países ou organizações internacionais como parte do Direito Complementar, ou seja, nem Direito originário nem Derivado". (BÖHLKE, 2005, p.206).

O Tratado de Assunção tem caráter de tratado⁵¹ internacional de acordo com a Convenção de Viena sobre Direitos dos Tratados, conforme seu artigo 2º, item 1, alínea “a”: “entende-se por ‘tratado’ um acordo internacional celebrado por escrito entre Estados e regido pelo direito internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação particular”. O instrumento é, pois, um tratado internacional firmado entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai.

O Tratado de Assunção é também acordo regional de integração econômica, vez que, em seu preâmbulo, encontra-se a seguinte referência: “Conscientes de que o presente Tratado deve ser considerado como um novo avanço no esforço tendente ao desenvolvimento progressivo da integração da América Latina, conforme o objetivo do Tratado de Montevideu de 1980 [...]”. O Tratado de Montevideu (Anexo VII) mencionado prevê, em seu artigo 7º: “Os

⁵¹ Embora o autor utilize do termo “acordo”, pretende-se diferenciar os termos acordo e tratado, segundo orientação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, que diz: “A expressão Tratado foi escolhida pela Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, como termo para designar, genericamente, um acordo internacional. Denomina-se tratado o ato bilateral ou multilateral ao qual se deseja atribuir especial relevância política. Nessa categoria se destacam, por exemplo, os tratados de paz e amizade, o Tratado da Bacia do Prata, o Tratado de Cooperação Amazônica, o Tratado de Assunção, que criou o Mercosul, o Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares. [...] Acordo: O Brasil tem feito amplo uso desse termo em suas negociações bilaterais de natureza política, econômica, comercial, cultural, científica e técnica. Acordo é expressão de uso livre e de alta incidência na prática internacional, embora alguns juristas entendam por acordo os atos internacionais com reduzido número de participantes e importância relativa. No entanto, um dos mais notórios e importantes tratados multilaterais foi assim denominado: Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). O acordo toma o nome de Ajuste ou Acordo Complementar quando o ato dá execução a outro, anterior, devidamente concluído. Em geral, são colocados ao abrigo de um acordo-quadro ou acordo-básico, dedicados a grandes áreas de cooperação (comércio e finanças, cooperação técnica, científica e tecnológica, cooperação cultural e educacional). Esses acordos criam o arcabouço institucional que orientará a execução da cooperação. Acordos podem ser firmados, ainda, entre um país e uma organização internacional, a exemplo dos acordos operacionais para a execução de programas de cooperação e os acordos de sede”. Mesmo com a distinção dos dois termos, o MRE ressalva: “[...] Embora a denominação escolhida não influencie o caráter do instrumento, ditada pelo arbítrio das partes, pode-se estabelecer certa diferenciação na prática diplomática, decorrente do conteúdo do ato e não de sua forma. As denominações mais comuns são tratado, acordo, convenção, protocolo e memorando de entendimento. Nesse sentido, pode-se dizer que, qualquer que seja a sua denominação, o ato internacional deve ser formal, com teor definido, por escrito, regido pelo Direito Internacional e que as partes contratantes são necessariamente pessoas jurídicas de Direito Internacional Público”. (BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2006).

acordos de alcance parcial são aqueles de cuja celebração não participa a totalidade dos Países Membros e propenderão a criar as condições necessárias para aprofundar o processo de integração regional, através de sua progressiva multilateralização”. Tal dispositivo justifica o Tratado de Assunção diante do GATT (atual OMC) no que se refere ao estabelecimento de um regime aduaneiro e comercial preferencial, considerado uma exceção ao sistema geral do GATT de 1994⁵².

Caracteriza-se como provisório porque o Tratado de Assunção enquadra-se no dispositivo do Artigo 24, parágrafo 5, alínea “c”, pois:

[...] el acuerdo que contenga un plan y un programa para el establecimiento, en un plazo razonable, de una unión aduanera o de una zona de libre comercio, constituye un *acuerdo provisional*, que debe ser notificado a los Miembros, los cuales podrán observarlo así como formular recomendaciones, las que han de ser tomadas en consideración por los Estados interesados en la constitución de la misma (BASALDÚA, 1999, p.86).

A esse respeito, discorre Soares a atual situação de compatibilização do MERCOSUL com o Artigo 24, parágrafo 5º, do GATT, supracitado, demonstrando uma vez mais a situação de exceção do Bloco em relação ao previsto no GATT:

[...] pelo fato de o Grupo de Trabalho ainda não ter concluído sua tarefa, e, por conseguinte, na falta de uma decisão das partes contratantes, seria prematuro qualquer afirmativa quanto aos resultados do exame da compatibilidade do MERCOSUL, com as regras do GATT, ou da Organização Mundial do Comércio, (devendo observar-se que não houve inovação, a partir das decisões tomadas ao final da Rodada Uruguai, em Marrakech, no que se refere aos aspectos estudados no presente artigo).

[...] A partir das discussões até agora havidas, pode-se concluir que as Partes Contratantes pensam tratar-se o MERCOSUL de uma organização de integração econômica de tal relevância para a economia dos países da sub-região latino-americana, com importantes reflexos nas relações comerciais com terceiros países e naquelas com o resto do

⁵² Basaldúa explica: “*El GATT de 1994 impone a sus miembros el compromiso de no discriminación, que se asegura a través de la denominada cláusula de la nación más favorecida, consagrada en su Artículo I, en virtud de la cual las ventajas arancelarias y comerciales que cualquier Estado miembro hubiera concedido a un producto originario de otro país o destinado a él deben extenderse ‘inmediatamente e incondicionalmente’ a todo producto similar originario de los territorios de los demás Miembros del GATT o a ellos destinado*”. (BASALDÚA, 1999. p.84-86).

mundo, a ponto de ter sido julgado necessária a constituição de um Grupo de Trabalho, para melhor justificar futura decisão das partes contratantes sobre a compatibilidade entre o MERCOSUL e as normas que regem suas relações globais.

Deve ser dito que semelhante precaução reforça o valor da importância que se tem atribuído ao MERCOSUL, como pólo de criação de comércio internacional, em particular na presente fase histórica do GATT/OMC, em que a cláusula de habilitação teria dispensado critérios mais rígidos para o citado exame de compatibilidade (SOARES, 2006).

O Tratado de Assunção é considerado também acordo sub-regional e de alcance parcial. Sub-regional porque, como acima exposto, é considerado como uma exceção ao regime do GATT de 1994, bem como ao próprio objetivo nele traçado: a criação de um Mercado Comum do Sul. É considerado parcial, pois se fundamenta no artigo 7º do Tratado de Montevidéu de 1980 e regidos pelo artigo 9º do mesmo documento legal. E a espécie do acordo parcial é chamada de complementação econômica, conforme o Artigo 8º Do Tratado de Montevidéu de 1980 distingue, bem como o seu Artigo 11, que define tais acordos.

Dentro desta análise, o Tratado de Assunção é classificado pelo Tratado de Montevidéu de 1980 como acordo aberto, Artigo 9º. O próprio Tratado de Assunção, em seu Artigo 20, dispõe que o Tratado “estará aberto à adesão, mediante negociação, dos demais países membros da Associação Latino-americana de Integração [...]”. Nesse sentido, o Tratado de Assunção é, ainda, acordo plurilateral, vez que firmado entre quatro países com possibilidade de incorporação de novos Estados membros ao Mercado Comum do Sul.

O Tratado de Assunção é considerado acordo marco e programático, pois fixa objetivos e estabelece, em linhas gerais, os meios para sua consecução; e ainda, conforme visto anteriormente no Artigo 24, parágrafo 5º, do GATT de 1994, é provisório e também programático porque contém um plano e um programa para a formação de um mercado comum em um determinado prazo. Esse prazo é previsto pelo Artigo 3º, chamado “período de transição”, que findou em 31 de dezembro de 1994. Os dispositivos seguintes estabelecem os instrumentos a serem utilizados durante este período (entre 26

de março de 1991 a 31 de dezembro de 1994), em especial os Anexos II, III e IV do Tratado.

Para Faria (FARIA, 1993, p.25), o Tratado de Assunção pertencente à categoria dos tratados de integração, justificando tal classificação por ser a integração fenômeno específico e delimitado pela “prática internacional”, sendo, pois, a integração objeto do Tratado de Assunção. Em relação à natureza jurídica, Ventura aponta divergência doutrinária e destaca duas correntes: aqueles que acreditam ser o Tratado de Assunção um simples acordo-quadro e outros que defendem ser um acordo constitutivo (VENTURA, 2003, p.09). Ela adere à corrente constitutiva, vez que “as instituições criadas pelo Tas já estavam em pleno funcionamento e haviam adotado mais de uma centena de normas de direito derivado [...]. Além disso, o Mercosul já havia concluído dois acordos internacionais” (VENTURA, 2003, p.11).⁵³

Embora a doutrina refira-se recorrentemente ao Tratado de Assunção como Tratado constitutivo do Mercado Comum do Sul, tal referência seria justificada por uma tentativa de adequar sua condição de exceção diante das normativas do GATT de 1994. Caracterizá-lo como acordo-quadro, ou acordo marco ou programático, parece o mais adequado, pois em seu texto, no art. 18, encontra-se assim disposto:

Antes do estabelecimento do Mercado Comum, a 31 de dezembro de 1994, os Estados Partes convocarão uma reunião extraordinária com o objetivo de determinar a estrutura institucional definitiva aos órgãos de administração do Mercado Comum, assim como as atribuições específicas de cada um deles e seu sistema de tomada de decisões (SENADO FEDERAL, 2005, p.18).

Tem-se expressamente, portanto, dentro do próprio tratado, a caracterização de acordo marco ou programático, conforme a classificação de Basaldúa. Outra observação a ser feita diz respeito ao nome do Tratado de Assunção: Tratado **para** a constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República do Uruguai (grifo meu). De acordo com Cintra e Cunha,

⁵³ O acordo citado pela autora é o *Rose Garden Agreement*, entre o MERCOSUL e os Estados Unidos, assinado em 19 de junho de 1991, em Washington; e o Acordo de Cooperação Interinstitucional entre o Conselho Mercado Comum e a Comissão Europeia, assinado em Santiago, em 29 de maio de 1992.

a preposição “para” indica “tendência para um limite, finalidade, direção, perspectiva” (CINTRA; CUNHA, 2001, p.573). Caso o Tratado em questão fosse constitutivo, ou seja, criasse formalmente o Mercado Comum do Sul, a utilização preposicional mais adequada seria a preposição “de”, que, de acordo com os mesmos autores, indica “afastamento de um ponto, de um limite, procedência, origem” (CINTRA; CUNHA, 2001, p.568).

Além do disposto no tratado, a evidência se corrobora com a necessidade de se firmar, em 17 de dezembro de 1994 – portanto, antes da data estabelecida para o nascimento formal do MERCOSUL – o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do MERCOSUL, o Protocolo de Ouro Preto. Nas palavras de Rezek, “o que temos é um tratado não institucional” (REZEK, 1995, p.270). Cabe ressaltar que a discussão da natureza do tratado afeta diretamente a qualidade transitória do Direito da Integração. Assim sendo, revela-se importante a discussão aqui firmada.

E por fim, o Tratado de Assunção confere personalidade e cria órgãos legisferantes. A união aduaneira então criada necessita de personalidade jurídica que permita negociar na esfera internacional, observadas as competências dos órgãos para ela criados. Assim, O Tratado de Assunção, complementado pelo Protocolo de Ouro Preto, de 17 de dezembro de 1994, atribuiu personalidade jurídica ao Bloco e tratou da estrutura institucional do MERCOSUL.

5.1.1.2. Protocolos adicionais ou complementares ao Tratado de Assunção

Os principais protocolos⁵⁴ adicionais ou complementares ao Tratado de Assunção são o Protocolo de Ouro Preto e o Protocolo de Olivos, que

⁵⁴ “Protocolo é um termo que tem sido usado nas mais diversas acepções, tanto para acordos bilaterais quanto para multilaterais. Aparece designando acordos menos formais que os tratados, ou acordos complementares ou interpretativos de tratados ou convenções anteriores. É utilizado ainda para designar a ata final de uma conferência internacional. Tem sido usado, na prática diplomática brasileira, muitas vezes sob a forma de “protocolo de intenções”, para sinalizar um início de compromisso”. (BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2006).

substituiu o Protocolo de Brasília. Há outros protocolos, listados por Böhlke (BÖHLKE, 2005, p.209-210), referentes à cooperação jurisdicional: Protocolo de Las Leñas sobre Cooperação e Assistência em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa; Protocolo de Medidas Cautelares; Protocolo de Buenos Aires sobre Jurisdição Internacional em Matéria Contratual; Protocolo de San Luís em Matéria de Responsabilidade Civil; Protocolo de Trânsito entre os Estados Partes do MERCOSUL.

Em matéria de Direito do Consumidor e da Concorrência, tem-se o Protocolo de Santa Maria sobre Jurisdição Internacional em Matéria de Relações de Consumo e Protocolo de Defesa da Concorrência no MERCOSUL.

Sobre matéria de investimentos e circulação de capitais, existem o Protocolo de Colônia para Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos no MERCOSUL e o Protocolo sobre Promoção e Proteção dos Investimentos Provenientes de Estados Não-Partes do MERCOSUL.

Há diversos protocolos em matéria de educação e cultura, como: Protocolo de Integração Cultural do MERCOSUL; Protocolo de Integração Educacional para Prosseguimento de Estudos de Pós-graduação nas Universidades dos Estados Partes do MERCOSUL; Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-graduação entre os Estados partes do MERCOSUL; Protocolo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício das Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do MERCOSUL.

Existem, ainda, protocolos em matéria de propriedade intelectual, normalização e comércio de serviços, dentre eles o Protocolo de Harmonização de Normas sobre propriedade Intelectual no MERCOSUL em Matéria de Marcas, Indicações de Procedência e Denominações de Origem; Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do MERCOSUL; e Protocolo de Harmonização de Normas em Matéria de Desenhos Industriais.

5.1.1.2.1. O Protocolo de Ouro Preto

O Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL (Anexo VI), cumpre com o disposto no artigo 18 do Tratado de Assunção. Podem-se destacar três matérias tratadas nesse Protocolo: a estrutura institucional do Bloco (arts. 1º a 33), a atribuição de personalidade jurídica ao Mercado Comum do Sul (arts. 34 a 36) e a sua normativa (arts. 37 a 42).

O Protocolo de Ouro Preto foi aprovado em 17 de dezembro de 1994, e entrou em vigência no dia 15 de dezembro de 1995 (conforme o Artigo 48). Segundo Basaldúa, este Protocolo possui a mesma hierarquia do Tratado de Assunção como ato internacional (BASALDÚA, 1999, p.563).

Este Protocolo, conforme observa Basaldúa e outros autores por ele citado⁵⁵, não prevê uma estrutura definitiva do MERCOSUL, mesmo com tal finalidade. Isso porque Protocolo de Ouro Preto é elaborado para atender à formação de uma união aduaneira, ao mesmo tempo em que complementa um Tratado com o objetivo de criar um mercado comum. Há, decerto, caráter provisório desse instrumento, vez que a união aduaneira e o mercado comum são níveis de integração econômica distintos.⁵⁶

O primeiro dispositivo a ser destacado é o Artigo 2º, que estabelece capacidade decisória e natureza intergovernamental aos órgãos Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do MERCOSUL. Tal dispositivo merece atenção por estabelecer expressamente a natureza de seus órgãos decisórios.

O caráter intergovernamental do CMC, GMC e da CCM integra o dispositivo de maneira expressa por insistência brasileira em deixar clara a capacidade de tais órgãos (OTERMIN, 1999), contrariamente a um possível

⁵⁵ Basaldúa cita o posicionamento quanto à provisoriedade do Protocolo do Ouro Preto de diversos doutrinadores, dentre eles Elizabeth Accioly, Heber Arbué-Vignali, Baron Knoll de Bertolotti, Edgardo Buscaglia, Miguel Angel Ekmekdjian, Werter Faria, entre outros. Todos os autores citados, inclusive BASALDÚA, concordam ser inevitável a criação de outra estrutura, ou sua adequação, correspondente a um mercado comum, e não à união aduaneira, de acordo com o proposto pelo Tratado constitutivo do MERCOSUL, o Tratado de Assunção. Este tema será discutido mais adiante. (BASALDÚA, 1999. p. 564).

⁵⁶ A esse propósito, a classificação adotada pelo Governo Brasileiro é a seguinte, em ordem crescente de integração: Zona de Preferências Tarifárias, Zona de Livre Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum e União Econômica e Monetária. Salienta-se tal classificação reúne os níveis comuns às classificações doutrinárias, sendo estas variáveis. (BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2006).

entendimento de caráter supranacional atribuído a eles. Tal posição pode ser explicada pela vontade de flexibilização do Bloco em relação às decisões, privilegiando o aspecto político e pragmático do MERCOSUL. A esse respeito, Bouzas sintetiza a discussão sobre a intergovernamentabilidade e o propósito dos Países membros:

[...] los aspectos de carácter institucional y organizativo cobrarán cada vez mayor importancia. En este sentido, la clásica dicotomía “intergubernamentalidad” *versus* “supranacionalidad” no es útil para caracterizar los dilemas institucionales del MERCOSUR y, más en general, de los procesos de integración. El MERCOSUR ha tenido un desempeño muy aceptable basado en el pragmatismo y el reconocimiento de las limitaciones que exhibían las relaciones de interdependencia en la región. No obstante, a esta altura cabe preguntarse si no es oportuno comenzar a pensar en el diseño de mecanismos institucionales modulares que extraigan algunos de los temas que constituyen la “base común” del ejercicio de la negociación política como recurso de primera y última instancia (BOUZAS, 1999).

Mas não é apenas a opção pela intergovernamentabilidade que permitiu a flexibilidade do MERCOSUL. Ventura afirma ser uma combinação de fatores, além da opção do modelo político, “a ausência total de autonomia para executar as decisões coletivas, a unanimidade com a presença de todos os Estado partes como sistema decisório e a ausência de controle da interpretação e da aplicação dos tratados”, que, a seu ver, “gera um intergovernamentalismo excessivamente restrito” (VENTURA, 2003, p.103-104).

A esse respeito, a execução das decisões está relacionada à dependência de aplicação das Decisões em território de cada Estado parte, de acordo com o ordenamento jurídico de cada país. A unanimidade das votações não vislumbra reflexo de um Direito Comunitário, mas de um Direito da Integração destinado a uma união aduaneira em construção. E quanto ao controle da interpretação, o Protocolo de Olivos vigente desde 2004 e o sistema por ele implementado vem, de certa forma, suprir a ausência de controle da interpretação com o Tribunal Permanente de Revisão (TPR), sem, no entanto, fiscalizar a aplicação dos tratados.

Outro dispositivo merecedor de análise é o Artigo 9º do Protocolo de Ouro Preto: “O Conselho do Mercado Comum manifestar-se-á mediante

decisões, as quais serão obrigatórias para os Estados Partes”. Este artigo trata do direito derivado interno do MERCOSUL, proveniente de seu órgão superior da estrutura institucional. As Decisões, conforme alertou Ventura, apesar de seu caráter obrigatório, não garantem por si só o cumprimento nos Estados partes. E ainda: é direito emanado de órgão intergovernamental, não ensejando aplicação obrigatória como norma supranacional.

No mesmo sentido, encontra-se, nos Artigos 15 e 20 do Protocolo de Ouro Preto, a obrigatoriedade, em tese, das Resoluções e Diretivas, emanadas respectivamente pelo Grupo Mercado Comum e pela Comissão de Comércio do MERCOSUL. Tais fontes de direito derivado interno são tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados Partes (Artigo 37).

O caráter obrigatório das normas emanadas pelos órgãos do MERCOSUL é novamente reforçado pelo Artigo 42 do Protocolo. Este dispositivo, no entanto, carece de análise no que se refere à redação:

Artigo 42

As normas emanadas dos órgãos do MERCOSUL previstos no Artigo 2º deste Protocolo terão caráter obrigatório e deverão, **quando necessário**, ser incorporadas aos ordenamentos jurídicos nacionais mediante os procedimentos previstos pela legislação de cada país (SENADO FEDERAL, 2005, p.45, grifo meu).

O Artigo 42 do Protocolo de Ouro Preto, o qual faz referência às normas de direito derivado interno, coloca em questão quando haveria necessidade de incorporação. A discussão acerca da interpretação do dispositivo não é conclusiva. Entretanto, com o intuito de pacificar o entendimento, o Conselho do Mercado Comum, em sua Xª Reunião realizada nos dias 24 e 25 de junho de 1996, dispôs: “As únicas normas cuja incorporação aos ordenamentos jurídicos nacionais não se faz necessária são aquelas de natureza *interna corporis*, ou seja, quando se destinam exclusivamente a organizar os trabalhos e o funcionamento dos órgãos do processo de integração”.⁵⁷

Entende-se, pois, que as Decisões, Resoluções e Diretrizes, ou seja, normas emanadas dos órgãos do MERCOSUL poderão ser incorporadas após

⁵⁷ C.M.C. X/Ata n.º 1/96. (BASALDÚA, 1999, p. 679).

o trâmite legal necessário de cada Estado Parte para sua internalização e conseqüente vigência interna. Assim, a questão que se coloca é como considerar obrigatórias normas dependentes da garantia legal dos Estados Partes.

Diante da possibilidade de se considerar ambíguo o que dispõe o Artigo 42, Boldorini e Czar de Zalduendo diferenciam obrigatoriedade e cumprimento, ou a natureza da norma de seus efeitos. A obrigatoriedade é estabelecida pelo tratado que a institui, vez que o cumprimento dessa obrigatoriedade pode requerer um ato dos Governos para que produzam efeitos, como um decreto, uma resolução ministerial ou uma lei (BOLDORINI; CZAR DE ZALDUENDO, 1995, p.79-80). Ainda assim, a obrigatoriedade dependerá desse ato. Dessa forma, as normas emanadas do MERCOSUL terão vigência e, conseqüentemente, obrigatoriedade, após o processo de internalização nos Estados Partes, de acordo com o ordenamento jurídico de cada um deles.

Resta, portanto, dúvidas acerca da eficácia desse procedimento em relação à integração do Bloco. Os processos de incorporação de normas, distintos em cada Estado Parte, necessitam tempo diverso de acordo com a complexidade de cada procedimento e envolvem a atuação de outros entes governamentais que não aqueles participantes da elaboração das normas mercosulinas⁵⁸. Implica dizer que haverá não só prejuízo aos propósitos do Bloco em termos comerciais, políticos e integracionistas, como também à credibilidade das suas instituições, vez que estão subordinadas aos Governos dos seus Membros.

Porém, o artigo 42 não se aparta do Protocolo. Ele apenas reflete a natureza intergovernamental das instituições do Mercado Comum do Sul, prevista no Artigo 2º do Protocolo de Ouro Preto. A construção intergovernamental deu-se com a posição brasileira na Conferência Intergovernamental (CIG) realizada em dezembro de 2004, que se sobrepôs às demais posturas defendidas pelas delegações da Argentina, do Uruguai e do

⁵⁸ A esse respeito, o tema de incorporação de normas realizado pelo Brasil será tratado em tópico próprio, infra.

Paraguai. Em suma, o Brasil optou pelo chamado **neofuncionalismo tropical**, expressão cunhada por Ventura, que assim explica a posição brasileira:

[...] o grau de comprometimento dos Estados, através das instituições comuns, deve ser a expressão fiel do estágio atual da integração. Assim, não se pode criar instituições na esperança de que sejam capazes de gerar as condições favoráveis ao progresso da integração: é o avanço concreto e real da integração que deve engendrar instituições mais sólidas (VENTURA, 2003, p.82-83).

Com isso, percebe-se que o Brasil, para os integracionistas, perdeu uma grande oportunidade para, consoante posicionamento argentino, paraguaio e, em parte, uruguaio⁵⁹, abraçar a idéia de se formar uma estrutura capaz de suportar não só um Bloco de maior visibilidade internacional⁶⁰ ou pretendo início de integração sul-americana⁶¹, mas sim um núcleo consolidado comercialmente na região do Cone Sul. No entanto, como aponta Ventura, o Brasil tem tradição pluralista em termos de política exterior, em especial a comercial, o que o levou a escolher a “integração *à la carte*” (VENTURA, 2003, p.85).

5.1.1.2.2. O Protocolo de Olivos

O Protocolo de Olivos (Anexo VII), instrumento que substituiu o Protocolo de Brasília, foi assinado em 18 de fevereiro de 2002 e vigente desde 1º de janeiro de 2004. Trata de solucionar controvérsias surgidas entre os Estados Partes sobre a interpretação, a aplicação ou o não cumprimento das

⁵⁹ “O Uruguai também propôs o reconhecimento de caráter coercitivo para as normas comuns, através da aplicação imediata e da primazia do direito comunitário sobre as ordens nacionais. O Brasil, no entanto, propôs a manutenção da exigência de incorporação das decisões dos órgãos do Mercosul nas ordens internas, de acordo com cada processo nacional de ‘internalização’”. (VENTURA, 2003, p.79).

⁶⁰ O Brasil precisava inserir-se no cenário internacional, após o período de substituição de importações, para financiar o crescimento interno. Necessitava também superar a desconfiança dos países vizinhos e promover o auxílio mútuo. O MERCOSUL seria, pois, um meio de concretizar tais aspirações.

⁶¹ “O Brasil, de sua parte, percebe o Mercosul como elemento de uma estratégia maior que tenta colocá-lo no epicentro de um projeto integracionista, englobando toda a América do Sul. Ele objetiva inicialmente a promoção das trocas comerciais com o Cone Sul da América [...]. O governo brasileiro considera também a articulação de uma sedimentação instrumental sub-regional a fim de constituir um baluarte diplomático mais poderoso e legítimo que aja conforme seu *leadership*”. (VENTURA, 2003, p.36-37).

normas mercosulinas (direito originário, direito derivado interno e direito derivado externo).

Destaca-se o Artigo 3º que diz respeito ao Tribunal Permanente de Revisão. O TPR passa a ser um órgão judicial consultivo, com mecanismos por ele estabelecidos e aprovados pelo Conselho do Mercado Comum. Sua função é encontrada no Artigo 15, em que decidirá sobre a manutenção ou extinção das medidas provisórias ditadas pelo Tribunal *ad hoc*; no Artigo 17, sobre recurso de revisão de laudo do Tribunal *ad hoc*. O Artigo 22 submete o laudo arbitral ao laudo do TPR, que será definitivo e prevalecerá sobre o laudo do Tribunal *ad hoc* ou, de acordo com o Artigo 23, o TPR será única instância de decisão, tendo as mesmas competências de um Tribunal arbitral *ad hoc*. O Artigo 18 estabelece sua composição, totalizando 5 árbitros, sendo “juristas de reconhecida competência nas matérias que possam ser objeto das controvérsias e ter conhecimento do conjunto normativo do Mercosul” (Artigo 35). Entretanto, este número reduz-se a três árbitros no caso de a controvérsia envolver apenas dois Estados Partes (Artigo 20). Sua sede é a cidade de Assunção, no Paraguai, conforme Artigo 38.

Cabe destacar que, assim como o Protocolo de Brasília, o Protocolo de Olivos não é definitivo a respeito da matéria de solução de controvérsias. No seu Artigo 53, ele prevê a revisão do sistema para a adoção do Sistema Permanente de Solução de Controvérsias, antes de se concretizar o processo de convergência da tarifa externa comum.

O Sistema de Solução de Controvérsias visa o aperfeiçoamento de suas instituições na medida em que os Estados Membros, partes de uma controvérsia, buscam soluções na fonte normativa do Bloco, sem se utilizar da Organização Mundial de Comércio - OMC ou de outros sistemas arbitrais. Este sistema, ainda que provisório, é essencial para assegurar o caráter obrigatório da norma, bem como a credibilidade institucional do Bloco. E ainda reconhece a existência de um Direito próprio do MERCOSUL.

A inovação trazida pelo Tribunal Permanente de Revisão possibilita a consolidação jurisprudencial do MERCOSUL, o que permitirá maior segurança jurídica em relação aos laudos emitidos pelos Tribunais *ad hoc*, inclusive com a possibilidade de reformulação da decisão pelo TPR. Importante ressaltar que o

TPR, em seu exercício recursal, observará apenas questões de direito e ficará adstrito às interpretações jurídicas desenvolvidas no laudo arbitral. Vislumbra-se não apenas um Tribunal consultivo, que representa de fato o trabalho exercido atualmente pelo TPR, mas também uma segunda instância no âmbito do MERCOSUL.

O Conselho do Mercado Comum, por meio de sua Decisão n.º 30/05 (MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 30/05: REGRAS DE PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL PERMANENTE DE REVISÃO), esclareceu alguns aspectos do Protocolo de Olivos no que diz respeito ao TPR e regulamentou o seu procedimento (Anexo VIII).

5.1.2. O Direito da Integração Derivado Interno

5.1.2.1. As decisões do Conselho do Mercado Comum

O Conselho do Mercado Comum - CMC é previsto pelo Artigo 3º do Protocolo de Ouro Preto, e tem como finalidade a “condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção e para alcançar a constituição final do mercado comum”. Apesar de ser responsável pela condução política do Bloco, o Artigo 6º do mesmo protocolo prevê a participação dos Presidentes dos Estados membros nas reuniões semestrais; e ainda, em seu Artigo 7º, é prevista a coordenação das reuniões pelos Ministros das Relações Exteriores dos Estados partes. Implica dizer, pois, que a condução política do MERCOSUL é resultante da vontade e orientação política dos países que integram o Bloco.

As funções e atribuições do CMC estão presentes no Artigo 8º do Protocolo de Ouro Preto. No artigo subsequente, tem-se que o CMC manifestar-se-á, no cumprimento de suas funções e atribuições, por meio de Decisões. Desde a sua origem, em 1991, até o ano de 2005, o CMC produziu

426 decisões.⁶² Como exemplos, seguem abaixo algumas dessas decisões, com o número e ano, assunto e em correspondência com a sua vinculação, correspondentes à função exercida pelo CMC. Deu-se preferência às decisões mais recentes, em caso de pluralidade sobre o mesmo tema:

I. Velar pelo cumprimento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e dos acordos firmados em seu âmbito;

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 28/05: REGULAMENTAÇÃO DO ARTIGO 20 DO TRATADO DE ASSUNÇÃO

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 29/05: SOLICITAÇÃO DE ADESÃO DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA AO MERCADO COMUM DO SUL - Esta decisão se respalda na decisão precedente, além do Tratado de Assunção e do Protocolo de Ouro Preto.

II. Formular políticas e promover as ações necessárias à conformação do mercado comum;

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 38/05: TARIFA EXTERNA COMUM - Estabelece prazos e limita quantidade de itens para listagem de mercadorias consideradas excepcionais à Tarifa Externa Comum. Ressalte-se que esta Decisão, diversamente das demais, apresenta, em seu último artigo, a redação: “Art. 4 - Os Estados Partes deverão incorporar a presente Decisão aos seus ordenamentos jurídicos nacionais antes de 1/1/2006”.

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 03/05: REGIME PARA A INTEGRAÇÃO DE PROCESSOS PRODUTIVOS EM VÁRIOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL COM UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS NÃO ORIGINÁRIOS

III. Exercer a titularidade da personalidade jurídica do Mercosul.

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 28/04: ACORDOS CELEBRADOS COM OS ESTADOS ASSOCIADOS DO MERCOSUL

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 27/04: PROTOCOLO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DO MERCOSUL

⁶² Informação baseada nos dados fornecidos pela Secretaria do MERCOSUL em <<http://www.mercosur.int/msweb/principal/contenido.asp>>. Acesso em: 21 jun. 2006.

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 28/03: NEGOCIAÇÕES EXTERNAS

IV. Negociar e firmar acordos em nome do Mercosul com terceiros países, grupos de países e organizações internacionais. Estas funções podem ser delegadas ao Grupo Mercado Comum por mandato expresso, nas condições estipuladas no inciso VII do artigo 14;

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 22/05: ACORDO-QUADRO DE COMÉRCIO ENTRE O MERCOSUL E O ESTADO DE ISRAEL

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 16/04: SUBSCRIÇÃO DO ACORDO QUADRO ENTRE O MERCOSUL E A REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO

V. Manifestar-se sobre as propostas que lhe sejam elevadas pelo Grupo Mercado Comum;

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 23/05: PROTOCOLO CONSTITUTIVO DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

MERCOSUL/CMC/DEC Nº 07/03: APLICAÇÃO DIRETA DA NORMATIVA MERCOSUL AOS ORDENAMENTOS JURÍDICOS DOS ESTADOS PARTES

VI. Criar reuniões de ministros e pronunciar-se sobre os acordos que lhe sejam remetidos pelas mesmas;

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 05/91: REUNIÕES DE MINISTROS

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 09/91: REUNIÕES ESPECIALIZADAS

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 05/05: REUNIÃO DE MINISTROS E ALTAS AUTORIDADES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO MERCOSUL

VII. Criar os órgãos que estime pertinentes, assim como modificá-los ou extingui-los;

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 21/05: REFORMA INSTITUCIONAL DO MERCOSUL – Constitui um Grupo Ad Hoc de Alto Nível encarregado de elaborar uma proposta integral de reforma institucional do MERCOSUL, a ser integrado por representantes dos Estados Partes.

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 45/04: FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL – Cria o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL destinado a promover a competitividade e a coesão social dos Estados Partes.

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 24/04: CRIAÇÃO DO CENTRO MERCOSUL DE PROMOÇÃO DO ESTADO DE DIREITO

VIII. Esclarecer, quando estime necessário, o conteúdo e o alcance de suas Decisões;

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 37/05: REGULAMENTAÇÃO DA DECISÃO CMC Nº 54/04

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 22/04: VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DAS NORMAS EMANADAS DOS ÓRGÃOS COM CAPACIDADE DECISÓRIA DO MERCOSUL

IX. Designar o Diretor da Secretaria Administrativa do Mercosul.

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 27/05: DESIGNAÇÃO DO DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA DO MERCOSUL – Dr. José Ernesto Büttner Limprich, da República do Paraguai, no período 2006-2007.

X. Adotar Decisões em matéria financeira e orçamentária;

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 33/04: FUNDO DE FINANCIAMENTO DO SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL (FEM)

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 34/03: BENS DE CAPITAL – prorrogado até 1º de janeiro de 2009 pela Decisão n.º 40/05.

XI. Homologar o Regimento Interno do Grupo Mercado Comum;

Quanto ao último inciso destacado, tem-se o Regimento Interno do GMC homologado pela Decisão n.º 04/91 (MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 04/91: Regimento Interno Do Grupo Mercado Comum).

Com exceção da Decisão n.º 38/05, as demais Decisões possuem, em seu último artigo, esta redação ou uma similar: “Esta Decisão não necessita ser

incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes, por regulamentar aspectos da organização ou do funcionamento do MERCOSUL”. Embora seja norma derivada interna, o artigo visa não suscitar qualquer dúvida sobre seu rito procedimental para vigor. Tem-se por escopo, portanto, evidenciar a aplicação imediata desse tipo normativo aos ordenamentos jurídicos dos Estados partes.

5.1.2.2. As resoluções do Grupo Mercado Comum

O Grupo Mercado Comum (GMC) é previsto pelo Artigo 10 do Protocolo de Ouro Preto, sendo o órgão executivo do MERCOSUL. É responsável, assim, pela adoção das medidas asseguradoras do previsto no Tratado de Assunção e nas Decisões do Conselho do Mercado Comum. Pode, ainda, elevar ao CMC projetos de Decisões, editadas pelo Conselho, em caso de acolhimento das propostas.

De acordo com o Artigo 11 do Protocolo, o GMC compõe-se de quatro membros titulares e quatro membros alternos por país, designados por seus respectivos Governos, sendo obrigatória a presença de representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Ministérios da Economia (ou similares) e dos Bancos Centrais. É possível convocar a presença de representantes de outros órgãos da Administração Pública ou do MERCOSUL, se assim julgar conveniente (Artigo 12)

Suas funções e atribuições são previstas pelo Artigo 14 do Protocolo de Ouro Preto. O GMC pronuncia-se por meio de resoluções, obrigatórias para os Estados partes, de acordo com o Artigo 15 do Protocolo. Desde 1991 até julho de 2006, foram produzidas 1163 resoluções pelo GMC.⁶³

A principal função do Grupo Mercado Comum é a coordenação dos subgrupos de trabalho criados com o objetivo de estabelecer o mercado comum (Artigo 14, incisos IV e V). Existem atualmente 15 subgrupos de trabalho – SGT, quais sejam:

SGT-1: Comunicações (Res. GMC Nº 20/95; Dec. CMC Nº 59/00);

⁶³ Informação baseada nos dados fornecidos pela Secretaria do MERCOSUL em <<http://www.mercosur.int/msweb/principal/contenido.asp>>. Acesso em: 12 jul. 2006

- SGT-2: Aspectos Institucionais (Dec. CMC Nº 59/00);
- SGT-3: Regulamentos Técnicos (Res. GMC Nº 20/95; Dec. CMC Nº 59/00);
- SGT-4: Assuntos Financeiros (Res. GMC Nº 20/95; Dec. CMC Nº 59/00);
- SGT-5: Transportes (Res. GMC Nº 20/95; Dec. CMC Nº 59/00);
- SGT-6: Meio Ambiente (Res. GMC Nº 20/95; Dec. CMC Nº 59/00);
- SGT-7: Indústria (Res. GMC Nº 20/95; Dec. CMC Nº 59/00);
- SGT-8: Agricultura (Res. GMC Nº 20/95; Dec. CMC Nº 59/00);
- SGT-9: Energia (Dec. CMC Nº 07/05);
- SGT-10: Relações de Trabalho, Emprego e Seguridade Social (Res. GMC Nº 20/95; Dec. CMC Nº 59/00);
- SGT-11: Saúde (Res. GMC Nº 20/95; Dec. CMC Nº 59/00);
- SGT-12: Investimentos (Res. GMC Nº 13/00; Dec. CMC Nº 59/00);
- SGT-13: Comércio Eletrônico (Dec. CMC Nº 59/00);
- SGT-14: Acompanhamento da Conjuntura Econômica e Comercial (Dec. CMC Nº 59/00);
- SGT-15: Mineração (Dec. CMC Nº 07/05).

A nova organização dos SGTs, bem como dos Grupos *ad hoc* e Comitês Especiais, foi reorganizado pela Decisão n.º 59/00 (MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 59/00: REESTRUTURAÇÃO DOS ÓRGÃOS DEPENDENTES DO GRUPO MERCADO COMUM E DA COMISSÃO DE COMERCIO DO MERCOSUL). O 15º Subgrupo foi recriado em 19 de junho de 2005 pela Decisão n.º 07/05 (MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 07/05: DIVISÃO DO SUBGRUPO Nº 9 “ENERGIA E MINERAÇÃO”), vez que o tema mineração – que inclui geologia e transformação mineral - não era tratado separadamente do tema energia (BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2006).

As Resoluções emitidas pelo GMC possuem um artigo final que pode conter dois conteúdos diversos: o primeiro, semelhante às Decisões, afirma que tal Resolução não necessita ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados partes; o outro informa aos Estados partes que eles deverão incorporar a Resolução a seus ordenamentos jurídicos nacionais antes de

determinada data. Não prevê, no entanto, qualquer sanção no caso de a data não ser respeitada.

5.1.2.3. As diretrizes da Comissão de Comércio do MERCOSUL

A Comissão de Comércio do MERCOSUL – CCM, prevista pelo Artigo 16 do Protocolo de Ouro Preto, tem como âmbito de atuação matéria comercial, no que diz respeito à aplicação dos instrumentos de política comercial, bem como efetuar e revisar temas relacionados a essa política. Observa-se o comércio interno ao Bloco (zona de livre comércio) e o comércio com terceiros países (união aduaneira).

Suas atribuições são listadas no Artigo 19 do mesmo Protocolo, do inciso I ao XI. De acordo com o Artigo subsequente, a CCM pronuncia-se por meio de Diretrizes ou Propostas. Desde 1994 até julho de 2006 foram elaboradas 157 Diretrizes.⁶⁴ Elas caracterizam-se por apresentar especificações quantitativas, percentuais e os prazos de vigência de tarifas já aprovadas por Decisões e/ou Resoluções. As Diretrizes são elaboradas por ocasião das Reuniões ordinárias ou extraordinárias realizadas pela CCM.

Bem como ocorre com algumas das Resoluções, como se destacou acima, algumas Diretrizes necessitam ser incorporadas aos ordenamentos jurídicos, o que é indicado no último artigo, com a determinação de prazo. Semelhante às Resoluções dessa espécie, as Diretrizes também não prevêem sanção no caso de desrespeito ao prazo fixado.

Uma das atividades principais da CCM está prevista no Artigo 19, inciso IX: estabelecer comitês técnicos, dirigi-los e supervisioná-los. Estes comitês têm por finalidade tratar de assuntos de comércio específicos do Bloco. São eles:

Comitê Técnico n.º 1 Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias (CT N.º 1) (Dir. CCM N.º 01/95, Dec. CMC 59/00);

Comitê Técnico n.º 2 Assuntos Aduaneiros (CT N.º 2) (Dir. CCM N.º 01/95, Dec. CMC N.º 59/00);

⁶⁴ Informações obtidas do sítio da Secretaria Administrativa do MERCOSUL, em: <<http://www.mercosur.int/msweb/principal/contenido.asp>>. Acesso em: 12 jul. 2006.

Comitê Técnico n.º 3 Normas e Disciplinas Comerciais (CT N° 3) (Dir. CCM N° 01/95, Dec. CMC N° 59/00);

Comitê Técnico n.º 4 Políticas Públicas que Distorcem a Competitividade (CT N° 4) (Dir. CCM N° 01/95, Dec. CMC N° 59/00);

Comitê Técnico n.º 5 Defesa da Concorrência (CT N° 5) (Dir. CCM N° 01/95, Dec. CMC N° 59/00);

Comitê Técnico n° 7 Defesa do Consumidor (CT N° 7) (Dir. CCM N° 01/95, Dec. CMC N° 59/00);

Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas (CDCS) (Dir. CCM N° 09/97, Dec. CMC N° 59/00).

O Comitê Técnico n.º 6, que tratava de Práticas Desleais e Salvaguardas, foi substituído pelo Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas, de acordo com a Diretriz n.º 9/97, disposições finais.⁶⁵

5.1.2.4. Os laudos do Tribunal Permanente de Revisão

O Tribunal Permanente de Revisão – TPR é regulamentado pelo Anexo à Decisão n.º 30/05, que trata das regras de procedimento do Tribunal. Em seu capítulo IV encontram-se as regras as quais se submetem os laudos.

Conforme o Artigo 2 das Regras de Procedimento, o TPR poderá atuar sobre opiniões consultivas, revisão do laudo do tribunal *ad hoc* (exceto aqueles emitidos com base nos princípios *ex aequo et bono*), atuar como única instância ou em situações de medidas excepcionais de urgência.

O direito aplicável é determinado no Artigo 34 do Protocolo de Olivos (direito originário, derivado, derivado interno, princípios e disposições de Direito Internacional aplicáveis à matéria) e nas fontes jurídicas do MERCOSUL, previstas no Artigo 41 do Protocolo de Outro Preto (Tratado de Assunção, seus protocolos e instrumentos adicionais ou complementares; acordos celebrados

⁶⁵ "Disposiciones finales: Art. 7.- Transferir al CDCS las funciones del CT N°6, una vez que aquel eleve, para su aprobación por la CCM, las tareas inmediatas que le fueron asignadas en el Art. 6° *supra*.

Hasta ese momento, el CT N°6 continuará con las tareas que le competen y actuará en forma coordinada con el CDCS, realizando a tal fin reuniones inmediatamente consecutivas, en la misma sede".

no âmbito do Tratado de Assunção e seus protocolos; e as decisões do CMC, as resoluções do GMC e as diretrizes da CCM adotadas desde a entrada em vigor do Tratado de Assunção).

O laudo do TPR pode resultar, então, de recurso de revisão ou da atuação do Tribunal como instância única. No primeiro caso, o laudo será emitido por escrito no prazo de trinta dias. O *dies a quo* é estabelecido: 1) a partir da apresentação da contestação do recurso de revisão; ou 2) do vencimento do prazo da contestação (quinze dias). É possível, por decisão do TPR, prorrogar o prazo de decisão por mais quinze dias. No segundo caso, o prazo orienta-se pelo artigo 16 do Protocolo de Olivos, de sessenta dias prorrogáveis por mais trinta, se assim decidir o Tribunal. Seu funcionamento como última instância é regido pelo Artigo 23 do Protocolo de Olivos, e os laudos produzidos sob estas condições não estarão sujeitos a recursos de revisão, tendo, pois, em relação às partes, força de coisa julgada (Artigo 28 das Regras de Procedimento, alínea “A”).

O TPR pode emitir esclarecimentos acerca do cumprimento dos laudos, no prazo de quinze dias, a contar do dia do pedido de esclarecimento, que tem como prazo igualmente quinze dias, a partir da notificação do laudo.

De 1999 até a presente data (julho 2006), foram emitidos dez laudos relacionados ao Protocolo de Brasília e dois laudos relacionados ao Protocolo de Olivos.⁶⁶ São eles:

- Laudos I – Comunicados DECEX – de Argentina ao Brasil (28/04/1999);
- Laudos II – Carne de porco – de Argentina ao Brasil (27/04/1999);
- Laudos III – Produtos têxteis – de Brasil à Argentina (10/03/2000);
- Laudos IV – Frangos – de Brasil à Argentina (21/05/2001);
- Laudos V – Bicicletas – de Uruguai à Argentina (29/09/2001);
- Laudos VI – Pneumáticos – de Uruguai ao Brasil (09/01/2002);
- Laudos VII – Fitossanitários – de Argentina ao Brasil (19/04/2002);
- Laudos VIII – IMESI – de Paraguai a Uruguai (21/05/2002);
- Laudos IX – Lã – de Argentina a Uruguai (04/04/2003);
- Laudos X – Tabaco – de Uruguai ao Brasil (05/08/2005);

⁶⁶ Informações obtidas do sítio da Secretaria Administrativa do MERCOSUL, em: <<http://www.mercosur.int/msweb/SM/es/Controversias/Laudos.asp>>. Acesso em: 30 jul.

Laudo do Tribunal Permanente de Revisão Constituído para Entender no Recurso de Revisão Apresentado pela República Oriental do Uruguai contra o Laudo Arbitral do Tribunal Arbitral Ad Hoc datado de 25 de Outubro de 2005 na Controvérsia “Proibição de Importação de Pneumáticos Remodelados Procedentes do Uruguai”;

Laudo Complementar do TPR que Resolve o Recurso de Esclarecimento.

Os laudos são inapeláveis e de caráter obrigatório (Artigo 28 das Regras de Procedimento do TPR). Ele será adotado por maioria, fundamentado e assinado pelos integrantes do TPR. A votação será confidencial. Os laudos conterão os elementos listados no Artigo 40, 1, ii do Regulamento do Protocolo de Olivos. Uma vez elaborados, eles serão publicados no Boletim Oficial do MERCOSUL e na página eletrônica da Secretaria do Tribunal e da Secretaria do MERCOSUL. Não há previsão de sanção em caso de não cumprimento do laudo.

5.2. O processo de aplicação do Direito da Integração do MERCOSUL

O sistema de aplicação do Direito da Integração do MERCOSUL é previsto pelo Protocolo de Ouro Preto, em seu Capítulo IV, intitulado “Aplicação Interna das Normas Emanadas dos Órgãos do MERCOSUL”. Em três artigos (Artigos 38, 39 e 40), são estabelecidos os procedimentos que devem tomar os Estados partes em relação ao direito derivado interno.

O Artigo 39 trata da criação do “Boletim Oficial do MERCOSUL”, que conterá a íntegra das normas emanadas pelos órgãos do Bloco. Este Boletim não é gratuito e seu acesso é possível mediante assinatura, com tiragem trimestral.⁶⁷

De acordo com o Artigo 38, os Estados partes firmam compromisso em adotar “todas as medidas necessárias para assegurar, em seus respectivos territórios, o cumprimento das normas” mercosulinas. Atribui-se

⁶⁷ Informações obtidas do sítio da Secretaria Administrativa do MERCOSUL, em: <<http://www.mercosur.int/msweb/principal/contenido.asp>>. Acesso em: 28 jun. 2006.

responsabilidade e arbitrariedade aos membros do Bloco em tomar tais medidas. Ainda que o parágrafo único faça referência à Secretaria Administrativa do MERCOSUL sobre informações devidas pelos Estados a respeito das medidas por eles adotadas, não há qualquer interferência ou resposta coercitiva de órgãos do bloco em função da falta de comprometimento ou demora de ações por parte dos membros.

Esta ausência de meios coercitivos induz à negligência ou oportunismo político, divergentes da proposta do Tratado de Assunção. Resta unicamente aos Estados garantir a aplicação das normas do MERCOSUL e agir para que as medidas cabíveis (ou seja, a incorporação de tais normativas ao ordenamento jurídico de cada Estado parte, segundo o procedimento adequado correspondente) sejam executadas. E ainda que a garantam, os Estados partes podem, em um último momento, apesar do consenso de todos os membros, da aprovação da norma e de sua incorporação, não avisar a Secretaria sobre esta incorporação – o que pode ocorrer em casos de alteração política ou econômica significativa, sendo a norma, até então acolhida, considerada prejudicial para as novas circunstâncias.

Entretanto, na hipótese de não haver impedimento de origem conjuntural, os procedimentos previstos por cada País integrante são complexos e necessitam um largo espaço temporal para, de fato, serem concluídos. Isso induz não apenas a uma vigência tardia, incorrendo na ineficácia de determinadas normas que não mais condizem com a realidade do Bloco. Ainda que o procedimento de um país membro fosse célere, o Artigo 40 do Protocolo de Ouro Preto assim descreve:

Artigo 40 - A fim de garantir a vigência simultânea nos Estados Partes das normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo, deverá ser observado o seguinte procedimento:

- i) Uma vez aprovada a norma, os Estados Partes adotarão as medidas necessárias para a sua incorporação ao ordenamento jurídico nacional e comunicarão as mesmas à Secretaria Administrativa do Mercosul;
- ii) Quando todos os Estados Partes tiverem informado sua incorporação aos respectivos ordenamentos jurídicos internos, a Secretaria Administrativa do Mercosul comunicará o fato a cada Estado Parte;

iii) As normas entrarão em vigor simultaneamente nos Estados Partes 30 dias após a data da comunicação efetuada pela Secretaria Administrativa do Mercosul, nos termos do item anterior. Com esse objetivo, os Estados Partes, dentro do prazo acima, darão publicidade do início da vigência das referidas normas por intermédio de seus respectivos diários oficiais.

De acordo com sua redação, o Artigo 40 estabelece ainda um marco de vigência simultânea. Após a aprovação de uma norma, cabe aos membros do MERCOSUL adotarem as medidas necessárias para incorporá-la ao ordenamento jurídico correspondente; depois que todos os membros o fizerem, informarão a Secretaria Administrativa; uma vez informada, a Secretaria comunicará os demais; após este rito, haverá um lapso de 30 dias entre a data da comunicação e o início da vigência da norma no âmbito dos Estados partes, que deverão publicar a norma incorporada em seu Diário Oficial. Vê-se um processo longo para tornar vigente uma norma de comum acordo dos Países pertencentes do MERCOSUL.

Destacam-se duas conclusões possíveis diante do sistema de aplicação das normas provenientes do MERCOSUL: 1) que ele implica em etapas além daquelas previstas para um tratado internacional, em vista da necessidade de uniformizar a data de início da vigência de uma norma; 2) que não há, até o presente momento, qualquer mecanismo do direito interno de cada País membro que preveja um procedimento diverso às normas do MERCOSUL.⁶⁸

Ventura aponta uma questão pertinente a respeito do sistema descrito pelo Protocolo de Ouro Preto:

A leitura desses artigos dá a entender que o direito originário do Mercosul [referência às normas mercosulinas emanada por seus órgãos] reconhece a existência de duas ordens jurídicas paralelas, e assim admite claramente o *dualismo* (...).

Ora, ainda que as raízes internacionais constituam o “patrimônio genético” do direito da integração, cabe interrogar se essa idéia de dualismo é de fato compatível com os objetivos dos tratados do Mercosul (VENTURA, 2003, p.142-143).

⁶⁸ A esse respeito, Ventura esclarece: “Os quatro parceiros cumprem rigorosamente os procedimentos aplicáveis a qualquer fonte de direito internacional”. (VENTURA, 2003, p.141).

A esse respeito, o Brasil respeita os mesmos trâmites legais dos tratados internacionais para o sistema de incorporação das normas emanadas pelos órgãos do MERCOSUL. Este foi o entendimento do Supremo Tribunal Federal, expresso no Agravo Regimental em Carta Rogatória n.º 8.279 República Argentina, de 17 de junho de 1998. A breve análise seguinte buscará elucidar a importância que recebeu tal julgado para o Direito da Integração no MERCOSUL.

Trata-se de um pedido da empresa argentina Coagulantes Argentinos S/A, no âmbito da jurisdição de Buenos Aires, para reter mercadorias e interditar, provisoriamente, o navio Santos Dumont, ancorado no porto da cidade de Belém do Pará. A legislação mercosulina concernente ao tema encontra-se na Decisão CMC n.º 27/94, o Protocolo sobre Medidas Cautelares, já incorporado ao ordenamento jurídico da Argentina. Aquele Estado, então, pediu à jurisdição brasileira, por Carta Rogatória, a homologação e execução da sentença do juiz argentino.

À época ainda era competência do STF,⁶⁹ prevista no artigo 102, alínea “h”, da Constituição Federal, homologar sentença estrangeira e conceder *exequatur* às cartas rogatórias. No regimento interno do Tribunal previa-se tal competência ao Presidente do STF; naquela ocasião, Ministro José Celso de Mello.

O Ministro relator Celso de Mello negou o pedido, vez que o Protocolo sobre Medidas Cautelares firmado no âmbito do MERCOSUL não tinha sido completamente incorporado ao ordenamento jurídico pátrio. Aponta na Constituição brasileira o procedimento adequado que trata do processo de incorporação de tratados internacionais, bem como as normas do MERCOSUL. Não reconhece, pois, qualquer outra fonte normativa que trate da “transposição, para o plano do direito positivo interno do Brasil”, de tratados, convenções e acordos, “**inclusive** daqueles celebrados no contexto regional do MERCOSUL”. (grifo no original)

⁶⁹ Com a Emenda Constitucional n.º 45, de 30 de dezembro de 2004, altera a competência do STF, transferindo-a, nesta matéria, ao Superior Tribunal de Justiça, conforme o art. 105, inciso I, alínea “i”.

Em seu voto, o Ministro afirma que não se considera definitivamente incorporado ao ordenamento jurídico o Protocolo em questão, pois lhe faltou a promulgação, mediante Decreto, do Presidente da República (BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 1998, p.56). Afirma que o mecanismo de recepção previsto constitucionalmente não admite exeqüibilidade e operabilidade imediata em território nacional de normativas firmadas em âmbito estrangeiro.

Neste mesmo voto, o Ministro ainda classifica o sistema de direito internacional do Brasil como dualista moderado, já que a Constituição não prevê edição de lei para incorporação de ato internacional, mas apenas o rito procedimental, que consiste em aprovação do Congresso Nacional e promulgação do Poder Executivo do texto convencional. Reconhece, entretanto, a necessidade de alteração constitucional, face às mudanças e demanda do Bloco e do Direito da Integração do MERCOSUL:

Embora altamente desejável a modificação do sistema de direito constitucional positivo brasileiro, para **ajustá-lo** às novas exigências que emergem da experiência comunitária, **não se pode desconhecer** que, **enquanto não sobrevier** a reforma de nossa Carta Política, **no ponto em exame**, tornar-se-á **inviável** pretender que as convenções celebradas pelo Brasil no âmbito do MERCOSUL revistam-se de eficácia direta e de aplicabilidade imediata, prescindindo, em consequência, do mecanismo tradicional de incorporação (BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 1998, p.70, grifos no original).

O entendimento do Ministro Celso de Mello, respaldado pelo STF, pode parecer, à primeira vista, uma oportunidade perdida pela Suprema Corte em modificar a interpretação e a jurisprudência correspondente sobre matéria de normas mercosulinas e sua aplicação no âmbito interno. Prevaleceu o formalismo procedimental das normas do MERCOSUL, equiparadas a tratados, acordos e convenções internacionais, no que concerne seu tratamento procedimental. Poder-se-ia, a partir do art. 4º, parágrafo único⁷⁰, da Constituição brasileira, inovar em uma interpretação pró-mercossulina.

⁷⁰ "Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações". (BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988; Artigo 4º).

Todavia, inserido no mesmo voto, a passagem supracitada contém, com o mesmo respaldo do STF, a indicação do que poderia ser feito para modificar e facilitar a aplicabilidade das normativas do MERCOSUL: alteração do texto constitucional relativo a esta matéria. Não cabe aqui a discussão de como de procederia tal mudança, mas registra-se a via alternativa legada pelo Ministro relator.

6. As Constituições dos Estados partes e o Direito da Integração

As Constituições dos Estados partes contêm dispositivos que respaldam o Direito da Integração, embora em diferentes proporções. A previsão constitucional do fenômeno da integração foi obra tanto de legisladores anteriores como posteriores ao Tratado de Assunção.

Assim, o Direito da Integração não apenas reflete disposições constitucionais, como encontra no ordenamento jurídico dos membros mercosulinos espaço para seu desenvolvimento e aperfeiçoamento.

O estudo dos dispositivos constitucionais dos Estados partes hoje membros plenos do MERCOSUL – Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, ingressa em 4 de julho de 2006 – busca sinalizar sua existência.⁷¹ Perceber-se-á que não há conflito entre a autonomia do Direito da Integração e o Direito Interno dos Estados partes.

6.1. A Constituição argentina

A Constituição Nacional da República Argentina, que passou por sua última reforma em 22 de agosto de 1994 é, junto à Constituição paraguaia, posteriores ao Tratado de Assunção e prevê expressamente, em seu artigo 75, inciso 24, o seguinte:

Art. 75.- Corresponde al Congreso:

[...]

24. Aprobar tratados de integración que deleguen competencias y jurisdicción a organizaciones supraestatales en condiciones de reciprocidad e igualdad, y que respeten el orden democrático y los derechos humanos.

Las normas dictadas en su consecuencia tienen jerarquía superior a las leyes.

La aprobación de estos tratados con Estados de Latinoamérica requerirá la mayoría absoluta de la totalidad de los miembros de cada Cámara. En el caso de tratados con otros Estados, el Congreso de la Nación, con la mayoría

⁷¹ A esse respeito, ver estudo completo sobre as Constituições dos membros fundadores do Professor Alejandro Daniel Perotti, em sua tese de doutorado intitulada “Habilitación constitucional para la integración comunitaria – estudio sobre los Estados del Mercosur”, da Fundação Konrad-Adenauer - Universidade Austral, Montevideu, 2004.

absoluta de los miembros presentes de cada Cámara, declarará la conveniencia de la aprobación del tratado y sólo podrá ser aprobado con el voto de la mayoría absoluta de la totalidad de los miembros de cada Cámara, después de ciento veinte días del acto declarativo.

La denuncia de los tratados referidos a este inciso, exigirá la previa aprobación de la mayoría absoluta de la totalidad de los miembros de cada Cámara.

Observa-se que este dispositivo atende à proposta integracionista do Tratado de Assunção. O inciso 24 contém a delegação de competência e jurisdição expressa a órgãos supranacionais e declara, em seu parágrafo segundo, a hierarquia de tais tratados. Tal aplicação direta das normas provenientes de possíveis órgãos supranacionais permite a abertura constitucional argentina necessária para o fortalecimento do Direito da Integração no MERCOSUL àquele país.

Há três destaques nesse dispositivo essenciais à integração, permissíveis ao desenvolvimento do Direito da Integração em direção ao Direito supranacional: previsão de órgãos supranacionais, aplicação direta de normas emanadas por tais órgãos e posição hierárquica superior aos tratados de integração face às leis.

Encontram-se, ainda, nos parágrafos subseqüentes, normas processuais de aprovação dos tratados específicos de integração. Como é da competência do Congresso aprovar e denunciar, com determinado quorum, tais tratados, mantém-se caracterizada a soberania nacional ainda que haja delegação de competência e jurisdição.

Demonstra-se, com isso, que a previsão de órgãos supranacionais pela Constituição argentina não implica na renúncia de sua soberania, nem de parte dela. O raciocínio aqui aplicado segue ser possível a delegação de competência e jurisdição nacional a um órgão supranacional se, e somente se, a nação em questão for soberana para tal. Implica dizer que a soberania continua intocável, porque o Estado parte poderá, a qualquer tempo e sob determinadas regras por ele mesmo criadas, renunciar a esta delegação.

6.2. A Constituição paraguaia

A Constituição da República do Paraguai, reformada em 20 de junho de 1992, prevê expressamente, em seu artigo 145:

Artículo 145 - Del orden jurídico supranacional

La República del Paraguay, en condiciones de igualdad con otros Estados, admite un orden jurídico supranacional que garantice la vigencia de los derechos humanos, de la paz, de la justicia, de la cooperación y del desarrollo, en lo político, económico, social y cultural.

Dichas decisiones sólo podrán adoptarse por mayoría absoluta de cada Cámara del Congreso.

O dispositivo reconhece um ordenamento jurídico supranacional que garanta a vigência de determinados valores constitucionais. Ainda que o Direito da Integração no MERCOSUL não tenha caráter supranacional, ele corresponde à estrutura inicial do Direito resultante de seu desenvolvimento, o supranacional. E quando existe tal previsão constitucional há maior apoio jurídico na busca de mudanças institucionais e conseqüentes ferramentas jurídicas para a consolidação da integração do Cone Sul.

O artigo mencionado acompanha o preâmbulo da Carta paraguaia, que afirma: *“El pueblo paraguayo, [...] ratificando la soberanía e independencia nacionales, e integrado a la comunidad internacional, SANCIONA Y PROMULGA esta Constitución”* (destaque no original). Reconhecer-se integrante da comunidade internacional fez com que a Constituição do Paraguai contivesse outros tantos dispositivos a respeito da ordem internacional.

Demonstra-se a preocupação do Estado paraguaio em relação ao cenário internacional na última reforma constitucional de 1992. Implica dizer que, junto à argentina, a Constituição paraguaia possui maior abertura ao processo de integração e ao Direito dele resultante.

6.3. A Constituição uruguaia

A Constituição da República Oriental do Uruguai, de 1967, estabelece, em seu artigo 6º:

Artículo 6º

En los tratados internacionales que celebre la República propondrá la cláusula de que todas las diferencias que surjan entre las partes contratantes, serán decididas por el arbitraje u otros medios pacíficos.

La República procurará la integración social y económica de los Estados Latinoamericanos, especialmente en lo que se refiere a la defensa común de sus productos y materias primas.

Asimismo, propenderá a la efectiva complementación de sus servicios públicos.

A Constituição uruguaia, bem como a brasileira, são anteriores ao Tratado de Assunção e primam pelo conceito de soberania clássico. Ainda assim, houve previsão do legislador em relação à integração regional. O dispositivo constitucional supracitado caracteriza-se como norma programática que visa a integração social e econômica dos países da América Latina.

Ressalte-se que tal dispositivo coaduna com os objetivos traçados pelo Tratado de Assunção, de caráter eminentemente comercial e regional, amparado pelo destaque feito pelo legislador uruguaio: “[...] *especialmente en lo que se refiere a la defensa común de sus productos y materias primas*”. Dessa forma, o Direito da Integração se realiza na medida em que responde a esse conteúdo programático.

A integração social e econômica, objetivo que a República uruguaia se propôs alcançar, tem como instrumento atualmente o Direito da Integração. É por meio de tais normas de Direito diverso daquele interno, mas sem ainda possuir caráter supranacional, que o Uruguai aproxima-se dos Estados da América Latina e concretiza um preceito constitucional.

Ainda que tal dispositivo não corrobore de forma evidente como o encontrado nas Constituições argentina e paraguaia, ainda assim é possível apontá-lo como acolhedor do Direito integracionista.

6.4. A Constituição brasileira

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, assim dispõe em seu artigo 4º:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Como já sinalado, a Constituição brasileira apresenta também, como a uruguaia, uma norma programática referente à integração. Ainda que posterior ao Tratado de Assunção, o legislador brasileiro delineou os princípios que regem as relações internacionais do país e incluiu, em um parágrafo único, a previsão de posterior integração regional.

Apesar de ser abrangente como no caso uruguaio, tal dispositivo possibilita flexível interpretação, tanto na direção da defesa da soberania em seu conceito clássico – e ultrapassado -, quanto na interpretação relacionada à integração. Nesse segundo sentido, verifica-se que a norma programática encontra seu meio de realizar-se plenamente no Direito da Integração.

Semelhante à norma uruguaia, o parágrafo único do artigo 4º da Constituição brasileira aspira à integração da América Latina. Entretanto, se no dispositivo uruguaio encontra-se primazia do fundamento econômico para a integração, percebe-se no artigo brasileiro a formação “de uma comunidade latino-americana de nações”, o que ultrapassa a proposta fundamental de

criação de um mercado comum pelo Tratado de Assunção. Assim, o Direito da Integração é o instrumento que coordenaria as ações necessárias para a criação de outra estrutura, mais complexa e regida pelo Direito supranacional, que se alargaria a outros países latino-americanos.

6.5. A Constituição venezuelana

A Constituição da República Bolivariana da Venezuela, promulgada em 17 de novembro de 1999, possui dois dispositivos constitucionais a serem destacados: o artigo 73, parágrafo segundo; e o artigo 153, que assim dispõem:

Artículo 73.[...]

Los tratados, convenios o acuerdos internacionales que pudieren comprometer la soberanía nacional o transferir competencias a órganos supranacionales, podrán ser sometidos a referendo por iniciativa del Presidente o Presidenta de la República en Consejo de Ministros; por el voto de las dos terceras partes los y las integrantes de la Asamblea o por el quince por ciento de los electores y electoras inscritos en el registro civil y electoral.

[...]

Artículo 153. La República promoverá y favorecerá la integración latinoamericana y caribeña, en aras de avanzar hacia la creación de una comunidad de naciones, defendiendo los intereses económicos, sociales, culturales, políticos y ambientales de la región. La República podrá suscribir tratados internacionales que conjuguen y coordinen esfuerzos para promover el desarrollo común de nuestras naciones, y que aseguren el bienestar de los pueblos y la seguridad colectiva de sus habitantes. Para estos fines, la República podrá atribuir a organizaciones supranacionales, mediante tratados, el ejercicio de las competencias necesarias para llevar a cabo estos procesos de integración. Dentro de las políticas de integración y unión con Latinoamérica y el Caribe, la República privilegiará relaciones con Iberoamérica, procurando sea una política común de toda nuestra América Latina. Las normas que se adopten en el marco de los acuerdos de integración serán consideradas parte integrante del ordenamiento legal vigente y de aplicación directa y preferente a la legislación interna.

O artigo 73 reconhece a existência de órgãos supranacionais e regulamenta a aprovação por quorum especial dos tratados internacionais dessa matéria. O dispositivo abarca a transformação necessária do Direito da Integração em Direito supranacional em seu aspecto institucional, permitindo a existência de órgãos supranacionais em caso de aprovação pelo Conselho de Ministros, pelo voto de dois terços dos integrantes da Assembléia ou por quinze por cento de eleitores.

Entretanto, é o artigo 153 da Carta venezuelana que encerra a idéia integracionista defendida por aquele país. Declara sua vontade política em relação à integração não só latino-americana como também caribenha, objetiva a criação de uma comunidade de nações e habilita a República venezuelana a assinar tratados internacionais relativos a órgãos supranacionais que promovam a integração.

O disposto no artigo 153 reforça a admissão de órgãos supranacionais pela Venezuela. E em sua parte final, declara ser favorável a políticas integracionistas da América Latina e Caribe. Por fim, estabelece a hierarquia das normas de integração diante o ordenamento jurídico interno, preferentes à legislação interna e de aplicação direta.

Dentre as Constituições dos Estados partes do MERCOSUL, a Constituição venezuelana apresenta a redação mais clara no que se refere ao Direito da Integração. O reconhecimento de órgãos supranacionais pelas Cartas argentina, paraguaia e venezuelana facilitam o desenvolvimento da proposta mercosulina e, conseqüentemente, da superação de um direito transitoriamente integracionista a um direito supranacional.

Embora as Constituições brasileira e uruguaia não contenham normas de alcance semelhante, seus artigos 4º e 6º respectivamente abarcam possibilidades de interpretação favoráveis à integração. Assim, percebe-se que as Cartas constitucionais dos cinco membros plenos do MERCOSUL recepcionam o Direito da Integração em virtude de seu caráter transitório; mas o passo seguinte, sua transformação em um Direito supranacional, aguarda interpretações flexíveis ou mesmo alterações constitucionais por parte do Brasil e do Uruguai.

7. O Direito da Integração e sua transitoriedade no MERCOSUL

O Direito da Integração encontrado no MERCOSUL é resultado das necessidades encontradas pelas relações comerciais realizadas no Bloco, de acordo com a proposta econômica de sua constituição. Não se pode sustentar um acordo regional, em especial complexo e relevante como é o caso do Mercado Comum do Sul, sem a existência do suporte jurídico que atenda às situações de conflitos inevitáveis encontradas nas relações de comércio. Para tanto, na medida em que o Bloco criava sua estrutura institucional, especialmente pelo Protocolo de Ouro Preto, buscava igualmente estabelecer suas bases jurídicas para sustentar-se.

Esta construção jurídica foi pautada pelas limitações da própria institucionalização do Bloco: o caráter intergovernamental, atribuído aos órgãos decisórios do MERCOSUL, inviabilizou a aplicação direta das normativas mercosulinas aos ordenamentos jurídicos dos Estados membros. Significa dizer que se optou pela natureza intergovernamental em função de circunstâncias da política externa brasileira à época e, de acordo com as perspectivas a curto e médio prazo, adequada aos interesses brasileiros em relação à integração.

Ainda que os problemas políticos, econômicos e sociais dos países membros do MERCOSUL não seja o enfoque deste trabalho, é preciso reconhecer o contexto no qual se insere o Direito da Integração, objeto de estudo ora abordado. Sua transitoriedade reflete este meio, ainda que a proposta inicial da formação do Bloco fosse o aprofundamento da integração regional visando a integração da América do Sul. Embora haja esforços para o aperfeiçoamento do Bloco, o elemento instrumental para a coordenação das mudanças necessárias é encontrado no Direito, e o aprimoramento do sistema jurídico mercosulino deve ser destacado.

Conhecer o sistema jurídico, reconhecê-lo como transitório relacionando-o a um processo integracionista e estabelecer objetivos claros em relação ao Bloco permite sinalizar quais as deficiências encontradas no Direito da Integração que impedem o desenvolvimento da integração. Um sistema jurídico consolidado fornece os meios necessários a todos os efeitos

integracionistas: comércio, desenvolvimento social, fortalecimento regional dos atores internacionais, entre outros.

O Direito da Integração no MERCOSUL está em construção, mas deve ser orientado de forma a estabelecer bases jurídicas firmes que sustentem o processo integracionista, conforme a finalidade prevista no Tratado de Assunção. O resultado possível desse Direito, não mais transitório e já consolidado, tende a premissas supranacionais, ainda que haja ressalvas ou à consolidação do que seria chamado de Direito do MERCOSUL, de acordo com os avanços e/ou retrocessos do Bloco, tendo como norte sua proposta inicial.

Diante da abordagem ora proposta, pode-se afirmar que o Direito da Integração no MERCOSUL apresenta-se como instrumento jurídico que atende a situação presente do Bloco e do processo integracionista. Não cabe falar, todavia, em Direito do MERCOSUL (no sentido de Direito Comunitário), em virtude do não reconhecimento por parte dos Estados membros de um caráter supranacional. Ele ainda está condicionado aos ordenamentos internos dos seus membros, o que lhe proporciona certa subordinação em relação aos sistemas jurídicos nacionais. Seria, pois, um Direito “acessório”, utilizado em determinadas ocasiões em função da matéria e sem que haja conflito com as normas nacionais existentes.

8. Resultado da análise e interpretação dos dados

Quando se trata do tema integração é necessário demonstrar sua abrangência e a necessária interdisciplinaridade para fins de pesquisa. A integração, fenômeno complexo observado em distintos períodos da História, manifesta-se hodiernamente como tendência global. Entre elas, há a integração regional, caracterizada especialmente pela proximidade geográfica, das quais o MERCOSUL é um exemplo.

Entretanto, a compreensão da integração a partir do enfoque jurídico dado ao Bloco do Cone Sul só é possível diante de um panorama da integração e a indicação de seus principais elementos, quais sejam: o social, o econômico e o político, além do jurídico, ora proposto. Dessa forma, apresentou-se questões relativas à integração concernentes a outras áreas do conhecimento científico: as Ciências Sociais, a Economia, a Ciência Política e as Relações Internacionais. A proposta é, decerto, sinalizar a existência de teorias sociais, econômicas e implicações políticas que tratam do tema, de forma a situar o elemento jurídico no processo integracionista.

Assim, o Direito da Integração – manifestação do elemento jurídico – surge como instrumento para o desenvolvimento do processo de integração, com a finalidade de fornecer a segurança jurídica necessária às relações jurídicas ali estabelecidas. No entanto, há divergência doutrinária quanto à conceituação de Direito da Integração. Coube, pois, fazer a distinção de Direito da Integração em relação a ramos do Direito e indicar as principais correntes doutrinárias a respeito da delimitação, do objeto e da denominação da proposta de estudo jurídico da integração.

Uma vez realizadas as análises acima propostas, passou-se ao estudo do processo integracionista específico do Cone Sul. Buscou-se a perspectiva histórica da formação do Mercado Comum do Sul consoante à busca da transitoriedade jurídica do Direito da Integração no Bloco. Diante da análise de suas fontes jurídicas, observou-se a existência de um corpo normativo composto de diversas espécies de normas, em função dos órgãos intergovernamentais que estruturam o MERCOSUL institucional. Constatase,

igualmente, que tais normas, ainda que obrigatórias, não prevêm qualquer sanção em caso de seu descumprimento por parte de algum Estado membro.

Tal característica sinala uma fragilidade do sistema jurídico do MERCOSUL, o que impede a eficácia de sua aplicação. Outra observação a esse respeito, delineada nessa análise, refere-se a grande dependência que existe no cumprimento das normas mercosulinas ao poder político dos Estados partes. Por sua natureza intergovernamental, escolha fundamentalmente brasileira, os órgãos permitem maior liberdade dos Governos em adotar ou não as normativas do Bloco, cabendo esta escolha aos Estados, sem que haja meios coercitivos dos demais membros ou do próprio sistema em fazer prevalecer as normas do MERCOSUL.

Embora este sistema apresente tal fragilidade, forçoso é reconhecer que suas bases jurídicas obtiveram certo sucesso. Ainda que a repercussão das medidas mercosulinas não atinjam diretamente o grande público – e por isso certa descrença no Bloco constatada dentro e fora do âmbito acadêmico – é bem sucedida a resposta, ainda que não totalmente satisfatória, do Direito da Integração no MERCOSUL. Com as novas atribuições ao Tribunal Permanente de Revisão, em especial, é possível esboçar um novo passo de consolidação do sistema jurídico mercosulino. Caminha-se, talvez, a um Tribunal de caráter supranacional, se assim o permitirem os Governos, baseados em suas próprias Constituições.

E por fim, dadas as peculiaridades do Direito da Integração no MERCOSUL e apontadas as lacunas deste direito em relação à proposta do Bloco, pode-se afirmar que este Direito é transitório. O Direito da Integração mercosulino pretende atender aquilo a que hoje se propõe o Bloco, dentro das limitações institucionais e ponderações políticas de seus membros, mas com vista a um corpo normativo mais consolidado. Ressalte-se que o Direito da Integração responde a um *processo* de integração, atendendo assim a etapas mais ou menos identificáveis, inserido em um contexto mundial, regional e nacional dos Estados variável, seja por fatores econômicos, políticos ou sociais.

9. Conclusões finais

9.1. Os resultados obtidos respondem às perguntas de pesquisa?

De acordo com a pesquisa bibliográfica realizada e os resultados obtidos, foi possível obter respostas às perguntas de pesquisa. O processo de integração não depende apenas do fator jurídico manifestado pelo Direito da Integração, mas consolidado por ele. O Direito da Integração é instrumento de legitimação e segurança jurídica desse processo, permitido aos Estados partes do Bloco o desenvolvimento pleno de suas aspirações integracionistas, sejam elas de ordem econômica e/ou política. É o elemento jurídico amálgama do processo de integração em curso no Cone Sul, mas se constitui transitório por atender ao processo, e não ao seu fim.

Assim, o Direito da Integração será útil ao MERCOSUL enquanto perdurar o processo, vez que a proposta integracionista busca alcançar o mercado comum, e resta ainda como união aduaneira. Embora não se proceda a substituição do Direito aplicado ao MERCOSUL no caso de vir a tornar-se mercado comum, haverá o desenvolvimento do Direito da Integração para um Direito do MERCOSUL, consolidado na medida em que as instituições mercosulinas estiverem fortalecidas, consoantes ao propósito da criação do Mercado Comum do Sul.

9.2. Os objetivos foram alcançados?

O objetivo geral do trabalho é atendido, vez que se demonstrou a finalidade do elemento jurídico na integração e inicia-se a análise aprofundada desse elemento no âmbito do MERCOSUL. De acordo com a pesquisa bibliográfica e a análise dos dados, a constatação da existência do Direito da Integração no MERCOSUL caminha em direção à corrente majoritária da doutrina especializada; entretanto, não se discute sua função, mas são indicados os dispositivos merecedores de análise aprofundada, paralelamente ao contexto histórico que lhes deram origem, bem como os obstáculos criados pelas peculiaridades do Direito da Integração do MERCOSUL. É, pois, a partir

dos comentários e críticas doutrinários que é sustentada a função transitória do Direito da Integração do MERCOSUL.

Assim, os objetivos específicos, auxiliares do objetivo geral, corroboram com a proposta do trabalho e orientam o desenvolvimento da proposta. O exame da natureza jurídica do Direito da Integração, a terminologia empregada para conceitos como soberania, autonomia, supranacionalidade e intergovernamentabilidade, a aplicação de tais conceitos no direito da Integração e no Direito Comunitário e a perspectiva histórica do Bloco estabelecem os alicerces que ensejará na delimitação do Direito da Integração no MERCOSUL, suas propriedades e, conclusivamente, sua transitoriedade. Dessa forma, a proposta de identificar a transitoriedade do Direito da Integração no MERCOSUL condiciona novas discussões acerca da eficácia do Direito existente, a propositura de soluções às deficiências indicadas e o aperfeiçoamento jurídico do Bloco, tendo em vista o desenvolvimento do País e da região do Cone Sul.

10. Plano de trabalho 1º semestre 2006

ATIVIDADES - ANO DE 2006	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO
Entrega do Relatório Parcial			X					
Apresentação oral dos Resultados parciais				X				
Seleção do material bibliográfico	X	X	X	X	X	X	X	
Leitura e interpretação das obras selecionadas	X	X	X	X	X	X	X	X
Pesquisa documental e jurisprudencial para o estudo comparado das Constituições dos Estados membros	X	X	X	X	X	X	X	
Análise do material selecionado	X	X	X	X	X	X	X	X
Encontros com a Professora Orientadora da pesquisa para acompanhamento e elaboração do texto final			X	X	X	X		X
Redação Final	X	X	X	X	X	X	X	X
Entrega do Relatório Final								X

11. Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Newton de Menezes. *Teoria Política da Soberania*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001.
- ALMEIDA, Wilson (Ed.). *Cooperación e Integración: antiguos temas, nuevos debates I*. Goiânia: Centro Universitário de Goiás, Deescubra, 2005.
- ARBUET-VIGNALI, Heber. *Claves Jurídicas de la Integración: em los sistemas del Mercosur y la Unión Europea*. Santa Fe: Rubinzal – Culzoni, 2004.
- BADIE, Bertrand. *La fin des territoires: essai sur le désordre international et sur l'utilité sociale du respect*. Paris : Fayard, 1995, p. 132-214.
- BALASSA, Bela. *Teoria da Integração Econômica*. Trad. Maria Filipa Gonçalves & Maria Elisa Ferreira. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1961.
- BASALDÚA, Ricardo Xavier. *MERCOSUR y Derecho de la Integración*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1999.
- BIRKET-SMITH, Kaj. *História da cultura*. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Trad. Carmen C. Varialle et al Vol. 2. 7ª ed. Brasília, Editora UnB, 1995.
- BODIN, Jean. *Les Six Livres de la République*. Livro I, Capítulo VIII, p. 179, Apud: RISCAL, Sandra. O conceito de soberania em Jean Bodin. Campinas: 2001. Disponível em:
<<http://www.caput.pro.br/docs/eccbc87e4b5ce2fe28308fd9f2a7baf3.pdf>>.
Acesso em: 25 fev. 2006.
- BÖHLKE, Marcelo. *Integração regional & autonomia do seu ordenamento jurídico*. Curitiba: Juruá, 2005.
- BOLDORINI, Maria Cristina; CZAR DE ZALDUENDO, Susana. *La estructura jurídico-institucional del Mercosur después del Protocolo de Ouro Preto*. Boletín informativo Techint, n.º283, julio – septiembre, 1995. p.79-80. Apud: BASALDÚA, Ricardo Xavier. *MERCOSUR y Derecho de la Integración*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1999. p. 676.
- BOUZAS, Roberto. *El Mercosur: una evaluación sobre su desarrollo y desafíos actuales*, en *Regionalización e Integración Económica*. Apud. BASALDÚA, Ricardo Xavier. *MERCOSUR y Derecho de la Integración*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1999. p. 574.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Subgrupo de Trabalho 15: Geologia, Mineração e Transformação Mineral*. Disponível em:
<http://www.mme.gov.br/programs_display.do?prg=11&pag=5719>. Acesso em: 12 jul. 2006.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. *Ata de Amizade Argentino-Brasileira para a Democracia, Paz e Desenvolvimento*. Brasília. Disponível em:
< http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_263_740.htm>. Acesso em: 27 fev. 2006.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Atos em vigor assinados com a República Argentina*. Brasília. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/biargent.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2006.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Denominações de atos internacionais*. Brasília. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/003.html>>. Acesso em: 12 mar. 2006.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *O Mercado Comum*. Brasília. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/textos/default.asp?Key=27>>. Acesso em: 18 abr. 2005.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *O Protocolo de Ouro Preto*. Brasília. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/textos/default.asp?Key=45>>. Acesso em: 17 abr. 2005.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *O que é integração econômica?* Brasília. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/textos/default.asp?Key=24>>. Acesso em: 18 abr. 2005.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Sobre o Mercosul*. Brasília. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/textos/default.asp?key=1>>. Acesso em: 17 abr. 2005.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *O Tratado de Assunção*. Brasília. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/textos/default.asp?Key=45>>. Acesso em: 17 abr. 2005.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Argentina-Brasil*. Brasília. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_281_758.htm>. Acesso em: 28 fev. 2006.

CASELLA, Paulo Borba (Coord.). *Mercosul: integração regional e globalização*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

_____. *Mercosul: exigências e perspectivas: integração e consolidação de espaço econômico (1995 – 2001 – 2006)*. São Paulo: LTr, 1996.

_____. Senado Federal. *Mercosul: legislação e textos básicos*. 4 ed. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2005.

_____. Supremo Tribunal Federal: *Agravo Regimental em Carta Rogatória República Argentina n.º 8.279*. Disponível em: <www.stf.gov.br>. Acesso em 28 jun. 2006. p.56.

CHIARELLI, Carlos Alberto. *A encruzilhada da Integração: Brasil, Estados Unidos, Mercosul e ALCA*. São Paulo: LTr, 2004.

CINTRA, Luís F. Lindley; CUNHA, Celso. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

- FARIA, José Ângelo Estrella. *O Mercosul: Princípios, Finalidades e Alcance do Tas*. Brasília: MRE, 1993. p.25. Apud: VENTURA, Deisy de Freitas Lima. *As assimetrias entre o Mercosul e a União Européia: os desafios de uma associação inter-regional*. Barueri, SP: Manole, 2003. p.07
- FERNANDES, Luciana de Medeiros. *Soberania & Processo de Integração*. O novo conceito de soberania em face da globalização. Curitiba: Juruá, 2002.
- FERRAZ, Daniel Amin (Coord.). *Manual de Integração Regional*. Relações União Européia e Mercosul. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio Século XXI: o minidicionário da língua portuguesa*. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. p. 348.
- FERREIRÓS, Aquilino Iglesia. *Autonomía y Soberanía*. Madrid: Marcial Pons, 1996.
- FINKELSTEIN, Cláudio. *O Processo de formação de mercados em blocos*. São Paulo: IOB – Thomson, 2003.
- FURLAN, Fernando de Magalhães. *Integração e soberania: o Brasil e o Mercosul*. São Paulo: Aduaneiras, 2004.
- GASTALDI, Silvina Sol. La soberanía en la era global. Aproximaciones teóricas para la reconceptualización de la teoría de la soberanía estatal. p. 87-103. In: ALMEIDA, Wilson (Ed.). *Cooperación e Integración: antiguos temas, nuevos debates I*. Goiânia: Centro Universitário de Goiás, Deescubra, 2005.
- HELD, David. La democracia y el orden global. Del Estado moderno al gobierno cosmopolita. Buenos Aires: Paidós, 1997. p.129. Apud: GASTALDI, Silvina Sol. La soberanía en la era global. Aproximaciones teóricas para la reconceptualización de la teoría de la soberanía estatal. p. 87-103. In: ALMEIDA, Wilson (Ed.). *Cooperación e Integración: antiguos temas, nuevos debates I*. Goiânia: Centro Universitário de Goiás, Deescubra, 2005.
- INGLATERRA. COMMONWEALTH. *Commonwealth: Who we are*. Londres. Disponível em: <<http://www.thecommonwealth.org>>. Acesso em: 28 out. 2005.
- LAFER, Celso. *A OMC e a regulamentação do comércio internacional*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. p.104.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. *Metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- LAMBERT, Jean-Marie. *Curso de direito Internacional Público: O MERCOSUL em questão*. V.4. Goiânia: Kelps, 2002.
- LUQUINI, Roberto de Almeida. A integração regional na América Latina e no Mercosul. In: FERRAZ, Daniel Amin (Coord.) *Manual de integração regional*. Relações União Européia e Mercosul. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004. p.225-271.
- MACHADO, João Bosco M. *Mercosul: processo de integração*. Origem, evolução e crise. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

- MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma Teoria Científica da Cultura*. Tradução: José Auto. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- MELLO, Celso D. Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*. 15 ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Recife: Renovar, 2004.
- _____. *O Direito Internacional da Integração*. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.
- MERCOSUL. Secretaria do MERCOSUL. Disponível em:
<<http://www.mercosur.int/msweb/principal/contenido.asp>>. Acesso em: 12 jul. 2006.
- MESQUITA, Luís Góes; MIZUTANI, Larissa Caetano.
Intergovernamentalidade: o problema institucional do MERCOSUL. Brasília: Revista Jurídica, v.7, n.74, agosto/setembro 2005. Disponível em:
<https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/revista/revistajuridica/index.htm>
Acesso em: 18 out. 2005.
- OTERMIN, Jorge Pérez. *El Mercado Común del Sur*. Apud. BASALDÚA, Ricardo Xavier. *MERCOSUR y Derecho de la Integración*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1999. p. 573.
- PABST, Haroldo. *Mercosul: direito da integração*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- PEREIRA, Ana Cristina Paulo. *Direito Institucional e Material do MERCOSUL*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2001.
- REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- REIS, Márcio Monteiro. *Mercosul, União Européia e Constituição: a integração dos Estados e os Ordenamentos Jurídicos nacionais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- REZEK, Francisco. *Direito Internacional Público*, 5ed. São Paulo: Saraiva, 1995. p.270. Apud: VENTURA, Deisy de Freitas Lima. *As assimetrias entre o Mercosul e a União Européia: os desafios de uma associação inter-regional*. Barueri, SP: Manole, 2003. p.12.
- ROSENAU, James N. *Distant Proximities : Dynamics beyond globalization*. Oxford: Princeton University Press, 2003, p.50-78.
- RUSSEL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. *De la autonomía antagónica a la autonomía relacional: una mirada teórica desde el Cono Sur*", en Post Data, n.º 7: 2001. Apud: GASTALDI, Silvina Sol. *La soberanía en la era global. Aproximaciones teóricas para la reconceptualización de la teoría de la soberanía estatal*. p. 96. In: ALMEIDA, Wilson (Ed.). *Cooperación e Integración: antiguos temas, nuevos debates I*. Goiânia: Centro Universitário de Goiás, Deescubra, 2005.
- SALIBA, Carolina Muranaka. *O conceito de soberania em Jean Bodin*. Campinas: 2001. Disponível em:
<<http://www.caput.pro.br/docs/eccbc87e4b5ce2fe28308fd9f2a7baf3.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2006.
- SOARES, Guido F. S. *A compatibilização da ALADI e do MERCOSUL com o GATT*. Brasília. Disponível em:

<http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/mercosul/aladi/gatt.asp>.
Acesso em: 13 mar. 2006.

STRAUS, Flávio Augusto Saraiva. *Soberania e Integração Latino-Americana: uma perspectiva constitucional do Mercosul*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

VAZ, Alcides Costa. *Cooperação, Integração e Processo Negociador: a construção do Mercosul*. Brasília: IBRI, 2002.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. *As assimetrias entre o Mercosul e a União Européia: os desafios de uma associação inter-regional*. Barueri, SP: Manole, 2003.

12. Anexos

ANEXO I

DECLARAÇÃO DO IGUAÇU

1. O Presidente da República Federativa do Brasil, Doutor José Sarney e o Presidente da República Argentina, Doutor Raúl Ricardo Alfonsín, procederam à inauguração solene, em 29 de novembro de 1985, da Ponte Internacional que liga a cidade de Porto Meira, Brasil, à cidade de Puerto Iguazú, República Argentina.

2. Conforme anunciado oportunamente, os Governos brasileiro e argentino acordaram dar ao empreendimento o nome de “Ponte Presidente Tancredo Neves”, como homenagem ao falecido estadista brasileiro e em reconhecimento a sua trajetória política imbuída de valores democráticos, de solidariedade e de cooperação latino-americana.

3. Na oportunidade, os Chefes de Estado realizaram um encontro de trabalho em Puerto Iguazú, Argentina, e Foz do Iguaçu, Brasil, e mantiveram conversações sobre temas de interesse comum, que se estenderam até o dia 30 de novembro.

4. Durante suas conversações, que transcorreram dentro de uma atmosfera de alta cordialidade e simpatia, os Presidentes do Brasil e da Argentina congratularam-se pela inauguração da Ponte Presidente Tancredo Neves e ressaltaram seu expressivo significado como elo de união real e simbólico entre as duas Nações. Realçaram também sua importância para o desenvolvimento da região, conferindo forma concreta aos legítimos anseios das populações de ambos os lados da fronteira.

5. Sublinharam, em especial, o fato de ser esta a primeira obra do gênero construída entre o Brasil e a Argentina desde a inauguração, em 1947, da Ponte Internacional entre as cidades de Uruguaiana e Paso de los Libres. Nesse sentido, a Ponte Presidente Tancredo Neves representa um marco significativo no processo de integração física entre os dois países, constituindo mais um testemunho da capacidade de cooperação bilateral.

6. Os Chefes de Estado coincidiram em salientar o elevado grau de diversificação, aprofundamento e fluidez alcançados nas relações brasileiro-argentinas, que fortalece a permanente disposição dos dois povos de estreitarem de forma crescente seus laços de amizade e solidariedade.

7. Os Presidentes coincidiram na análise de dificuldades por que atravessa a economia da região, em função dos complexos problemas derivados da dívida externa, do incremento das políticas protecionistas no comércio internacional, da permanente deterioração dos termos de intercâmbio

e da drenagem de dividas que sofrem as economias dos países em desenvolvimento.

8. Concordaram, igualmente, quanto á urgente necessidade de que a América Latina reforce seu poder de negociação com o resto do mundo, ampliando sua autonomia de decisão e evitando que os países da região continuem vulneráveis aos efeitos das políticas adotadas sem a sua participação. Portanto, resolveram conjugar e coordenar os esforços dos respectivos Governos para revitalização das políticas de cooperação e integração entre as Nações latino-americanas.

9. Ao examinarem o problema da dívida externa, os dois Presidentes consideraram que a evolução das posições nessa matéria veio a confirmar o acerto e a oportunidade do enfoque conceitual formulado pelo Consenso de Cartagena , em junho de 1984. Constataram uma crescente conscientização, por parte dos dirigentes dos países industrializados e da comunidade financeira internacional, a cerca da gravidade da situação gerada pela dívida externa da América Latina. Manifestaram, ademais, sua grande satisfação com o fato de que as idéias centrais de Cartagena – a exigência de crescimento da economia dos países devedores, a necessidade de alívio do peso do serviço da dívida e a co- responsabilidade de devedores e credores – estejam começando a ser compreendidas e, expressam seu desejo de que sirvam de base para novas iniciativas tendentes a solucionar o problema. Os dois Presidentes expressaram sua confiança em que, a partir dessas premissas fundamentais , os países integrantes do Consenso de Cartagena continuarão a explorar todas as possibilidades dessa nova perspectiva de diálogo a fim de encontrar soluções duradouras, que permitam seus governantes se dedicarem à tarefa primordial de assegurar o bem-estar e o desenvolvimento de seus povos, consolidando o processo democrático da América Latina.

10. Sublinharam o empenho de seus países na revitalização do Sistema Interamericano e expressaram a disposição comum de contribuir decididamente para a dinamização da Organização dos Estados Americanos e para o fortalecimento dos princípios que regem as relações hemisféricas.

11. Assinalaram a especial importância do Atlântico Sul para os povos Sul-americanos e africanos e expressaram sua firme oposição a qualquer tentativa de transferir para a região, que deve ser preservada como zona de paz e cooperação, tensões leste-oeste, em particular através de medidas de militarização.

12. Reafirmaram o pleno respaldo de seus Governos às gestões do grupo de contadora, que consideram a melhor resposta para alcançar uma solução adequada para a crise centro-americana, contemplado justa e equivalentemente os interesses de todos os países da região. Nesse quadro, sendo os governos do Brasil e da Argentina, juntamente com o Peru e Uruguai, membros do Grupo de Apoio a Contadora, manifestaram sua satisfação ao comprovar que os mecanismos de intercâmbio sistemático de informação, consulta e ação diplomática previstos pelos Chanceleres dos Grupos de

Contadora e de Apoio, na reunião de agosto último, em Cartagena, funcionaram eficazmente.

13. Ao examinarem a cooperação desenvolvida no âmbito da Bacia do Prata, manifestaram a vontade política das duas Nações de impulsionar ações bilaterais e multilaterais destinadas ao cumprimento dos objetivos do Tratado de Brasília, com renovado dinamismo e em bases pragmáticas.

14. A respeito da questão das Ilhas Malvinas, o Presidente Sarney reiterou o histórico apoio do Brasil aos direitos de soberania argentina sobre o arquipélago, sublinhou a importância de uma solução pacífica para a controvérsia e expressou sua confiança em que reiniciem as conversações entre as partes, nos termos das resoluções pertinentes aprovadas no âmbito da Organização das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos. O Presidente Alfonsín, manifestando sua satisfação por essa posição, externou o reconhecimento de seu Governo pela atuação do Brasil em seu caráter de potência protetora dos interesses argentinos junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

15. Manifestaram sua preocupação com os problemas derivados do uso e tráfico de drogas ilícitas e concordaram em desenvolver esforços conjuntos tanto no plano bilateral quanto no multilateral. Coincidiram também em que este tema deve ser abordado desde uma perspectiva integral, uma vez que nele estão envolvidos aspectos morais, políticos, econômicos, financeiros, sociais, de fiscalização e de controle, que exigem um esforço conjugado e que a cooperação deve completar a prevenção do uso indevido, a repressão do tráfico e a reabilitação dos usuários.

16. Destacaram que, dentro da tradição de continuidade do relacionamento bilateral, os êxitos recentemente alcançados pelas duas Nações em seus respectivos processos de consolidação democrática criaram as condições particularmente propícias para o aprimoramento de seus vínculos nos mais diversos setores, assim como para colaboração mais íntima e estreita no plano internacional.

17. Os primeiros mandatários reconheceram que se torna cada vez mais indispensável o freqüente diálogo de alto nível entre os dois Governos.

18. Dentro desse espírito, expressaram sua firme vontade política de acelerar o processo de integração bilateral, em harmonia com os esforços de cooperação e desenvolvimento regional. Expressaram sua firme convicção de que esta tarefa deve ser aprofundada pelos Governos com a indispensável participação de todos os setores de suas comunidades nacionais, aos quais convocaram a unir-se a este esforço, já que lhes cabe também explorar novos caminhos na busca de espaço econômico regional latino-americano.

19. Para esse fim, decidiram criar uma Comissão Mista de Alto Nível para Cooperação e Integração Econômica Bilateral, presidida pelos seus Ministérios das Relações Exteriores e Compostas de representantes governamentais e

dos setores empresariais dos dois países, para examinar e propor programas, projetos e modalidades de integração econômica.

20. Esta Comissão, que abarcará todos os setores suscetíveis de uma maior integração entre os dois países, será constituída no primeiro trimestre de 1986 e deverá apresentar, até 30 de junho próximo, um relatório aos dois Presidentes com as prioridades propostas para lograr um rápido aprofundamento dos vínculos de cooperação e integração econômica, especialmente no que se refere às áreas de complementação industrial, energia, transporte e comunicações, desenvolvimento científico- técnico, comércio bilateral e com terceiros mercados.

21. Por canais diplomáticos, serão acordados a composição data de constituição, mecanismos, procedimentos e demais pormenores relativos ao seu funcionamento. O mandato da comissão não interferirá nem retardará a cooperação institucional atualmente em vigência nem a que resulte de outras decisões adotadas no presente encontro.

22. Nos setores de energia, transporte e comunicações, os Presidentes manifestaram sua intenção de promover a complementação crescente entre os sistemas dos países como forma de integração efetiva que gere benefícios mútuos nos planos técnico, econômico, financeiro e comercial para seus respectivos países. Destacaram a necessária participação das indústrias brasileira e argentina e das respectivas empresas estatais neste esforço de integração.

23. Com a finalidade de continuar com o processo de integração física, bem como dos sistemas de transportes e comunicações entre seus países, ambos os Mandatários resolveram criar, para tanto, no âmbito da Comissão de Alto Nível, uma subcomissão que analisará as conexões viárias e ferroviárias, as pontes, os portos e vias navegáveis, os problemas relativos ao transporte rodoviário, marítimo, fluvial e aéreo, assim como os relativos às comunicações, a qual será coordenada pelos Secretários-Gerais dos Transportes e das Comunicações do Brasil, e pelos Subsecretários de Planejamento de Transporte e o da Secretaria das Comunicações da Argentina, conforme o caso.

24. Da mesma maneira, para coordenar a realização de projetos conjuntos na área da energia, os dois Presidentes decidiram criar outra Subcomissão presidida pelo Secretário-Geral do Ministério das Minas e Energia do Brasil e pelo Subsecretário de Planejamento Energético da Argentina. A referida subcomissão analisará especialmente a viabilidade do fornecimento de gás natural argentino ao Brasil, bem como as possibilidades de complementação nas áreas de prospecção e exploração petrolífera e no comércio bilateral de combustíveis líquidos e gasosos.

25. Na área da energia hidrelétrica, os Presidentes manifestaram sua decisão de levar adiante, de forma conjunta, o aproveitamento hidrelétrico binacional de Garabi, tendo como base um cronograma que garanta a

conclusão do projeto básico e da documentação pertinente nos próximos doze meses. Nessas condições, poder-se-á considerar sua entrada em serviço, conforme os planos de aparelhamento dos dois países, no período compreendido entre os anos de 1995 e 2000, sujeita à evolução e coordenação dos respectivos sistemas elétricos nacionais.

26. Nesse setor ambos os Mandatários manifestaram seus beneplácito pela firme decisão política da Argentina de realizar, associada ao Brasil, as obras de aproveitamento hidrelétrico de Pichi-Picun-Leufu. Nesse sentido, congratularam-se por se encontrarem encaminhadas as negociações relativas ao convênio de crédito e ao empréstimo oferecidos pelo Governo brasileiro, bem como as referentes ao estabelecimento das bases comerciais e jurídicas do contrato entre a HIDRONOR S. A. e o consórcio Brasileiro-Argentino.

27. Atentos à vontade de estabelecer uma maior complementação entre os sistemas elétricos dos dois países, ambos os Mandatários expressaram sua satisfação pelo avanço das obras de interconexão que estão sendo realizadas no quadro do convênio oportunamente subscrito, assinalando o seu interesse em dar continuidade a esse esforço impulsionando o estabelecimento de novos vínculos.

28. No âmbito da cooperação científica e tecnológica, ambos os Presidentes expressaram sua convicção de que a ciência e a tecnologia desempenham um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social e assinalaram a importância do Acordo Básico como quadro adequado para a cooperação bilateral. Sua expressão concreta manifesta-se nos Ajustes Complementares referentes a metrologia, florestamento, atividades espaciais, agricultura, comunicações e o assinado durante o transcurso deste encontro sobre biotecnologia, assim como no acordo de cooperação existente sobre os usos pacíficos da energia nuclear. Ressaltaram, igualmente, a importância da cooperação técnica entre instituições, que se traduziu em projetos nos campos da virologia, da formação profissional e dos transportes. Neste particular, assinalaram sua satisfação pelas negociações em curso entre os Governos com vistas à celebração de um Memorandum de Entendimento Sobre cooperação nos campos da pesquisa e da tecnologia no setor dos transportes.

29. Com a finalidade de intensificar os esforços no campo da cooperação científica e tecnológica, ambos os Mandatários decidiram criar uma Subcomissão, no âmbito da Comissão de Alto Nível, que será presidida pelo Secretário- Geral do Ministério da Ciência e da Tecnologia do Brasil e pelo Subsecretário de Promoção de Ciência e Técnica da Argentina.

30. Enfatizaram, em particular, a importância dos Acordos formalizados pelos dois Governos em julho e agosto do corrente ano, referentes às iniciativas de expansão e equilíbrio do intercâmbio comercial entre o Brasil e a Argentina. A fim de incentivar a cooperação econômica e comercial e diversificar o intercâmbio bilateral e com terceiros mercados, ambos os Mandatários resolveram criar uma subcomissão de Assuntos Econômicos e

Comerciais, presidida pelo Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Comerciais do Ministério das Relações Exteriores e Culto da Argentina.

31. Ambos os Presidentes se felicitaram, ainda, pela assinatura, a que procederam na mesma data, da “Declaração Conjunta sobre Política Nuclear”, que consubstancia os propósitos pacíficos dos programas de desenvolvimento de seus países no campo nuclear e que se insere nas melhores tradições de cooperação e de paz, que inspiram a América Latina.

32. Por último, os Presidentes José Sarney e Raúl Ricardo Alfonsín reafirmaram enfaticamente que o processo de democratização que vive o continente deverá conduzir a uma maior aproximação e integração entre os povos da região. Afirmaram, igualmente, que, para os latino- americanos, a democracia deve necessariamente significar paz, liberdade e justiça social; comprometeram-se a não poupar esforços para que convivam neste continente sociedades que privilegiem os princípios de dignidade humana, cooperação, solidariedade, paz e bem- estar. Concluíram assinalando que as relações bilaterais brasileiro-argentinas serão exemplo deste ideário.

José Sarney

Raúl Ricardo Alfonsín

ANEXO II

ATA DE AMIZADE BRASILEIRO – ARGENTINA
Democracia, Paz e Desenvolvimento

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL,
José Sarney,

e

O PRESIDENTE DA NAÇÃO ARGENTINA,
Raúl Ricardo Alfonsín,

Inspirados nos altos ideais de paz, democracia, liberdade, justiça social e desenvolvimento, que estão solenemente comprometidos a promover em seus países;

Animados pelo propósito de manter e aprofundar ainda mais a estreita vinculação que existe entre o Brasil e a Argentina e de estabelecer condições para elevá-la à altura do seu verdadeiro potencial de entendimento, convergência e integração;

Empenhados em contribuir decididamente, na medida de suas possibilidades, para a prosperidade das nações da América Latina, unidas ao Brasil e à Argentina por sólidas tradições e anseios comuns;

Resolveram subscrever a presente Ata, e com esse objetivo:

I

Reafirmam a tradicional e fraterna amizade brasileiro-argentina, continuamente fortalecida pelo respeito às normas de boa convivência internacional e pela convicção comum de que a independência da política externa se fortalece na democracia, autêntica vocação dos povos brasileiro e argentino.

II

Destacam sua profunda fé na democracia representativa, pautada no supremo respeito à ordem legal e à vontade popular, para assegurar a paz e promover o pleno desenvolvimento nacional e assinalam que o Estado de Direito é o principal garante da consecução da justiça social, bem como da dignidade, da liberdade e dos direitos essenciais da pessoa humana.

III

Afirmam que o crescimento econômico é condição necessária para a justiça social, a consolidação da democracia e a paz.

IV

Sublinham que o processo de consolidação institucional nos dois países tem criado condições particularmente propícias para um diálogo bilateral mais fluente e dinâmico em todos os níveis e para uma colaboração e coordenação mais íntima e efetiva na ação internacional do Brasil e da Argentina.

V

Congratulam-se pelo Programa de Integração e Cooperação Econômica que ambos os países levam avante e cuja filosofia reflete a inabalável vontade política das duas Nações de assegurar o êxito da iniciativa, de vital importância para a prosperidade e modernização dos dois países.

VI

Comprometem-se em tornar cada vez mais sólida e expressiva a crescente e ambiciosa cooperação bilateral em todos os setores.

VII

Manifestam a decisão de ambos os Governos de ampliar e consolidar seu diálogo político, para a consideração dos temas bilaterais e da situação internacional e regional, através de mecanismos ágeis de consulta entre as duas Chancelarias.

VIII

Conscientes dos graves problemas com que se defronta a América Latina e identificados com os anseios comuns aos seus povos, reafirmam o propósito de abrir novos horizontes para a cooperação e integração regional, respeitadas as peculiaridades das relações entre cada um dos seus países, a fim de propiciar uma presença latino-americana no contexto internacional ajustada aos mais nobres e legítimos ideais da região.

IX

Reiteram sua adesão aos propósitos pacíficos que inspiram a ação externa de ambos os países e, por conseguinte, sua fidelidade às normas do direito internacional e aos princípios e propósitos das Cartas das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, reconhecendo que, sob a égide da democracia, o diálogo internacional encontra campo fértil para sua expansão, fortalecimento e confiabilidade.

X

Reafirmam o compromisso solene de participar ativamente da construção de uma ordem internacional justa e equitativa, tarefa que se torna inadiável diante dos graves desafios que enfrenta a humanidade às vésperas de um novo século.

Feito na cidade de Brasília, aos 10 dias do mês de dezembro de 1986, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

JOSÉ SARNEY

RAÚL RICARDO ALFONSÍN

ANEXO III

Publicado no D.O nº 247, de 29 de dezembro de 1988.

**PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO ECONÔMICA
ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E A REPÚBLICA ARGENTINA**

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE EXECUÇÃO

A Comissão de Execução do Programa de Integração e Cooperação Econômica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, de acordo com o disposto na “Ata a Integração Brasileiro-Argentina”, assinada em 29 de julho de 1986, examinou, aprovou e apresenta à consideração dos Senhores Presidentes da República Federativa do Brasil e da República Argentina os documentos anexos, que se discriminam a seguir.

Buenos Aires, 29 de novembro de 1988.

**DOCUMENTOS ANEXOS AO RELATORIO DA COMISSÃO DE
EXECUÇÃO DO PROGRAMA**

PROTOCOLO SOBRE BENS DE CAPITAL (Nº 1)

ANEXO VIII

Contém a relação dos novos bens de capital que se beneficiam do tratamento de produto nacional disposto por este Protocolo. Modifica a Lista Comum de Bens de Capital. Amplia o Universo de Bens de Capital.

PROTOCOLO SOBRE EXPANSÃO DO COMÉRCIO (Nº 4)

ANEXO VII

Estabelece mecanismo para estimular a criação do equilíbrio dinâmico do intercâmbio bilateral. Amplia o Acordo de Alcance Parcial nº 1, ao nele incluir os produtos do universo tarifário de cada país.

ANEXO VIII

Retira do Acordo de Alcance Parcial nº 1 produtos que já se encontram na Lista Comum de Bens de Capital estabelecida conforme o Protocolo n 1 e seus Anexos.

PROTOCOLO SOBRE EMPRESAS BINACIONAIS (Nº 5)

ANEXO II

Manifesta satisfação pelos progressos realizados pelo Grupo de Trabalho e estabelece a data de 30 de abril para a apresentação do projeto de Estatuto de Empresas Binacionais.

PROTOCOLO SOBRE SIDERURGIA (Nº 13)

ANEXO III

Estabelece um projeto integrado de investimento e complementação para produção e comércio de briquetes de ferro-esponja e de chapa laminada a frio, da Argentina, e bobinas laminadas a quente, do Brasil, e registra o apoio às iniciativas de integração e complementação entre as empresas Propulsora Siderúrgica e Companhia Siderúrgica de Tubarão.

PROTOCOLO SOBRE TRANSPORTE TERRESTRE (Nº 14)

ANEXO VII

Registra o reconhecimento do direito da bandeira do país transitado de participar nos tráfegos com destino a terceiros países, e estimula acordos para abertura dos tráfegos bilaterais a terceiros países.

ANEXO VIII

Estabelece o Formulário Único de Conhecimento – Carta de Porte Internacional – T.I.F. e as instruções para sua aplicação, para ser utilizado no transporte internacional por ferrovia entre os dois países.

ANEXO IX

Estabelece o Manifesto Internacional de Cargas por Ferrovia e as instruções para sua aplicação, para ser utilizado no transporte internacional ferroviário entre os dois países.

PROTOCOLO CULTURAL (Nº 18)

ANEXO II

Registra a assinatura do Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre os dois Governos, o qual estabelece, conforme previsto no item 3.1 deste Protocolo, condições tendentes a estimular o sistema de co-produção entre os dois países, e a do Convênio de Co-Produção e Intercâmbio entre o Teatro Municipal da Cidade do Rio de Janeiro e o Teatro Colón da Cidade de Buenos Aires.

PROTOCOLO SOBRE INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA (Nº 22)

ANEXO I

Estabelece a Lista Comum de bens alimentícios industrializados, aos quais se concedem condições favorecidas de comércio e estímulos para a implantação gradual de projetos de

complementação e integração sobre investimentos, aperfeiçoamento tecnológico, industrialização e comercialização de bens alimentícios processados nos dois países.

PROTOCOLO REGIONAL FRONTEIRIÇO (Nº 23)

Estabelece os objetivos para uma maior integração física, econômica e cultural entre os Estados brasileiros do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná e as Províncias argentinas de Corrientes, Chaco, Entre Rios, Formosa, Misiones e Santa Fé, e cria Grupo de Trabalho Permanente para identificar ações a serem empreendidas por ambos os países, além de Comitês de Fronteira nas cidades de Foz de Iguaçu e Puerto Iguazú, e Uruguiana e Paso de Los Libres.

ANEXO VIII AO PROTOCOLO Nº 1 – BENS DE CAPITAL

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Argentina,

CONSIDERANDO:

O disposto no Artigo 3 do Acordo de Complementação Econômica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Produção, Comércio e Desenvolvimento Tecnológico de Bens de Capital, assinado em Brasília, em 10 de dezembro de 1986,

DECIDEM:

1. Ampliar a Lista Comum de Bens de Capital que constitui o Anexo II do referido Acordo de Complementação Econômica, pela inclusão dos bens de capital e das partes e peças de reposição que se encontram indicados no Apêndice 1 ao presente Anexo.
2. Modificar a Lista Comum de Bens de Capital, que constitui o Anexo II do referido Acordo de Complementação Econômica, conforme o Apêndice 2 ao presente Anexo.
3. Incluir no “Universo de Bens de Capital”, que constitui o Anexo 1 ao referido Acordo de Complementação Econômica, as seguintes posições tarifárias da Nomenclatura Aduaneira da Associação Latino-Americana de Integração – NALADI:

73.29.0.99 – 76.10.0.99 – 84.06.3 – 84.06.9 – 84.13.1 – 84.21.2.01 – 84.22.8 – 84.35.1.09 – 84.49.8.01 – 84.61.8 – 84.63.1.02 (com diâmetro igual ou superior a 60mm) – 84.63.1.99 – 85.02.9.99 – 85.05 – 85.13.1.99 – 90.09.9.99 – 90.14.4.01 – 90.20.2.01 – 90.24.9.99 – 90.25.1 – 90.28.1.99 – 90.28.3.09 – 90.28.6.99 – 90.28.9.09
4. Determinar a suas Delegações Permanentes junto à Associação Latino-Americana de Integração – ALADI que adotem imediatamente as providências necessárias a formalizar, junto à Associação, as decisões conjuntas explicitadas nos itens 1, 2 e 3 acima.

Buenos Aires, 29 de novembro de 1988.

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

ENRIQUE CARLOS NOSIGLIA

APÊNDICE I AO ANEXO VIII AO PROTOCOLO Nº 1

TERCEIRA AMPLIAÇÃO DA LISTA COMUM

NALADI PRODUTO

73.16.0.01 Trilhos TR 37, 45, 57, 60 e 62

73.29.0.99 Correntes do tipo de elo alongado para aplicar a transportadores contínuos

76.10.0.99 Recipientes de alumínio para uso em extintores

82.05.0.06 Rimas e sapatas de diamante

84.01.1.01 Caldeira aquotubular de até 3 t/h e pressão igual ou menor a 10 bar

84.01.1.99 As demais caldeiras de até 3 t/h e pressão igual ou menor a 10 bar

84.10.2.99 Bombas de óleo para lubrificação de motores

Bombas de duplo e triplo parafuso

84.10.5.01 Elevadores de condensado, de alta capacidade, operados a vapor ou ar comprimido, pressão máxima de 125 LB

Bombeadores mecânicos para extrair e elevar água

84.10.8.01 “Trasvasador” para bombeadores de água a moinho, a combustível ou a eletricidade

Partes e peças para bombas dosificadoras impulsoras a engrenagens empregadas para soluções viscosas poliamidicas em máquinas de fiar fibras sintéticas ou artificiais

84.10.9.99 Bombas para concreto

Bombas para mistura de cal e cimento

Bomba submersa de pulsação (submersa de membrana vibratória)

84.11.1.99 Compressor para vapor de gás liquefeito de petróleo

84.11.2.01 Extratores pneumáticos centrífugos

Extrator de gases e vapores com precipitação de sólidos para processos da indústria agroindustrial, alimentícia ou de embalagem

Exaustor de uso industrial

84.11.8.01 Partes, peças e componentes para turbosobrealimentadores de peso igual ou superior a 50kg, acionados por gases de escapamento de motores de combustão interna

84.13.1.01 Queimadores de combustíveis líquidos

84.13.1.02 Queimadores de combustíveis sólidos

84.13.1.03 Queimadores de gás

84.13.1.99 Queimadores industriais duplos gasolina/gás, incluídos os automáticos do tipo tiro forçado

84.14.8.01 Vagonetas para forno cerâmico

Partes e peças de aços refratários para fornos de indústrias de cimento, petróleo e petroquímica

84.17.2.01 Aparelhos de destilação de ar capazes de tratar até 12.000 NM³/hora de ar para obter oxigênio, nitrogênio e argônio em forma líquida ou gasosa

84.17.3.99 Evaporadores a vácuo ou concentradores de simples, duplo e triplo efeito

84.20.9.02 Dosificador de pó

84.20.9.99 Básculas e balanças para pesar veículos

84.21.2.01 Extintores contra incêndio com recipiente de alumínio aptos para conter gás ver1ógeno, pó químico seco ou água

84.22.3.99 Transportadores a parafuso sem fim para cimento, de 10 a 150 toneladas por hora

Elevadores de automóveis de duas e quatro colunas

Transportador vibratório

Elevador a parafuso sem fim

Hidrotransportador para azeitonas

Noria de tubos de transporte de frutas

Máquina de carga e descarga de malte seco

Transportador magnético

Removedor de cevada germinada, dos tanques de germinação

Transportador de bagaço, tipo rosca

Transportador de cavacos de metal em máquinas ferramentas

84.22.8.01 Rolos para correias transportadoras com ou sem suporte de apoio

84.24.2.04 Equipamentos de cultivo para a cana de açúcar

84.26.2.02 Amassadeiras

84.28.1.01 Esmagadoras e misturadoras de adubos

84.31.8.01 Partes e peças para máquina para fabricação de papelão corrugado

Caixas de sucção para máquinas para fabricação de papel

Raspadoras para máquinas para fabricação de papel

Rolos de todos os tipos para máquinas para fabricação de papel

Capotas de extração para máquinas para fabricação de papel

Capotas de secado para cilindros secadores e monolúcidos

84.33.1.01 Cortadeiras transversais simples e duplas, rotativas, para papelão corrugado

84.33.1.99 Picotadoras a pedal, com largura útil de 500 mm

Furadeiras de três brocas, com esquadro automático

84.33.6.01 Acessórios, para empilhar caixas de papelão corrugado para colocar a continuidade de máquina impressora ranhuradora

84.35.1.09 Máquina para impressão por tampografia

84.35.2.99 Vibrador para papel e papelão

84.38.8.11 Pentes têxteis para teares da posição 84.37

84.40.1.03 Máquinas para limpeza a seco

84.42.8.01 Partes e peças separadas para máquinas para fabricação de calçados

84.45.4.02 Marteletores pneumáticos

84.45.4.99 Prensas a fricção (ou a parafuso)

84.45.9.94 Retificadora universal de interiores e exteriores

Retificadora de válvulas e pistões

Retificadora sem centro

84.45.9.99 Recalcadora orbital guazu-pneumática

Aparelho para montagem de guarnições rígidas

84.46.0.99 Máquina para retificar moldes cilíndricos e/ou esféricos de lentes oftálmicas

84.47.2.99 Fresadeiras para trabalhar placas de PVC para moldes de armações de óculos

84.47.4.01 Perfuradora de poliuretano flexível

84.47.6.02 Serra circular de folhas múltiplas

84.47.9.99 Guilhotina mecânica ou hidráulica para chapa de madeira

84.48.1.01 Placas de duas ou três castanhas com passagem de barra e compensação centrífuga para alta velocidade

Placa de arraste com castanha

Placas de duas ou três castanhas com passagem de barra

Cabeçote mandrilador

Pontas de arraste (driving centers)

Placa giratória para máquinas ferramentas

Adaptadores para porta-ferramentas,fixos ou registráveis, para tornos e centros de usinagem

Árvores porta-fresas

Cabeçote fresador

Barras de mandrilar

Centradores

Contra-pontas fixas

Contra-pontas rotativas para tornos

Haste cônica (conos morse)

84.48.2.01 Cilindros rotativos de acionamento pneumático sem passagem de barra

Chave inversora pneumática

Cilindro rotativo de acionamento óleo-hidráulico sem passagem de barra

Suporte de furar

Alimentador de barra

Mesa rotativa

Cones de redução

Espigas cônicas para mandris (taper shank arbors)

Partes, peças e acessórios para as prensas excêntricas

Partes, peças e acessórios para as prensas mecânicas com embreagem pneumática de dupla montagem

Pontas giratórias e fixas

Buchas para furadeiras

Arrastador frontal para tornos

Cabeçote de facear

Cabeçote de broquear (mandrilar)

Cabeçote de rosquear para furadeiras

Castanhas para placas de tornos

Cones de centragem intercambiáveis para tornos

Dispositivo retificador para torno

Esteira porta cabos de aço

Flanges para placas de tornos

Prolongamento para furadeiras

Sacadores e extratores para furadeiras

84.49.8.01 Partes e peças para ferramentas e máquinas ferramentas pneumáticas

Dispositivo acessório de uso exclusivo em motosserra portátil para afiar a corrente de corte

84.56.2.01 Misturadora descontínua para laboratório

Turbo misturador contínuo

Laminadoras para a indústria cerâmica

Cortadora para indústria cerâmica

Prensas para moldar telhas de argila

Vibroprensa hidráulica para moldagem de blocos ou briquete concreto, manual ou automática

Máquinas vibratórias para fabricação de blocos, postes, tubos e outros artefatos de concreto

Prensas para fabricação de blocos, postes, tubos e outros artefatos de concreto

84.56.8.99 Funil de carga para misturadoras e turbo misturador para areias, resinas e silicatos

84.59.3.99 Máquina para impulsão de mistura de cal, cimento e concreto

Equipamentos móveis, de desobstrução de tubulações de águas pluviais e cloacas em via pública e industriais

Máquinas rebocadora para a indústria da construção

84.59.7.04 Máquinas lavadoras e/ou desengraxadoras e/ou fosfatizadoras por spray e/ou imersão

84.59.7.99 Batedoras universais de até 60 litros de capacidade

Máquinas para fabricação de fraldas

84.59.9.99 Lubrificador para ar comprimido

Lubrificador pneumático

Aparelho para correção de bordas de materiais acondicionados em bobinas

Máquina de acionamento eletrohidráulico para armar e desarmar o conjunto aro-pneumático para automotores

Bancadas de endireitamento de carrocerias de automotores com suas respectivas torres de controle e acessórios

Conjunto filtro regulador e lubrificador para ar comprimido

Lubrificador de linha

Máquina rebitadeira elétrica

Máquinas para cortar rótulos de garrafas para refrigerantes, vinhos e cervejas

84.61.8.01 Partes e peças separadas para válvulas, exceto atuadores manuais e pneumáticos e árvore de natal

84.61.9.99 Válvulas de segurança para bombas alternativas

84.63.1.02 Mancais e suporte de mancais com diâmetros superiores a 60 MM

84.63.1.99 Acoplamentos hidráulicos

Embreagem pneumática

85.02.9.99 Morsas magnéticas

85.05.0.01 Lustradora lixadora polidora angular até 5.000 RPM, com capacidade máxima de 180 MM

Lixadora orbital de uso profissional montada sobre rolamentos

Cortadora angular múltipla para concreto armado, cerâmica, mármore, granito e aço

Eletroserra de corrente

85.13.1.99 Telefone – Intercomunicador de parede

Cabeçote telefônico de operador

Descriminadores de chamadas telefônicas

90.09.0.99 Impressora fotográfica

90.14.4.01 Instrumentos e aparelhos de meteorologia, hidrologia e geofísica

90.16.2.01 Relógios comparadores com acionamento mecânico

Esquadros metálicos de precisão para oficina

Calibres de corredeira de aço para medir exterior, e profundidade, até 3.000 milímetros (paquímetros)

Calibres de tolerância passa-não-passa lisos e de rosca, fixos, incluídos os para furo ou eixos estriados e os dentados para engrenagem

Graminhos de aço, graduados de 0 até 2.000 milímetros

Goniômetros de combinação de aço, excluídos os goniômetros combinados com esquadro

Calibre de altura de até 3.000 milímetros

Calibre pneumático para o controle de largo de ranhura de pistão

Cilindros padrões, anéis padrões incluindo galgas e blocos padrões retangulares ou angulares, suas armações e padrões de rugosidade, ou para calibrar máquinas de medir engrenagens

Calibres para controle de rosca A.P.I.

Calibre de profundidade de até 3.000 MM

90.17.1.99 Sistema Holter

Analizador Holter Eletrocardiográfico

Injetor angiográfico de alta pressão para estudos hemodinâmicos

Gravador tipo Holter eletrocardiográfico dinâmico contínuo em dois canais

90.20.2.01 Equipamento de cobaltoterapia

90.22.1.01 Aparelhos e instrumentos de ensaio para areias de moldagem utilizadas em fundição de metais

Aparelho para ensaios de impacto pelo método de Izod-Charpy

Máquinas universais de ensaio

90.22.8.01 Partes, peças e acessórios de durômetros

90.24.9.99 Controle de nível para refrigeração, de caldeiras, tanques, etc

Incubador para temperatura selecionada na faixa de mais ou menos 5 graus centígrados até mais ou menos 45 graus centígrados

90.25.1.01 Polarímetros

90.25.1.02 Sacarímetros

90.28.1.99 Aparelhos de seleção qualitativa de materiais ferrosos por princípio de corrente de Foucault

90.28.3.09 Medidor eletrônico de espessuras de camadas de pintura e/ou de camadas de tratamentos galvânicos

90.28.3.99 Balanceadora de rodas para veículos

Alinhadoras óticas para direção e faróis

90.28.4.01 Máquinas universais eletrônicas de ensaio, para provas de tração, compressão, flexão, etc, excluindo o comando microprocessador, com capacidade até 100.000 Kgf

90.28.6.99 Banco de provas para bombas de óleo

90.28.7.99 Detectores de trincas e descontinuidades em materiais ferro-magnéticos, pelo processo de partículas magnéticas

Equipamento eletro-mecânico para detecção de trincas em peças, por líquidos penetrantes

90.28.9.09 Indicador de sobresaturação em tachos de cozimento de açúcar

**APÊNDICE II AO ANEXO VIII AO PROTOCOLO Nº 1
MODIFICAÇÕES A LISTA COMUM VIGENTE**

NALADI	DE	PARA
73.22.0.01	Silos metálicos para frutas, “pellets” e/ou cereais	SILOS SEM DISPOSITIVOS DE VENTILAÇÃO OU AQUECIMENTO INCORPORADOS PARA FRUTAS, “PELLETS” E/OU CEREAIS
82.05.0.01	Matrizes para corte, dobra, repuxo ou forja de metais, de ação simples, dupla ou progressiva, construídas em aço e/ou aço fundido, exclusivamente	MATRIZES PARA CORTES, DOBRAS, REPUCHO E/OU FORJA DE METAIS, DE AÇÃO SIMPLES, DUPLA OU PROGRESSIVA, CONSTRUÍDA EM AÇO, AÇO

		FUNDIDO, OU AÇO FORJADO, INCLUSIVE SUAS PARTES E PEÇAS
84.06.5.01	Motores diesel para uso estacionário, refrigerados a ar, de potências superiores a 40 HP, com cabeçotes de cilindro individuais de alumínio	MOTORES DIESEL PARA USO ESTACIONÁRIO, DE POTÊNCIA SUPERIOR A 40 HP, COM CABEÇOTE DE CILINDROS INDIVIDUAIS DE ALUMÍNIO
84.10.1.99	Bombas alternativas de superfície, para bombeamento de petróleo	AS DEMAIS BOMBAS ALTERNATIVAS, EXCETO PARA DISTRIBUIÇÃO DE CARBURANTES E LUBRIFICANTES
	Bomba alternativa de óleo hidráulico de 210 kg/cm ² de pressão, de trabalho de acionamento pneumático	
	Equipamento pacote, automático, para produção e tratamento de petróleo, a base de bombas alternativas triplex e bombas hidráulicas de profundidade	AS DEMAIS BOMBAS ALTERNATIVAS, EXCETO PARA DISTRIBUIÇÃO DE CARBURANTES E LUBRIFICANTES
	Bombas de acionamento hidráulico, para a extração de petróleo, para fundo de poço	
84.10.2.01	Bombas dosificadoras e impulsoras de engrenagem empregadas para soluções viscosas poliamídicas em máquinas de fiar fibras sintéticas ou artificiais até 500 C.C./Ver.	BOMBAS ROTATIVAS VOLUMÉTRICAS DE ENGRENAGEM, EXCETO PARA DISTRIBUIÇÃO DE CARBURANTES E LUBRIFICANTES
	Bombas hidráulicas rotativas volumétricas a engrenagem para óleo, exceto para distribuição de carburantes e lubrificantes	

84.14.1.01	Fornos para galvanização (Galvanoplastia)	FORNOS INDUSTRIAIS
	Fornos para deshidrogeneização catalítica do álcool	
	Fornos para tratamentos térmicos de vidro (archas de temple)	
	Fornos convectores para aquecimento	
	Fornos para a indústria da panificação e biscoitos	FORNOS INDUSTRIAIS
	Fornos industriais para esmaltar cerâmica e vidro	
	Fornos incineradores de líquido e gases residuais	
84.18.1.01	Desnatadoras "clarificadoras"	DESNATADORAS
84.18.2.03	Purificadores ciclônicos movidos a gasoil	CICLONES
	Filtros para a depuração de gases multiciclônicos	
84.19.1.02	Etiquetadoras para latas, frascos, etc, automáticas e semi-automáticas	MÁQUINAS E APARELHOS PARA ENCHER, FECHAR ETIQUETAR OU CAPSULAR GARRAFAS
	Máquina para encher e fechar garrafas	
84.19.1.99	Fechadora enlatadora automática rotativa para frutas, pastas, doces e marmeladas	AS DEMAIS
	Enchedora esfriadora em tambores de 55 galões, de polpa, pasta e pedaços de frutas	

	Máquinas de encher e fechar outros recipientes	
	Linha para enlatados molho de tomate	
	Máquinas embaladoras automáticas para confeccionar e/ou dosificar e/ou encher e/ou fechar bolsas ou sacos de 3 ou 4 costuras, em materiais flexíveis	
	Máquinas fazedoras de estojos para produtos embalados ou a granel em caixas	AS DEMAIS
	Máquinas verticais automáticas, confeccionadoras, embaladoras e pesadoras de produtos alimentícios, em embalagens termo-seláveis	
	Máquinas empacotadoras contínuas horizontais, para produtos alimentícios em invólucros tubulares	
	Máquinas embaladoras automáticas que trabalhem segundo o princípio de termoformar, encher, fechar, cortar ou moldar embalagens plásticas, inclusive do tipo blister ou similares, aptas a embalar produtos líquidos, semi-líquidos e sólidos	
	Enchedoras de barris	
	Dosificadoras de xarope e água	
	Carbonatador, desaerador, proporcionador, refrigerador	

	Enchedoras de latas	
	Máquina agrupadora e envolvedora em polietileno termocontrátil, com seu respectivo forno de termocontração	
	Armadora automática de caixas de cartão	AS DEMAIS
	Fechadora automática de caixas de cartão	
	Enchedoras automáticas de caixas de cartão	
	Tampadoras automáticas de caixas de cartão	
	Máquinas fechadoras herméticas de bolsas tubulares ou tripas de películas flexível (tipo tipper tie)	
	Máquina premix ou postmix para bebidas sem álcool	
	Máquinas encaixotadoras e desencaixotadoras	
	Máquinas para lavar garrafas, caixas, latas, barris e outros recipientes, exceto madeiras	
	Enchedoras assépticas em sacos e/ou sacos em caixas (Bagin box)	
	Máquinas sopradoras de ar estéril, automáticas, para limpeza de frascos	
84.21.3.99	Cabine para pintura em pó e líquido com uma ou duas turbinas de recuperação automática de pintura	CABINES E/OU INSTALAÇÕES PARA PINTURA E/ OU SECAGEM

	Cabine para pintura e secagem combinada para pintura de guaus, vazão de injeção de ar até 24.000 m3, extração 24.000 m3/h	CABINES E/OU INSTALAÇÕES PARA PINTURA E/ OU SECAGEM
84.22.2.01	Macacos mecânicos com capacidade igual ou superior a 10t.	MACACOS MECÂNICOS COM CAPACIDADE A PARTIR DE UMA TONELADA
84.22.3.99	Transportadores de “pallets” e containers de acionamento hidráulico, de capacidade de carga até 2.000 kg, de deslocamento manual, com acionamento hidráulico	TRANSPORTADORA DE “PALLETES” E CONTAINERS DE ACIONAMENTO HIDRÁULICO, DE CAPACIDADE DE CARGA DE 3.000 KG, DE DESLOCAMENTO MANUAL, COM ACIONAMENTO HIDRÁULICO
84.22.9.01	Plataforma basculante hidráulica de veículos, para descarga	PLATAFORMA BASCULHANTE HIDRÁULICA PARA DESCARGA DE VEÍCULOS
84.23.3.22	Compactadores rebocáveis estáticos, de rodas pneumáticas, de mais de 20T de deslocamento	COMPACTADORES REBOCÁVEIS, ESTÁTICOS, DE RODAS PNEUMÁTICAS
84.23.3.23	Compactadores rebocáveis, estáticos, de pata de cabra de mais de 20T de deslocamento	COMPACTADORES REBOCÁVEIS, ESTÁTICOS, TIPO PATA DE CABRA
84.25.1.03	Enfardadeiras para fardos redondos (rotoenfardadores)	ENFARDADEIRAS
	Enfardadores de feno para fardos quadrados	
	Enfardadores para bagaço de cana de açúcar	
84.25.1.99	Descascadora. De milho	DESCASCADORA DE MILHO (MODIFICA SOMENTE A VERSÃO EM PORTUGUÊS)

84.26.2.01	Batedeira para manteiga	BATEDEIRA
84.30.1.01	Estiradora-aeradora de massa de caramelos	MÁQUINAS E APARELHOS PARA AS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO, PASTELARIAS, BOLACHAS, BISCOITOS, MASSAS ALIMENTÍCIAS E CONFEITARIA
	Extrusora para massa de caramelos	
	Batedor-aerador de massa de caramelos	
	Máquina cortadora longitudinal e transversal	
	Centro de aquecimento de massa	
	Centro automático para preparação de receitas	
	Máquinas para a indústria de panificação, biscoito e bolacha	
	instalação completa para produção de chiclete	
84.30.4.01	Equipamento de refinação (despolpadora, depuradora, refinadora e super refinadora)	MÁQUINAS E APARELHOS PARA PREPARAÇÃO DE FRUTAS, LEGUMES E HORTALIÇAS
	Equipamento para conservar polpas	
	Cortadora em cubos, de frutas	MÁQUINAS E APARELHOS PARA PREPARAÇÃO DE FRUTAS, LEGUMES E HORTALIÇAS
	Descascadoras automáticas e semi-automáticas de pêssegos e damascos	

	Trituradores centrífugos para frutas com e sem caroço	
	Linha de mistura de derivados de tomates	
	Despolpadora de frutas e vegetais	
	Depuradora-refinadora de frutas e vegetais	
	Lavadora-selecionadora e roletes, para frutas e vegetais	
	Lavadora rotativa para frutas e vegetais	
	Partidoras de peras	
	Despeladores mecânicos de tomates	
	Despeladoras termofísicas de tomates	
	Despeladoras químicas para frutas e vegetais	
	Despeladoras a pressão de vapor para frutas e vegetais	
	Despeladoras lavadoras a lâminas ou escovas rotativas	
	Multiprocessadora universal de alimentos de até 47 litros de capacidade	MÁQUINAS E APARELHOS PARA PREPARAÇÃO DE FRUTAS, LEGUMES E HORTALIÇAS
	Homogeneizador emulsionador	
	Máquinas e aparelhos para descascar e branquear frutas, legumes e hortaliças	

84.45.1.01	Afiadeiras para folhas de serras circulares e de fita sem fim	AFIADEIRA PARA FOLHAS DE SERRA CIRCULARES E/OU DE FITAS SEM FIM
84.45.9.01	Guilhotinas mecânicas e hidráulicas	GUILHOTINAS
84.45.9.94	Amoladoras e polidoras	POLIDORAS
		AMOLADORAS
84.45.9.99	Máquinas trefiladoras de arames	MÁQUINAS TREFILADORAS
84.46.0.99	Biseladoras e polidoras de vidro	BISELADORAS E/OU POLIDORAS E/OU DESBASTADORAS DE VIDROS
84.49.1.99	As demais (exceto perfuradoras de rocha, inclusive com colunas de avanço automático, marteleiros nas versões de “pico” demolidor, de pá pneumática, de compactador de lastro).	AS DEMAIS (EXCETO PERFURADORAS DE ROCHA, INCLUSIVE COLUNAS DE AVANÇO AUTOMÁTICO, MARTELETES NAS VERSÕES DE DEMOLIDOR, “PICO” DEMOLIDOR, DE PÁ PNEUMÁTICA, DE COMPACTADOR DE LASTRO)
84.56.1.01	Triturador de pedra e/ou minerais, de cone giratório	MÁQUINAS E APARELHOS PARA QUEBRAR, TRITURAR OU PULVERIZAR
	Triturador e quebrador de pedra e/ou minerais, de mandíbula	
84.56.1.03	Betoneira de inversão de marcha	BETONEIRAS E MISTURADORAS PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL, INCLUSIVE AQUELAS PARA SEREM MONTADAS SOBRE CHASSIS DE CAMINHÃO

	Moto-betoneira de 3 a 9 m3	
84.61.9.99	Válvulas redutoras de pressão	VÁLVULAS REGULADORAS DE PRESSÃO
85.19.2.07	Contatores tripolares para corrente alternada com tensão de até 660 V e corrente nominal, em categoria AC3, de mais de 130 Ampères	85.19.2.99 CONTADORES TRIPOLARES PARA CORRENTE ALTERNADA COM TENSÃO DE ATÉ 660 V E CORRENTE NOMINAL, EM AC3, DE MAIS DE 130 AMPÉRES

ROBERTO DE ABREU SODRÉ
Cumpra-se:
JOSÉ SARNEY

ENRIQUE CARLOS NOSIGLIA
Cumpra-se:
RAÚL ALFONSÍN

ANEXO IV

DECRETO Nº 98.177, DE 22 DE SETEMBRO DE 1989

Promulga o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 84, item VIII, da Constituição e

Considerando que o Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 50, de 17 de agosto de 1989, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Buenos Aires, a 29 de novembro de 1988; Considerando que o referido Tratado entrou em vigor, por troca de Instrumentos de Ratificação, concluída em 23 de agosto de 1989, na forma de seu Artigo 11,

DECRETA:

Art. 1º O Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1989; 168º da Independência e 101º da República.

JOSÉ SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

**TRATADO DE INTEGRAÇÃO, COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA**

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República Argentina
(doravante denominados “Estados-Parte”),

CONSIDERANDO

O fato histórico que representa a Declaração de Iguaçu, de 30 de novembro de 1985;

A Ata para a Integração Brasileiro – Argentina e os progressos do Programa de integração e Cooperação Econômica, de 29 de julho de 1986;

A Ata de amizade Argentino – Brasileira: Democracia, Paz e Desenvolvimento;

A necessidade de consolidar definitivamente o processo de integração econômica entre as duas Nações, em um marco de renovado impulso à integração da América;

A decisão de ambos os Governos de prepararas duas nações para os desafios do Século XXI, e

Os compromissos assumidos pelos dois Estados no Tratado de Montevideu, de 1980,

ACORDAM o seguinte:

I – Objetivos e princípios

ARTIGO 1

O objetivo final do presente Tratado è a consolidação do processo de integração e cooperação econômica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.

Os territórios dos dois países integrarão um espaço econômico comum, de acordo com os procedimentos e os estabelecidos no presente Tratado

ARTIGO 2

O presente Tratado e os Acordos específicos dele decorrentes serão aplicados segundo os princípios de gradualismo, flexibilidade, equilíbrio e simetria, para permitir a progressiva adaptação dos habitantes e das empresas de cada Estado-Parte às novas condições de concorrência e de legislação econômica.

II – PRIMEIRA ETAPA

ARTIGO 3

A remoção de todos os obstáculos tarifários e não-tarifários ao comercio de bens e serviços nos territórios dos dois Estado-Parte será alcançada gradualmente, no prazo máximo de dez anos, através da negociação de protocolos Adicionais ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências outorgadas no período 1962 – 1980 (Acordo nº 1).

Os protocolos Adicionais, através da convergência dos níveis tarifários então vigentes, consolidarão progressivamente os níveis tarifários comuns, da Nomenclatura aduaneira da ALADI.

ARTIGO 4

A harmonização das políticas aduaneiras de comércio interno e externo, agrícola, industrial, de transportes e comunicações, científica e tecnológica e outras que os Estados-Parte acordarem, assim como a coordenação das políticas em matéria monetária, fiscal, cambial e de capitais serão realizadas, gradualmente, através de Acordos específicos, que, nos casos correspondentes, deverão ser aprovados pelo poder Legislativo da República Federativa do Brasil e pelo poder Legislativo da República Argentina.

III – SEGUNDA ETAPA

ARTIGO 5

Concluída a Primeira Etapa, proceder-se-á harmonização gradual das demais políticas necessárias à formação do mercado comum entre os dois Estados-Parte, incluindo, entre outras, as relativas a recursos humanos, através da negociação de Acordos específicos, que serão aprovados pelo poder Legislativo da República Federativa do Brasil e pelo Poder legislativo da República Argentina.

IV – MECANISMO

ARTIGO 6

A execução do presente Tratado e de seus Acordos específicos estará a cargo da Comissão de Execução do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento.

A Comissão de Execução será co-presidida pelo Presidente da República Federativa do Brasil e pelo presidente da República Argentina.

Será integrada por quatro Ministros de Estado brasileiros e por quatro Ministros de Estado argentinos. Seus trabalhos serão coordenados pelos Ministros das Relações Exteriores, que designarão um alto funcionário em cada país como Secretário Nacional da Comissão.

A comissão enviará à Comissão Parlamentar Conjunta de Integração os projetos de Acordos específicos, para os fins do disposto no Artigo 8.

ARTIGO 7

A Comissão poderá formar, para cada Acordo específico, Comissões Técnicas Conjuntas de Estudo e de Implementação, compostas por funcionários pertencentes aos órgãos administrativos competentes de cada Estado-Parte e cuja coordenação política estará a cargo das Chancelarias.

Ademais, proporá as instâncias e mecanismos para assegurar o cumprimento dos Acordos decorrentes do presente Tratado, assim como para a solução das eventuais controvérsias.

ARTIGO 8

Os projetos dos Acordos específicos negociados pelos Governos dos Estados-Parte, antes de seu envio aos respectivos Poderes Legislativos, serão apreciados por uma Comissão Parlamentar Conjunta de Integração, de caráter consultivo, que será composta por doze parlamentares de cada país, designados pelos respectivos Poderes Legislativos, com mandato de dois anos.

A referida Comissão transmitirá à Comissão de Execução do Tratado suas recomendações.

V- DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 9

O presente Tratado se aplicará sem prejuízo dos compromissos internacionais, bilaterais ou multilaterais, assumidos qualquer dos dois Estados-Parte.

ARTIGO 10

A solicitação de associação por parte de Estado-membro da Associação Latino-Americana de Integração – ALADI a este Tratado, ou a um Acordo específico dele decorrente, poderá ser examinada pelos dois Estados-Parte após cinco anos de vigência deste Tratado ou do Acordo específico a que o Estado –membro da ALADI solicite sua associação.

A associação se realizará através de um tratado ou de um Acordo específico, em conformidade com os procedimentos dispostos nos Artigos 6 e 8 acima.

ARTIGO 11

O presente Tratado entrará em vigor na data da troca, dos Instrumentos de Ratificação.

ARTIGO 12

O presente Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina terá vigência indefinida.

O Estado-Parte que desejar denunciar o presente Tratado deverá comunicar essa intenção ao outro Estado-Parte, efetuando entrega formal do documento de denúncia um ano após a realização da comunicação. Formalizada a denúncia, cessarão automaticamente, para os dois Estados-Parte, os direitos e obrigações decorrentes deste tratado.

A denúncia de Acordos específicos decorrentes deste Tratado obedecerá às normas específicas neles fixadas. Caso não existam essas disposições, será aplicada a norma geral do parágrafo anterior do presente Artigo.

Feito em Buenos Aires, aos vinte e nove dias do mês novembro de 1988, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

ANEXO V

DECRETO N° 350, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1991

Promulga o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (Tratado Mercosul).

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 84, inciso VIII, da Constituição e

Considerando que o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República da Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai foi concluído em Assunção, em 26 de março de 1991;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o referido tratado por meio do Decreto Legislativo nº 197, de 25 de setembro de 1991;

Considerando que a Carta de Ratificação do Tratado, ora promulgado, foi depositada pelo Brasil em 30 de outubro de 1991;

Considerando que o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (Tratado Mercosul) entrará em vigor internacional, e para o Brasil, em 29 de novembro de 1991, na forma de seu artigo 19,

DECRETA:

Art. 1º O Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República da Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (Tratado Mercosul), apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de novembro de 1991; 170º da Independência e 103º da República.

FERNANDO COLLOR
Francisco Rezek

TRATADO PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM MERCADO COMUM ENTRE A REPÚBLICA ARGENTINA, A REPÚBLICA FEDERTIVA DO BRASIL, A REPÚBLICA DO PARAGUAI E A REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

(Tratado de Assunção)

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, doravante denominados “Estados Partes”;

Considerando que a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social;

Entendendo que esse objetivo deve ser alcançado mediante o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, a preservação do meio ambiente, o melhoramento das interconexões físicas, a coordenação de políticas macroeconômicas e a complementação dos diferentes setores da economia, com base nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio;

Tendo em conta a evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação de grandes espaços econômicos, e a importância de lograr uma adequada inserção internacional para seus países;

Expressando que este processo de integração constitui uma resposta adequada a tais acontecimentos;

Conscientes de que o presente Tratado deve ser considerado como um novo avanço no esforço tendente ao desenvolvimento progressivo da integração da América Latina, conforme o objetivo do Tratado de Montevideu de 1980.

Convencidos da necessidade de promover o desenvolvimento científico e tecnológico dos Estados Partes e de modernizar suas economias para ampliar a oferta e a qualidade dos bens de serviço disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes;

Reafirmando sua vontade política de deixar estabelecidas as bases para uma união cada vez mais estreita entre seus povos, com a finalidade de alcançar os objetivos supramencionados

Acordam:

CAPÍTULO I

Propósitos, Princípios e Instrumentos

ARTIGO 1

Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, e que se denominará “Mercado Comum do Sul” (MERCOSUL).

Este Mercado comum implica:

A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;

O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum e relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;

A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes – de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de outras que se acordem -, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes, e

O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

ARTIGO 2

O Mercado comum estará fundado na reciprocidade de direitos e obrigações entre os Estados Partes.

ARTIGO 3

Durante o período de transição, que se estenderá desde a entrada em vigor do presente Tratado até 31 de dezembro de 1994, e a fim de facilitar a constituição do Mercado Comum, os Estados Partes adotam um Regime Geral de Origem, um Sistema de Solução de Controvérsias e Cláusulas de Salvaguarda, que contam com Anexos II, III e IV ao presente Tratado.

ARTIGO 4

Nas relações com terceiros países, os Estados Partes assegurarão condições equitativas de comércio. Para tal fim, aplicarão suas legislações nacionais para inibir importações cujos preços estejam influenciados por subsídios, dumping ou qualquer outra prática desleal. Paralelamente, os Estados Partes coordenarão suas respectivas políticas nacionais com o objetivo de elaborar normas comuns sobre concorrência comercial.

ARTIGO 5

Durante o período de transição, os principais instrumentos para a constituição do Mercado Comum são:

- a. Um Programa de Libertação Comercial, que consistirá em reduções tarifárias progressivas, lineares e automáticas, acompanhadas da eliminação de restrições não tarifárias ou medidas de efeito equivalente, assim como de outras restrições ao comércio entre os Estados Partes, para chegar a 31 de dezembro de 1994 com tarifa zero, sem barreiras não tarifárias sobre a totalidade do universo tarifário (Anexo I);
- b. A coordenação de políticas macroeconômicas que se realizará gradualmente e de forma convergente com os programas de desgravação tarifária e eliminação de restrições não tarifárias, indicados na letra anterior;
- c. Uma tarifa externa comum, que incentive a competitividade externa dos Estados Partes;

- d. A adoção de acordo setoriais, com o fim de otimizar a utilização e mobilidade dos fatores de produção e alcançar escalas operativas eficientes.

ARTIGO 6

Os Estados Parte reconhecem diferenças pontuais de ritmo para a República do Paraguai e para a República Oriental do Uruguai, que constam no Programa de Liberação Comercial (Anexo I).

ARTIGO 7

Em matéria de impostos, taxas e outros gravames internos, os produtos originários do território de um Estado Parte gozarão, nos outros Estados Partes, do mesmo tratamento que se aplique ao produto nacional.

ARTIGO 8

Os Estados Partes se comprometem a preservar os compromissos assumidos até a data de celebração do presente Tratado, inclusive os Acordos firmados no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração, e a coordenar suas posições nas negociações comerciais externas que empreendam durante o período de transição. Para tanto:

- a. Evitarão afetar os interesses dos Estados Partes nas negociações comerciais que realizem entre si até 31 de dezembro de 1994;
- b. Evitarão afetar os interesses dos demais Estados Partes ou os objetivos do Mercado Comum nos acordos que celebrarem com outros países membros da Associação Latino-Americana de Integração durante o período e transição;
- c. Realizarão consultas entre si sempre que negociarem esquemas amplos de desgravação tarifária, tendentes à formação de zonas de livre comércio com os demais países membros da Associação Latino-Americana de Integração;
- d. Estenderão automaticamente aos demais Estados Partes qualquer vantagem, favor, franquia, imunidade ou privilégio que concedam a um produto originário de ou destinado a terceiros países não membros da Associação Latino-Americano de Integração.

CAPÍTULO II

Estrutura Orgânica

ARTIGO 9

A administração e execução do presente Tratado e dos Acordos específicos e decisões que se adotem no quadro jurídico que o mesmo estabelece durante o período de transição estarão a cargo dos seguintes órgãos:

- a. Conselho do Mercado Comum;
- b. Grupo Mercado Comum.

ARTIGO 10

O Conselho é o órgão superior do Mercado Comum, correspondendo-lhe a condução política do mesmo e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos para a constituição definitiva do Mercado Comum.

ARTIGO 11

O Conselho estará integrado pelos Ministros de Relações Exteriores e os Ministro de Economia dos Estados Partes.

Reunir-se-á quantas vezes estime oportuno, e, pelo menos uma vez ao ano, o fará com a participação dos Presidentes dos Estados Partes.

ARTIGO 12

A Presidência do Conselho se exercerá por rotação dos Estados Partes e em ordem alfabética, por períodos de seis meses.

As reuniões do Conselho serão coordenadas pelos Ministros de Relações Exteriores e poderão ser convidados a delas participar outros Ministro ou autoridades de nível ministerial.

ARTIGO 13

O Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do Mercado Comum e será coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores.

O Grupo Mercado Comum terá faculdade de iniciativa. Suas funções serão as seguintes:

- velar pelo cumprimento do Tratado;
- tomar as providencias necessárias ao cumprimento das decisões adotadas pelo Conselho;
- propor medidas concretas tendentes à aplicação do Programa de Liberação Comercial, à coordenação de políticas macroeconômicas e à negociação de Acordos frente a terceiros;
- fixar programas de trabalho que assegurem avanços para o estabelecimento do Mercado Comum.

O Grupo Mercado Comum poderá constituir os Subgrupos de trabalho que forem necessários para o cumprimento de seus objetivos. Contará inicialmente com os Subgrupos mencionados no Anexo V.

O Grupo Mercado Comum estabelecerá seu regime interno no prazo de 60 dias a partir de sua instalação.

ARTIGO 14

O Grupo Mercado Comum estará integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternos por país, que representem os seguintes órgãos públicos:

- Ministério das Relações Exteriores;
- Ministério da Economia ou seus equivalentes (áreas de indústria, comércio exterior e/ou coordenação econômica);
- Banco Central.

Ao elaborar e propor medidas concretas no desenvolvimento de seus trabalhos, até 31 de dezembro de 1994, o Grupo Mercado Comum poderá convocar, quando julgar conveniente, representantes de outros órgãos de Administração Pública e do setor privado.

ARTIGO 15

O Grupo Mercado Comum contará com uma Secretaria Administrativa cujas principais funções consistirão na guarda de documentos e comunicações de atividades do mesmo. Terá sua sede na cidade de Montevideu.

ARTIGO 16

Durante o período de transição, as decisões do Conselho do Mercado Comum e do Grupo Mercado Comum serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados Partes.

ARTIGO 17

Os idiomas oficiais do Mercado Comum serão o português e o espanhol e a versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião.

ARTIGO 18

Antes do estabelecimento do Mercado Comum, a 31 de dezembro de 1994, os Estados Partes convocarão uma reunião extraordinária com o objetivo de determinar a estrutura institucional definitiva dos órgãos de administração do Mercado comum, assim como as atribuições específicas de cada um deles e seu sistema de tomada de decisões.

CAPÍTULO III

Vigência

ARTIGO 19

O presente Tratado terá duração indefinida e entrará em vigor 30 dias após a data do depósito do terceiro instrumento de ratificação. Os instrumentos de ratificação serão depositados ante o Governo da República do Paraguai, que comunicará a data do depósito aos Governos dos demais Estados Partes.

O Governo da República do Paraguai notificará ao Governo de cada um dos demais Estados Partes a data de entrada em vigor do presente Tratado.

CAPÍTULO IV

Adesão

ARTIGO 20

O presente Tratado estará aberto à adesão, mediante negociação, dos demais países membros da Associação Latino-Americana de Integração, cujas solicitações poderão ser examinadas pelos Estados Partes depois de cinco anos de vigência deste Tratado.

Não obstante, poderão ser consideradas antes do referido prazo as solicitações apresentadas por países membros da Associação Latino-Americana de Integração que não façam parte de esquemas de integração sub-regional ou de uma associação extra-regional.

A aprovação das solicitações será objeto de decisão unânime dos Estados Partes.

CAPÍTULO V

Denúncia

ARTIGO 21

O Estado Parte que desejar desvincular-se do presente Tratado deverá comunicar essa intenção aos demais Estados Partes de maneira expressa e formal, efetuando no prazo de sessenta (60) dias a entrega do documento de denúncia ao Ministério das Relações Exteriores da República do Paraguai, que o distribuirá aos demais Estados Partes.

ARTIGO 22

Formalizada a denúncia, cessarão para o Estado denunciante os direitos e obrigações que correspondam a sua condição de Estado Parte, mantendo-se os referentes ao programa de liberação do presente Tratado e outros aspectos que os Estados Partes, juntos com o Estado denunciante, acordem no prazo de sessenta (60) dias após a formalização da denúncia. Esses direitos e

obrigações do Estado denunciante continuarão em vigor por um período de dois (2) anos a partir da data da mencionada formalização.

CAPÍTULO VI

Disposições Gerais

ARTIGO 23

O presente Tratado se chamará “Tratado de Assunção”.

ARTIGO 24

Com o objetivo de facilitar a implementação do Mercado Comum, estabelecer-se-á uma Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL. Os Poderes Executivos dos Estados Partes manterão seus respectivos Poderes Legislativos informados sobre a evolução do Mercado Comum objeto do presente Tratado.

Feito na cidade de Assunção, aos 26 dias do mês de março de mil novecentos e noventa e um, em um original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos. O governo da República do Paraguai será o depositário do presente Tratado e enviará cópia devidamente autenticada do mesmo aos Governos dos demais Estados Partes signatários e aderentes.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA:	PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL:
<i>CARLOS SAUL MENEM</i>	<i>FERNANDO COLLOR</i>

FRANCISCO REZEK

GUIDO DI TELLA

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI:	PELO GOVERNO DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI:
<i>ANDRES RODRIGUES</i>	<i>LUIS ALBERTO LACALLE</i>

HERRERA

HECTOR GROS ESPIELL

HECTOR GROS ESPIELL

ANEXO VI

**PROTOCOLO ADICIONAL AO TRATADO DE ASSUNÇÃO SOBRE A
ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO MERCOSUL
(PROTOCOLO DE OURO PRETO)
(Ouro Preto, 17/12/1994)**

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, doravante denominadas "Estados Partes",

Em cumprimento ao disposto no artigo 18 do Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991;

CONSCIENTES da importância dos avanços alcançados e da implementação da união aduaneira como etapa para a construção do mercado comum;

REAFIRMANDO os princípios e objetivos do Tratado de Assunção e atentos para a necessidade de uma consideração especial para países e regiões menos desenvolvidos do Mercosul;

ATENTOS para a dinâmica implícita em todo processo de integração e para a conseqüente necessidade de adaptar a estrutura institucional do Mercosul às mudanças ocorridas;

RECONHECENDO o destacado trabalho desenvolvido pelos órgãos existentes durante o período de transição,

ACORDAM:

Capítulo I Estrutura do Mercosul

Artigo 1 - A estrutura institucional do Mercosul contará com os seguintes órgãos:

- I. O Conselho do Mercado Comum (CMC);
- II. O Grupo Mercado Comum (GMC);
- III. A Comissão de Comércio do Mercosul (CCM);
- IV. A Comissão Parlamentar Conjunta (CPC);
- V. O Foro Consultivo Econômico-Social (FCES);
- VI. A Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM).

Parágrafo único - Poderão ser criados, nos termos do presente Protocolo, os órgãos auxiliares que se fizerem necessários à consecução dos objetivos do processo de integração.

Artigo 2 - São órgãos com capacidade decisória, de natureza intergovernamental, o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do Mercosul.

Seção I

Do Conselho do Mercado Comum

Artigo 3 - O Conselho do Mercado Comum é o órgão superior do Mercosul ao qual incumbe a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção e para lograr a constituição final do mercado comum.

Artigo 4 - O Conselho do Mercado Comum será integrado pelos Ministros das Relações Exteriores; e pelos Ministros da Economia, ou seus equivalentes, dos Estados Partes.

Artigo 5 - A Presidência do Conselho do Mercado Comum será exercida por rotação dos Estados Partes, em ordem alfabética, pelo período de seis meses.

Artigo 6 - O Conselho do Mercado Comum reunir-se-á quantas vezes estime oportuno, devendo fazê-lo pelo menos uma vez por semestre com a participação dos Presidentes dos Estados Partes.

Artigo 7 - As reuniões do Conselho do Mercado Comum serão coordenadas pelos Ministérios das Relações Exteriores e poderão ser convidados a delas participar outros Ministros ou autoridades de nível ministerial.

Artigo 8 - São funções e atribuições do Conselho do Mercado Comum:

I. Velar pelo cumprimento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e dos acordos firmados em seu âmbito;

II. Formular políticas e promover as ações necessárias à conformação do mercado comum;

III. Exercer a titularidade da personalidade jurídica do Mercosul.

IV. Negociar e firmar acordos em nome do Mercosul com terceiros países, grupos de países e organizações internacionais. Estas funções podem ser delegadas ao Grupo Mercado Comum por mandato expresso, nas condições estipuladas no inciso VII do artigo 14;

V. Manifestar-se sobre as propostas que lhe sejam elevadas pelo Grupo Mercado Comum;

VI. Criar reuniões de ministros e pronunciar-se sobre os acordos que lhe sejam remetidos pelas mesmas;

VII. Criar os órgãos que estime pertinentes, assim como modificá-los ou extingui-los;

VIII. Esclarecer, quando estime necessário, o conteúdo e o alcance de suas Decisões;

IX. Designar o Diretor da Secretaria Administrativa do Mercosul.

X. Adotar Decisões em matéria financeira e orçamentária;

XI. Homologar o Regimento Interno do Grupo Mercado Comum;

Artigo 9 - O Conselho do Mercado Comum manifestar-se-á mediante Decisões, as quais serão obrigatórias para os Estados Partes.

Seção II

Do Grupo Mercado Comum

Artigo 10 - O Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do Mercosul.

Artigo 11 - O Grupo Mercado Comum será integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternos por país, designados pelos respectivos Governos, dentre os quais devem constar necessariamente representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Ministérios da Economia (ou equivalentes) e dos Bancos Centrais. O Grupo Mercado Comum será coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores.

Artigo 12 - Ao elaborar e propor medidas concretas no desenvolvimento de seus trabalhos, o Grupo Mercado Comum poderá convocar, quando julgar conveniente, representantes de outros órgãos da Administração Pública ou da estrutura institucional do Mercosul.

Artigo 13 - O Grupo Mercado Comum reunir-se-á de forma ordinária ou extraordinária, quantas vezes se fizerem necessárias, nas condições estipuladas por seu Regimento Interno.

Artigo 14 - São funções e atribuições do Grupo Mercado Comum:

I. Velar, nos limites de suas competências, pelo cumprimento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e dos acordos firmados em seu âmbito;

II. Propor projetos de Decisão ao Conselho do Mercado Comum;

III. Tomar as medidas necessárias ao cumprimento das Decisões adotadas pelo Conselho do Mercado Comum;

IV. Fixar programas de trabalho que assegurem avanços para o estabelecimento do mercado comum;

V. Criar, modificar ou extinguir órgãos tais como subgrupos de trabalho e reuniões especializadas, para o cumprimento de seus objetivos;

VI. Manifestar-se sobre as propostas ou recomendações que lhe forem submetidas pelos demais órgãos do Mercosul no âmbito de suas competências;

VII. Negociar, com a participação de representantes de todos os Estados Partes, por delegação expressa do Conselho do Mercado Comum e dentro dos limites estabelecidos em mandatos específicos concedidos para esse fim, acordos em nome do Mercosul com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais. O Grupo Mercado Comum, quando dispuser de mandato para tal fim, procederá à assinatura dos mencionados acordos. O Grupo Mercado Comum, quando autorizado pelo Conselho do Mercado Comum, poderá delegar os referidos poderes à Comissão de Comércio do Mercosul;

VIII. Aprovar o orçamento e a prestação de contas anual apresentada pela Secretaria Administrativa do Mercosul;

IX. Adotar Resoluções em matéria financeira e orçamentária, com base nas orientações emanadas do Conselho do Mercado Comum;

X. Submeter ao Conselho do Mercado Comum seu Regimento Interno;

XI. Organizar as reuniões do Conselho do Mercado Comum e preparar os relatórios e estudos que este lhe solicitar.

XII. Eleger o Diretor da Secretaria Administrativa do Mercosul;

XIII. Supervisionar as atividades da Secretaria Administrativa do Mercosul;

XIV. Homologar os Regimentos Internos da Comissão de Comércio e do Foro Consultivo Econômico-Social;

Artigo 15 - O Grupo Mercado Comum manifestar-se-á mediante Resoluções, as quais serão obrigatórias para os Estados Partes.

Seção III

Da Comissão de Comércio do Mercosul

Artigo 16 - À Comissão de Comércio do Mercosul, órgão encarregado de assistir o Grupo Mercado Comum, compete velar pela aplicação dos instrumentos de política comercial comum acordados pelos Estados Partes para o funcionamento da união aduaneira, bem como acompanhar e revisar os temas e matérias relacionados com as políticas comerciais comuns, com o comércio intra-Mercosul e com terceiros países.

Artigo 17 - A Comissão de Comércio do Mercosul será integrada por quatro membros titulares e quatro membros alternos por Estado Parte e será coordenada pelos Ministérios das Relações Exteriores.

Artigo 18 - A Comissão de Comércio do Mercosul reunir-se-á pelo menos uma vez por mês ou sempre que solicitado pelo Grupo Mercado Comum ou por qualquer dos Estados Partes.

Artigo 19 - São funções e atribuições da Comissão de Comércio do Mercosul:

I. Velar pela aplicação dos instrumentos comuns de política comercial intra-Mercosul e com terceiros países, organismos internacionais e acordos de comércio;

II. Considerar e pronunciar-se sobre as solicitações apresentadas pelos Estados Partes com respeito à aplicação e ao cumprimento da tarifa externa comum e dos demais instrumentos de política comercial comum;

III. Acompanhar a aplicação dos instrumentos de política comercial comum nos Estados Partes;

IV. Analisar a evolução dos instrumentos de política comercial comum para o funcionamento da união aduaneira e formular Propostas a respeito ao Grupo Mercado Comum;

V. Tomar as decisões vinculadas à administração e à aplicação da tarifa externa comum e dos instrumentos de política comercial comum acordados pelos Estados Partes;

VI. Informar ao Grupo Mercado Comum sobre a evolução e a aplicação dos instrumentos de política comercial comum, sobre o trâmite das solicitações recebidas e sobre as decisões adotadas a respeito delas;

VII. Propor ao Grupo Mercado Comum novas normas ou modificações às normas existentes referentes à matéria comercial e aduaneira do Mercosul;

VIII. Propor a revisão das alíquotas tarifárias de itens específicos da tarifa externa comum, inclusive para contemplar casos referentes a novas atividades produtivas no âmbito do Mercosul;

IX. Estabelecer os comitês técnicos necessários ao adequado cumprimento de suas funções, bem como dirigir e supervisionar as atividades dos mesmos;

X. Desempenhar as tarefas vinculadas à política comercial comum que lhe solicite o Grupo Mercado Comum;

XI. Adotar o Regimento Interno, que submeterá ao Grupo Mercado Comum para sua homologação.

Artigo 20 - A Comissão de Comércio do Mercosul manifestar-se-á mediante Diretrizes ou Propostas. As Diretrizes serão obrigatórias para os Estados Partes.

Artigo 21 - Além das funções e atribuições estabelecidas nos artigos 16 e 19 do presente Protocolo, caberá à Comissão de Comércio do Mercosul considerar reclamações apresentadas pelas Seções Nacionais da Comissão de Comércio do Mercosul, originadas pelos Estados Partes ou em demandas de particulares - pessoas físicas ou jurídicas -, relacionadas com as situações previstas nos artigos 1 ou 25 do Protocolo de Brasília, quando estiverem em sua área de competência.

Parágrafo primeiro - O exame das referidas reclamações no âmbito da Comissão de Comércio do Mercosul não obstará a ação do Estado Parte que efetuou a reclamação ao amparo do Protocolo de Brasília para Solução de Controvérsias.

Parágrafo segundo - As reclamações originadas nos casos estabelecidos no presente artigo obedecerão o procedimento previsto no Anexo deste Protocolo.

Seção IV

Da Comissão Parlamentar Conjunta

Artigo 22 - A Comissão Parlamentar Conjunta é o órgão representativo dos Parlamentos dos Estados Partes no âmbito do Mercosul.

Artigo 23 - A Comissão Parlamentar Conjunta será integrada por igual número de parlamentares representantes dos Estados Partes.

Artigo 24 - Os integrantes da Comissão Parlamentar Conjunta serão designados pelos respectivos Parlamentos nacionais, de acordo com seus procedimentos internos.

Artigo 25 - A Comissão Parlamentar Conjunta procurará acelerar os procedimentos internos correspondentes nos Estados Partes para a pronta entrada em vigor das normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo. Da mesma forma, coadjuvará na harmonização de legislações, tal como requerido pelo avanço do processo de integração. Quando necessário, o Conselho do Mercado Comum solicitará à Comissão Parlamentar Conjunta o exame de temas prioritários.

Artigo 26 - A Comissão Parlamentar Conjunta encaminhará, por intermédio do Grupo Mercado Comum, Recomendações ao Conselho do Mercado Comum.

Artigo 27 - A Comissão Parlamentar Conjunta adotará o seu Regimento Interno.

Seção V

Do Foro Consultivo Econômico-Social

Artigo 28 - O Foro Consultivo Econômico-Social é o órgão de representação dos setores econômicos e sociais e será integrado por igual número de representantes de cada Estado Parte.

Artigo 29 - O Foro Consultivo Econômico-Social terá função consultiva e manifestar-se-á mediante Recomendações ao Grupo Mercado Comum.

Artigo 30 - O Foro Consultivo Econômico-Social submeterá seu Regimento Interno ao Grupo Mercado Comum, para homologação.

Seção VI

Da Secretaria Administrativa do Mercosul

Artigo 31 - O Mercosul contará com uma Secretaria Administrativa como órgão de apoio operacional. A Secretaria Administrativa do Mercosul será responsável pela prestação de serviços aos demais órgãos do Mercosul e terá sede permanente na cidade de Montevidéu.

Artigo 32 - A Secretaria Administrativa do Mercosul desempenhará as seguintes atividades:

I. Servir como arquivo oficial da documentação do Mercosul;

II. Realizar a publicação e a difusão das decisões adotadas no âmbito do Mercosul. Nesse contexto, lhe corresponderá:

i) Realizar, em coordenação com os Estados Partes, as traduções autênticas para os idiomas espanhol e português de todas as decisões adotadas pelos órgãos da estrutura institucional do Mercosul, conforme previsto no artigo 39.

ii) Editar o Boletim Oficial do Mercosul.

III. Organizar os aspectos logísticos das reuniões do Conselho do Mercado Comum, do Grupo Mercado Comum e da Comissão de Comércio do Mercosul e, dentro de suas possibilidades, dos demais órgãos do Mercosul, quando as mesmas forem realizadas em sua sede permanente. No que se refere às reuniões realizadas fora de sua sede permanente, a Secretaria Administrativa do Mercosul fornecerá apoio ao Estado que sediar o evento.

IV. Informar regularmente os Estados Partes sobre as medidas implementadas por cada país para incorporar em seu ordenamento jurídico as normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo.

V. Registrar as listas nacionais dos árbitros e especialistas, bem como desempenhar outras tarefas determinadas pelo Protocolo de Brasília, de 17 de dezembro de 1991;

VI. Desempenhar as tarefas que lhe sejam solicitadas pelo Conselho do Mercado Comum, pelo Grupo Mercado Comum e pela Comissão do Comércio do Mercosul;

VII. Elaborar seu projeto de orçamento e, uma vez aprovado pelo Grupo Mercado Comum, praticar todos os atos necessários à sua correta execução;

VIII. Apresentar anualmente ao Grupo Mercado Comum a sua prestação de contas, bem como relatório sobre suas atividades;

Artigo 33 - A Secretaria Administrativa do Mercosul estará a cargo de um Diretor, o qual será nacional de um dos Estados Partes. Será eleito pelo Grupo Mercado Comum, em bases rotativas, prévia consulta aos Estados Partes, e designado pelo Conselho do Mercado Comum. Terá mandato de dois anos, vedada a reeleição.

Capítulo II Personalidade Jurídica

Artigo 34 - O Mercosul terá personalidade jurídica de Direito Internacional.

Artigo 35 - O Mercosul poderá, no uso de suas atribuições, praticar todos os atos necessários à realização de seus objetivos, em especial contratar, adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, comparecer em juízo, conservar fundos e fazer transferências.

Artigo 36 - O Mercosul celebrará acordos de sede.

Capítulo III Sistema de Tomada de Decisões

Artigo 37 - As decisões dos órgãos do Mercosul serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados Partes.

Capítulo IV Aplicação Interna das Normas Emanadas dos Órgãos do Mercosul

Artigo 38 - Os Estados Partes comprometem-se a adotar todas as medidas necessárias para assegurar, em seus respectivos territórios, o cumprimento das normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no artigo 2 deste Protocolo.

Parágrafo único - Os Estados Partes informarão à Secretaria Administrativa do Mercosul as medidas adotadas para esse fim.

Artigo 39 - Serão publicados no Boletim Oficial do Mercosul, em sua íntegra, nos idiomas espanhol e português, o teor das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum, das Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul e dos Laudos Arbitrais de solução de

controvérsias, bem como de quaisquer atos aos quais o Conselho do Mercado Comum ou o Grupo Mercado Comum entendam necessário atribuir publicidade oficial.

Artigo 40 - A fim de garantir a vigência simultânea nos Estados Partes das normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo, deverá ser observado o seguinte procedimento:

- i) Uma vez aprovada a norma, os Estados Partes adotarão as medidas necessárias para a sua incorporação ao ordenamento jurídico nacional e comunicarão as mesmas à Secretaria Administrativa do Mercosul;
- ii) Quando todos os Estados Partes tiverem informado sua incorporação aos respectivos ordenamentos jurídicos internos, a Secretaria Administrativa do Mercosul comunicará o fato a cada Estado Parte;
- iii) As normas entrarão em vigor simultaneamente nos Estados Partes 30 dias após a data da comunicação efetuada pela Secretaria Administrativa do Mercosul, nos termos do item anterior. Com esse objetivo, os Estados Partes, dentro do prazo acima, darão publicidade do início da vigência das referidas normas por intermédio de seus respectivos diários oficiais.

Capítulo V

Fontes Jurídicas do Mercosul

Artigo 41 - As fontes jurídicas do Mercosul são:

- I. O Tratado de Assunção, seus protocolos e os instrumentos adicionais ou complementares;
- II. Os acordos celebrados no âmbito do Tratado de Assunção e seus protocolos;
- III. As Decisões do Conselho do Mercado Comum, as Resoluções do Grupo Mercado Comum e as Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul, adotadas desde a entrada em vigor do Tratado de Assunção.

Artigo 42 - As normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo terão caráter obrigatório e deverão, quando necessário, ser incorporadas aos ordenamentos jurídicos nacionais mediante os procedimentos previstos pela legislação de cada país.

Capítulo VI

Sistema de Solução de Controvérsias

Artigo 43 - As controvérsias que surgirem entre os Estados Partes sobre a interpretação, a aplicação ou o não cumprimento das disposições contidas no Tratado de Assunção, dos acordos celebrados no âmbito do mesmo, bem como das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do

Grupo Mercado Comum e das Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul, serão submetidas aos procedimentos de solução estabelecidos no Protocolo de Brasília, de 17 de dezembro de 1991.

Parágrafo único - Ficam também incorporadas aos Artigos 19 e 25 do Protocolo de Brasília as Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul.

Artigo 44 - Antes de culminar o processo de convergência da tarifa externa comum, os Estados Partes efetuarão uma revisão do atual sistema de solução de controvérsias do Mercosul, com vistas à adoção do sistema permanente a que se referem o item 3 do Anexo III do Tratado de Assunção e o artigo 34 do Protocolo de Brasília.

Capítulo VII Orçamento

Artigo 45 - A Secretaria Administrativa do Mercosul contará com orçamento para cobrir seus gastos de funcionamento e aqueles que determine o Grupo Mercado Comum. Tal orçamento será financiado, em partes iguais, por contribuições dos Estados Partes.

Capítulo VIII Idiomas

Artigo 46 - Os idiomas oficiais do Mercosul são o espanhol e o português. A versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião.

Capítulo IX Revisão

Artigo 47 - Os Estados Partes convocarão, quando julgarem oportuno, conferência diplomática com o objetivo de revisar a estrutura institucional do Mercosul estabelecida pelo presente Protocolo, assim como as atribuições específicas de cada um de seus órgãos.

Capítulo X Vigência

Artigo 48 - O presente Protocolo, parte integrante do Tratado de Assunção, terá duração indefinida e entrará em vigor 30 dias após a data do depósito do terceiro instrumento de ratificação. O presente Protocolo e seus instrumentos de ratificação serão depositados ante o Governo da República do Paraguai.

Artigo 49 - O Governo da República do Paraguai notificará aos Governos dos demais Estados Partes a data do depósito dos instrumentos de ratificação e da entrada em vigor do presente Protocolo.

Artigo 50 - Em matéria de adesão ou denúncia, regerão como um todo, para o presente Protocolo, as normas estabelecidas pelo Tratado de Assunção. A adesão ou denúncia ao Tratado de Assunção ou ao presente Protocolo significam, ipso iure, a adesão ou denúncia ao presente Protocolo e ao Tratado de Assunção.

Capítulo XI Disposição Transitória

Artigo 51 - A estrutura institucional prevista no Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, assim como seus órgãos, será mantida até a data de entrada em vigor do presente Protocolo.

Capítulo XII Disposições Gerais

Artigo 52 - O presente Protocolo chamar-se-á "Protocolo de Ouro Preto".

Artigo 53 - Ficam revogadas todas as disposições do Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, que conflitem com os termos do presente Protocolo e com o teor das Decisões aprovadas pelo Conselho do Mercado Comum durante o período de transição.

Feito na cidade de Ouro Preto, República Federativa do Brasil, aos dezessete dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e quatro, em um original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos. O Governo da República do Paraguai enviará cópia devidamente autenticada do presente Protocolo aos Governos dos demais Estados Partes.

PROCEDIMENTO GERAL PARA RECLAMAÇÕES PERANTE A COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL

ANEXO

Artigo 1 - As reclamações apresentadas pelas Seções Nacionais da Comissão de Comércio do Mercosul, originadas pelos Estados Partes ou em reclamações de particulares - pessoas físicas ou jurídicas -, de acordo com o previsto no Artigo 21 do Protocolo de Ouro Preto, observarão o procedimento estabelecido no presente Anexo.

Artigo 2 - O Estado Parte reclamante apresentará sua reclamação perante a Presidência Pro-Tempore da Comissão de Comércio do Mercosul, a qual tomará as providências necessárias para a incorporação do tema na agenda da primeira reunião subsequente da Comissão de Comércio do Mercosul, respeitado o prazo mínimo de uma semana de antecedência. Se não for adotada decisão na referida reunião, a Comissão de Comércio do Mercosul remeterá os antecedentes, sem outro procedimento, a um Comitê Técnico.

Artigo 3 - O Comitê Técnico preparará e encaminhará à Comissão de Comércio do Mercosul, no prazo máximo de 30 dias corridos, um parecer conjunto sobre a matéria. Esse parecer, bem como as conclusões dos especialistas integrantes do Comitê Técnico, quando não for adotado parecer, serão levados em consideração pela Comissão de Comércio do Mercosul, quando esta decidir sobre a reclamação.

Artigo 4 - A Comissão de Comércio do Mercosul decidirá sobre a questão em sua primeira reunião ordinária posterior ao recebimento do parecer conjunto ou, na sua ausência, as conclusões dos especialistas, podendo também ser convocada uma reunião extraordinária com essa finalidade.

Artigo 5 - Se não for alcançado o consenso na primeira reunião mencionada no Artigo 4, a Comissão de Comércio do Mercosul encaminhará ao Grupo Mercado Comum as diferentes alternativas propostas, assim como o parecer conjunto ou as conclusões dos especialistas do Comitê Técnico, a fim de que seja tomada uma decisão sobre a matéria. O Grupo Mercado Comum pronunciar-se-á a respeito no prazo de trinta (30) dias corridos, contados do recebimento, pela Presidência Pro-Tempore, das propostas encaminhadas pela Comissão de Comércio do Mercosul.

Artigo 6 - Se houver consenso quanto à procedência da reclamação, o Estado Parte reclamado deverá tomar as medidas aprovadas na Comissão de Comércio do Mercosul ou no Grupo Mercado Comum. Em cada caso, a Comissão de Comércio do Mercosul ou, posteriormente, o Grupo Mercado Comum determinarão prazo razoável para a implementação dessas medidas. Decorrido tal prazo sem que o Estado reclamado tenha observado o disposto na decisão alcançada, seja na Comissão de Comércio do Mercosul ou no Grupo Mercado Comum, o Estado reclamante poderá recorrer diretamente ao procedimento previsto no Capítulo IV do Protocolo de Brasília.

Artigo 7 - Se não for alcançado consenso na Comissão de Comércio do Mercosul e, posteriormente, no Grupo Mercado Comum, ou se o Estado reclamado não observar, no prazo previsto no Artigo 6, o disposto na decisão alcançada, o Estado reclamante poderá recorrer diretamente ao procedimento previsto no Capítulo IV do Protocolo de Brasília, fato que será comunicado à Secretaria Administrativa do Mercosul.

O Tribunal Arbitral, antes da emissão de seu Laudo, deverá, se assim solicitar o Estado reclamante, manifestar-se, no prazo de até quinze (15) dias após sua constituição, sobre as medidas provisórias que considere apropriadas, nas condições estipuladas pelo Artigo 18 do Protocolo de Brasília.

ANEXO VII

PROTOCOLO DE OLIVOS

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, doravante denominados "Estados Partes";

TENDO EM CONTA

O Tratado de Assunção, o Protocolo de Brasília e o Protocolo de Ouro Preto;

RECONHECENDO

Que a evolução do processo de integração no âmbito do Mercosul requer o aperfeiçoamento do sistema de solução de controvérsias;

CONSIDERANDO

A necessidade de garantir a correta interpretação, aplicação e cumprimento dos instrumentos fundamentais do processo de integração e do conjunto normativo do Mercosul, de forma consistente e sistemática;

CONVENCIDOS

Da conveniência de efetuar modificações específicas no sistema de solução de controvérsias de maneira a consolidar a segurança jurídica no âmbito do Mercosul;

ACORDARAM o seguinte:

CAPÍTULO I

CONTROVÉRSIAS ENTRE ESTADOS PARTES

Artigo 1

Âmbito de aplicação

1. As controvérsias que surjam entre os Estados Partes sobre a interpretação, a aplicação ou o não cumprimento do Tratado de Assunção, do Protocolo de Ouro Preto, dos protocolos e acordos celebrados no marco do Tratado de Assunção, das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum e das Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul serão submetidas aos procedimentos estabelecidos no presente Protocolo.

2. As controvérsias compreendidas no âmbito de aplicação do presente Protocolo que possam também ser submetidas ao sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio ou de outros esquemas preferenciais de comércio de que sejam parte individualmente os Estados Partes do Mercosul poderão submeter-se a um ou outro foro, à escolha da parte demandante. Sem prejuízo disso, as partes na controvérsia poderão, de comum acordo, definir o foro.

Uma vez iniciado um procedimento de solução de controvérsias de acordo com o parágrafo anterior, nenhuma das partes poderá recorrer a mecanismos de

solução de controvérsias estabelecidos nos outros foros com relação a um mesmo objeto, definido nos termos do artigo 14 deste Protocolo.

Não obstante, no marco do estabelecido neste numeral, o Conselho do Mercado Comum regulamentará os aspectos relativos à opção de foro.

CAPÍTULO II

MECANISMOS RELATIVOS A ASPECTOS TÉCNICOS

Artigo 2

Estabelecimento dos mecanismos

1. Quando se considere necessário, poderão ser estabelecidos mecanismos expeditos para resolver divergências entre Estados Partes sobre aspectos técnicos regulados em instrumentos de políticas comerciais comuns.

2. As regras de funcionamento, o alcance desses mecanismos e a natureza dos pronunciamentos a serem emitidos nos mesmos serão definidos e aprovados por Decisão do Conselho do Mercado Comum.

CAPÍTULO III

OPINIÕES CONSULTIVAS

Artigo 3

Regime de solicitação

O Conselho do Mercado Comum poderá estabelecer mecanismos relativos à solicitação de opiniões consultivas ao Tribunal Permanente de Revisão definindo seu alcance e seus procedimentos.

CAPÍTULO IV

NEGOCIAÇÕES DIRETAS

Artigo 4

Negociações

Os Estados Partes numa controvérsia procurarão resolvê-la, antes de tudo, mediante negociações diretas.

Artigo 5

Procedimento e prazo

1. As negociações diretas não poderão, salvo acordo entre as partes na controvérsia, exceder um prazo de quinze (15) dias a partir da data em que uma delas comunicou à outra a decisão de iniciar a controvérsia.

2. Os Estados partes em uma controvérsia informarão ao Grupo Mercado Comum, por intermédio da Secretaria Administrativa do Mercosul, sobre as gestões que se realizarem durante as negociações e os resultados das mesmas.

CAPÍTULO V

INTERVENÇÃO DO GRUPO MERCADO COMUM

Artigo 6

Procedimento opcional ante o GMC

1. Se mediante as negociações diretas não se alcançar um acordo ou se a controvérsia for solucionada apenas parcialmente, qualquer dos Estados partes na controvérsia poderá iniciar diretamente o procedimento arbitral previsto no Capítulo VI.

2. Sem prejuízo do estabelecido no numeral anterior, os Estados partes na controvérsia poderão, de comum acordo, submetê-la à consideração do Grupo Mercado Comum.

i) Nesse caso, o Grupo Mercado Comum avaliará a situação, dando oportunidade às partes na controvérsia para que exponham suas respectivas posições, requerendo, quando considere necessário, o assessoramento de especialistas selecionados da lista referida no artigo 43 do presente Protocolo.

ii) Os gastos relativos a esse assessoramento serão custeados em montantes iguais pelos Estados partes na controvérsia ou na proporção que determine o Grupo Mercado Comum.

3. A controvérsia também poderá ser levada à consideração do Grupo Mercado Comum se outro Estado, que não seja parte na controvérsia, solicitar, justificadamente, tal procedimento ao término das negociações diretas. Nesse caso, o procedimento arbitral iniciado pelo Estado Parte demandante não será interrompido, salvo acordo entre os Estados partes na controvérsia.

Artigo 7

Atribuições do GMC

1. Se a controvérsia for submetida ao Grupo Mercado Comum pelos Estados partes na controvérsia, este formulará recomendações que, se possível, deverão ser expressas e detalhadas, visando à solução da divergência.

2. Se a controvérsia for levada à consideração do Grupo Mercado Comum a pedido de um Estado que dela não é parte, o Grupo Mercado Comum poderá formular comentários ou recomendações a respeito.

Artigo 8

Prazo para intervenção e pronunciamento do GMC

O procedimento descrito no presente Capítulo não poderá estender-se por um prazo superior a trinta (30), dias a partir da data da reunião em que a controvérsia foi submetida à consideração do Grupo Mercado Comum.

CAPÍTULO VI

PROCEDIMENTO ARBITRAL AD HOC

Artigo 9

Início da etapa arbitral

1. Quando não tiver sido possível solucionar a controvérsia mediante a aplicação dos procedimentos referidos nos Capítulos IV e V, qualquer dos Estados partes na controvérsia poderá comunicar à Secretaria Administrativa do Mercosul sua decisão de recorrer ao procedimento arbitral estabelecido no presente Capítulo.

2. A Secretaria Administrativa do Mercosul notificará, de imediato, a comunicação ao outro ou aos outros Estados envolvidos na controvérsia e ao Grupo Mercado Comum.

3. A Secretaria Administrativa do Mercosul se encarregará das gestões administrativas que lhe sejam requeridas para a tramitação dos procedimentos.

Artigo 10

Composição do Tribunal Arbitral Ad Hoc

1. O procedimento arbitral tramitará ante um Tribunal Ad Hoc composto de três (3) árbitros.

2. Os árbitros serão designados da seguinte maneira:

i) Cada Estado parte na controvérsia designará um (1) árbitro titular da lista prevista no artigo 11.1, no prazo de quinze (15) dias, contado a partir da data em que a Secretaria Administrativa do Mercosul tenha comunicado aos Estados partes na controvérsia a decisão de um deles de recorrer à arbitragem.

Simultaneamente, designará da mesma lista, um (1) árbitro suplente para substituir o árbitro titular em caso de incapacidade ou excusa deste em qualquer etapa do procedimento arbitral.

ii) Se um dos Estados partes na controvérsia não tiver nomeado seus árbitros no prazo indicado no numeral 2 (i), eles serão designados por sorteio pela Secretaria Administrativa do Mercosul em um prazo de dois (2) dias, contado a partir do vencimento daquele prazo, dentre os árbitros desse Estado da lista prevista no artigo 11.1.

3. O árbitro Presidente será designado da seguinte forma:

i) Os Estados partes na controvérsia designarão, de comum acordo, o terceiro árbitro, que presidirá o Tribunal Arbitral Ad Hoc, da lista prevista no artigo 11.2 (iii), em um prazo de quinze (15) dias, contado a partir da data em que a Secretaria Administrativa do Mercosul tenha comunicado aos Estados partes na controvérsia a decisão de um deles de recorrer à arbitragem.

Simultaneamente, designarão da mesma lista, um árbitro suplente para substituir o árbitro titular em caso de incapacidade ou excusa deste em qualquer etapa do procedimento arbitral.

O Presidente e seu suplente não poderão ser nacionais dos Estados partes na controvérsia.

ii) Se não houver acordo entre os Estados partes na controvérsia para escolher o terceiro árbitro dentro do prazo indicado, a Secretaria Administrativa do Mercosul, a pedido de qualquer um deles, procederá a sua designação por sorteio da lista do artigo 11.2 (iii), excluindo do mesmo os nacionais dos Estados partes na controvérsia.

iii) Os designados para atuar como terceiros árbitros deverão responder, em um prazo máximo de três (3) dias, contado a partir da notificação de sua designação, sobre sua aceitação para atuar em uma controvérsia.

4. A Secretaria Administrativa do Mercosul notificará os árbitros de sua designação.

Artigo 11

Listas de árbitros

1. Cada Estado Parte designará doze (12) árbitros, que integrarão uma lista que ficará registrada na Secretaria Administrativa do Mercosul. A designação dos árbitros, juntamente com o curriculum vitae detalhado de cada um deles, será notificada simultaneamente aos demais Estados Partes e à Secretaria Administrativa do Mercosul.

i) Cada Estado Parte poderá solicitar esclarecimentos sobre as pessoas designadas pelos outros Estados Partes para integrar a lista referida no parágrafo anterior, dentro do prazo de trinta (30) dias, contado a partir de tal notificação.

ii) A Secretaria Administrativa do Mercosul notificará aos Estados Partes a lista consolidada de árbitros do Mercosul, bem como suas sucessivas modificações.

2. Cada Estado Parte propondrá, ademais, quatro (4) candidatos para integrar a lista de terceiros árbitros. Pelo menos um dos árbitros indicados por cada Estado Parte para esta lista não será nacional de nenhum dos Estados Partes do Mercosul.

i) A lista deverá ser notificada aos demais Estados Partes, por intermédio da Presidência Pro Tempore, acompanhada pelo curriculum vitae de cada um dos candidatos propostos.

ii) Cada Estado Parte poderá solicitar esclarecimentos sobre as pessoas propostas pelos demais Estados Partes ou apresentar objeções justificadas aos candidatos indicados, conforme os critérios estabelecidos no artigo 35, dentro do prazo de trinta (30) dias, contado a partir da notificação dessas propostas.

As objeções deverão ser comunicadas por intermédio da Presidência Pro Tempore ao Estado Parte proponente. Se, em um prazo que não poderá exceder a trinta (30) dias contado da notificação, não se chegar a uma solução, prevalecerá a objeção.

iii) A lista consolidada de terceiros árbitros, bem como suas sucessivas modificações, acompanhadas do curriculum vitae dos árbitros, será comunicada pela Presidência Pro Tempore à Secretaria Administrativa do Mercosul, que a registrará e notificará aos Estados Partes.

Artigo 12

Representantes e assessores

Os Estados partes na controvérsia designarão seus representantes ante o Tribunal Arbitral Ad Hoc e poderão ainda designar assessores para a defesa de seus direitos.

Artigo 13

Unificação de representação

Se dois ou mais Estados Partes sustentarem a mesma posição na controvérsia, poderão unificar sua representação ante o Tribunal Arbitral e designarão um árbitro de comum acordo, no prazo estabelecido no artigo 10.2(i).

Artigo 14

Objeto da controvérsia

1. O objeto das controvérsias ficará determinado pelos textos de apresentação e de resposta apresentados ante o Tribunal Arbitral Ad Hoc, não podendo ser ampliado posteriormente.
2. As alegações que as partes apresentem nos textos mencionados no numeral anterior se basearão nas questões que foram consideradas nas etapas prévias, contempladas no presente Protocolo e no Anexo ao Protocolo de Ouro Preto.
3. Os Estados partes na controvérsia informarão ao Tribunal Arbitral Ad Hoc, nos textos mencionados no numeral 1 do presente artigo, sobre as instâncias cumpridas com anterioridade ao procedimento arbitral e farão uma exposição dos fundamentos de fato e de direito de suas respectivas posições.

Artigo 15

Medidas provisórias

1. O Tribunal Arbitral Ad Hoc poderá, por solicitação da parte interessada, e na medida em que existam presunções fundamentadas de que a manutenção da situação poderá ocasionar danos graves e irreparáveis a uma das partes na controvérsia, ditar as medidas provisórias que considere apropriadas para prevenir tais danos.
2. O Tribunal poderá, a qualquer momento, tornar sem efeito tais medidas.
3. Caso o laudo seja objeto de recurso de revisão, as medidas provisórias que não tenham sido deixadas sem efeito antes da emissão do mesmo se manterão até o tratamento do tema na primeira reunião do Tribunal Permanente de Revisão, que deverá resolver sobre sua manutenção ou extinção.

Artigo 16

Laudo arbitral

O Tribunal Arbitral Ad Hoc emitirá o laudo num prazo de sessenta (60) dias, prorrogáveis por decisão do Tribunal por um prazo máximo de trinta (30) dias, contado a partir da comunicação efetuada pela Secretaria Administrativa do Mercosul às partes e aos demais árbitros, informando a aceitação pelo árbitro Presidente de sua designação.

CAPÍTULO VII

PROCEDIMENTO DE REVISÃO

Artigo 17

Recurso de revisão

1. Qualquer das partes na controvérsia poderá apresentar um recurso de revisão do laudo do Tribunal Arbitral Ad Hoc ao Tribunal Permanente de Revisão, em prazo não superior a quinze (15) dias a partir da notificação do mesmo.
2. O recurso estará limitado a questões de direito tratadas na controvérsia e às interpretações jurídicas desenvolvidas no laudo do Tribunal Arbitral Ad Hoc.
3. Os laudos dos Tribunais Ad Hoc emitidos com base nos princípios ex aequo et bono não serão suscetíveis de recurso de revisão.
4. A Secretaria Administrativa do Mercosul estará encarregada das gestões administrativas que lhe sejam encomendadas para o trâmite dos procedimentos e manterá informados os Estados partes na controvérsia e o Grupo Mercado Comum.

Artigo 18

Composição do Tribunal Permanente de Revisão

1. O Tribunal Permanente de Revisão será integrado por cinco (5) árbitros.
2. Cada Estado Parte do Mercosul designará um (1) árbitro e seu suplente por um período de dois (2) anos, renovável por no máximo dois períodos consecutivos.
3. O quinto árbitro, que será designado por um período de três (3) anos não renovável, salvo acordo em contrário dos Estados Partes, será escolhido, por unanimidade dos Estados Partes, da lista referida neste numeral, pelo menos três (3) meses antes da expiração do mandato do quinto árbitro em exercício. Este árbitro terá a nacionalidade de algum dos Estados Partes do Mercosul, sem prejuízo do disposto no numeral 4 deste Artigo.

Não havendo unanimidade, a designação se fará por sorteio que realizará a Secretaria Administrativa do Mercosul, dentre os integrantes dessa lista, dentro dos dois (2) dias seguintes ao vencimento do referido prazo.

A lista para a designação do quinto árbitro conformar-se-á com oito (8) integrantes. Cada Estado Parte proporá dois (2) integrantes que deverão ser nacionais dos países do Mercosul.

4. Os Estados Partes, de comum acordo, poderão definir outros critérios para a designação do quinto árbitro.

5. Pelo menos três (3) meses antes do término do mandato dos árbitros, os Estados Partes deverão manifestar-se a respeito de sua renovação ou propor novos candidatos.

6. Caso expire o mandato de um árbitro que esteja atuando em uma controvérsia, este deverá permanecer em função até sua conclusão.

7. Aplica-se, no que couber, aos procedimentos descritos neste artigo o disposto no artigo 11.2.

Artigo 19

Disponibilidade permanente

Os integrantes do Tribunal Permanente de Revisão, uma vez que aceitem sua designação, deverão estar disponíveis permanentemente para atuar quando convocados.

Artigo 20

Funcionamento do Tribunal

1. Quando a controvérsia envolver dois Estados Partes, o Tribunal estará integrado por três (3) árbitros. Dois (2) árbitros serão nacionais de cada Estado parte na controvérsia e o terceiro, que exercerá a Presidência, será designado mediante sorteio a ser realizado pelo Diretor da Secretaria Administrativa do Mercosul, entre os árbitros restantes que não sejam nacionais dos Estados partes na controvérsia. A designação do Presidente dar-se-á no dia seguinte à interposição do recurso de revisão, data a partir da qual estará constituído o Tribunal para todos os efeitos.

2. Quando a controvérsia envolver mais de dois Estados Partes, o Tribunal Permanente de Revisão estará integrado pelos cinco (5) árbitros.

3. Os Estados Partes, de comum acordo, poderão definir outros critérios para o funcionamento do Tribunal estabelecido neste artigo.

Artigo 21

Contestação do recurso de revisão e prazo para o laudo

1. A outra parte na controvérsia terá direito a contestar o recurso de revisão interposto, dentro do prazo de quinze (15) dias de notificada a apresentação de tal recurso.

2. O Tribunal Permanente de Revisão pronunciar-se-á sobre o recurso em um prazo máximo de trinta (30) dias, contado a partir da apresentação da contestação a que faz referência o numeral anterior ou do vencimento do prazo

para a referida apresentação, conforme o caso. Por decisão do Tribunal, o prazo de trinta (30) dias poderá ser prorrogado por mais quinze (15) dias.

Artigo 22

Alcance do pronunciamento

1. O Tribunal Permanente de Revisão poderá confirmar, modificar ou revogar a fundamentação jurídica e as decisões do Tribunal Arbitral Ad Hoc.
2. O laudo do Tribunal Permanente de Revisão será definitivo e prevalecerá sobre o laudo do Tribunal Arbitral Ad Hoc.

Artigo 23

Acesso direto ao Tribunal Permanente de Revisão

1. As partes na controvérsia, culminado o procedimento estabelecido nos artigos 4 e 5 deste Protocolo, poderão acordar expressamente submeter-se diretamente e em única instância ao Tribunal Permanente de Revisão, caso em que este terá as mesmas competências que um Tribunal Arbitral Ad Hoc, aplicando-se, no que corresponda, os Artigos 9, 12, 13, 14, 15 e 16 do presente Protocolo.
2. Nessas condições, os laudos do Tribunal Permanente de Revisão serão obrigatórios para os Estados partes na controvérsia a partir do recebimento da respectiva notificação, não estarão sujeitos a recursos de revisão e terão, com relação às partes, força de coisa julgada.

Artigo 24

Medidas excepcionais e de urgência

O Conselho do Mercado Comum poderá estabelecer procedimentos especiais para atender casos excepcionais de urgência que possam ocasionar danos irreparáveis às Partes.

CAPÍTULOS VIII

LAUDOS ARBITRAIS

Artigo 25

Adoção dos laudos

Os laudos do Tribunal Arbitral Ad Hoc e os do Tribunal Permanente de Revisão serão adotados por maioria, serão fundamentados e assinados pelo Presidente e pelos demais árbitros. Os árbitros não poderão fundamentar votos em

dissidência e deverão manter a confidencialidade da votação. As deliberações também serão confidenciais e assim permanecerão em todo o momento.

Artigo 26

Obrigatoriedade dos laudos

1. Os laudos dos Tribunais Arbitrais Ad Hoc são obrigatórios para os Estados partes na controvérsia a partir de sua notificação e terão, em relação a eles, força de coisa julgada se, transcorrido o prazo previsto no artigo 17.1 para interpor recurso de revisão, este não tenha sido interposto.
2. Os laudos do Tribunal Permanente de Revisão são inapeláveis, obrigatórios para os Estados partes na controvérsia a partir de sua notificação e terão, com relação a eles, força de coisa julgada.

Artigo 27

Obrigatoriedade do cumprimento dos laudos

Os laudos deverão ser cumpridos na forma e com o alcance com que foram emitidos. A adoção de medidas compensatórias nos termos deste Protocolo não exime o Estado parte de sua obrigação de cumprir o laudo.

Artigo 28

Recurso de esclarecimento

1. Qualquer dos Estados partes na controvérsia poderá solicitar um esclarecimento do laudo do Tribunal Arbitral Ad Hoc ou do Tribunal Permanente de Revisão e sobre a forma com que deverá cumprir-se o laudo, dentro de quinze (15) dias subseqüentes à sua notificação.
2. O Tribunal respectivo se expedirá sobre o recurso nos quinze (15) dias subseqüentes à apresentação da referida solicitação e poderá outorgar um prazo adicional para o cumprimento do laudo.

Artigo 29

Prazo e modalidade de cumprimento

1. Os laudos do Tribunal Ad Hoc ou os do Tribunal Permanente de Revisão, conforme o caso, deverão ser cumpridos no prazo que os respectivos Tribunais estabelecerem. Se não for estabelecido um prazo, os laudos deverão ser cumpridos no prazo de trinta (30) dias seguintes à data de sua notificação.
2. Caso um Estado parte interponha recurso de revisão, o cumprimento do laudo do Tribunal Arbitral Ad Hoc será suspenso durante o trâmite do mesmo.

3. O Estado parte obrigado a cumprir o laudo informará à outra parte na controvérsia, assim como ao Grupo Mercado Comum, por intermédio da Secretaria Administrativa do Mercosul, sobre as medidas que adotará para cumprir o laudo, dentro dos quinze (15) dias contados desde sua notificação.

Artigo 30

Divergências sobre o cumprimento do laudo

1. Caso o Estado beneficiado pelo laudo entenda que as medidas adotadas não dão cumprimento ao mesmo, terá um prazo de trinta (30) dias, a partir da adoção das mesmas, para levar a situação à consideração do Tribunal Arbitral Ad Hoc ou do Tribunal Permanente de Revisão, conforme o caso.

2. O Tribunal respectivo terá um prazo de trinta (30) dias a partir da data que tomou conhecimento da situação para dirimir as questões referidas no numeral anterior.

3. Caso não seja possível a convocação do Tribunal Arbitral Ad Hoc que conheceu do caso, outro será conformado com o ou os suplentes necessários mencionados nos artigos 10.2 e 10.3.

CAPÍTULO IX

MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Artigo 31

Faculdade de aplicar medidas compensatórias

1. Se um Estado parte na controvérsia não cumprir total ou parcialmente o laudo do Tribunal Arbitral, a outra parte na controvérsia terá a faculdade, dentro do prazo de um (1) ano, contado a partir do dia seguinte ao término do prazo referido no artigo 29.1, e independentemente de recorrer aos procedimentos do artigo 30, de iniciar a aplicação de medidas compensatórias temporárias, tais como a suspensão de concessões ou outras obrigações equivalentes, com vistas a obter o cumprimento do laudo.

2. O Estado Parte beneficiado pelo laudo procurará, em primeiro lugar, suspender as concessões ou obrigações equivalentes no mesmo setor ou setores afetados. Caso considere impraticável ou ineficaz a suspensão no mesmo setor, poderá suspender concessões ou obrigações em outro setor, devendo indicar as razões que fundamentam essa decisão.

3. As medidas compensatórias a serem tomadas deverão ser informadas formalmente pelo Estado Parte que as aplicará, com uma antecedência mínima de quinze (15) dias, ao Estado Parte que deve cumprir o laudo.

Artigo 32

Faculdade de questionar medidas compensatórias

1. Caso o Estado Parte beneficiado pelo laudo aplique medidas compensatórias por considerar insuficiente o cumprimento do mesmo, mas o Estado Parte obrigado a cumprir o laudo considerar que as medidas adotadas são satisfatórias, este último terá um prazo de quinze (15) dias, contado a partir da notificação prevista no artigo 31.3, para levar esta situação à consideração do Tribunal Arbitral Ad Hoc ou do Tribunal Permanente de Revisão, conforme o caso, o qual terá um prazo de trinta (30) dias desde a sua constituição para se pronunciar sobre o assunto.

2. Caso o Estado Parte obrigado a cumprir o laudo considere excessivas as medidas compensatórias aplicadas, poderá solicitar, até quinze (15) dias depois da aplicação dessas medidas, que o Tribunal Ad Hoc ou o Tribunal Permanente de Revisão, conforme corresponda, se pronuncie a respeito, em um prazo não superior a (trinta) 30 dias, contado a partir da sua constituição.

i) O Tribunal pronunciar-se-á sobre as medidas compensatórias adotadas. Avaliará, conforme o caso, a fundamentação apresentada para aplicá-las em um setor distinto daquele afetado, assim como sua proporcionalidade com relação às consequências derivadas do não cumprimento do laudo.

ii) Ao analisar a proporcionalidade, o Tribunal deverá levar em consideração, entre outros elementos, o volume e/ou o valor de comércio no setor afetado, bem como qualquer outro prejuízo ou fator que tenha incidido na determinação do nível ou montante das medidas compensatórias.

3. O Estado Parte que aplicou as medidas deverá adequá-las à decisão do Tribunal em um prazo máximo de dez (10) dias, salvo se o Tribunal estabelecer outro prazo.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES COMUNS AOS CAPÍTULOS VI E VII

Artigo 33

Jurisdição dos tribunais

Os Estados Partes declaram reconhecer como obrigatória, ipso facto e sem necessidade de acordo especial, a jurisdição dos Tribunais Arbitrais Ad Hoc que em cada caso se constituam para conhecer e resolver as controvérsias a que se refere o presente Protocolo, bem como a jurisdição do Tribunal Permanente de Revisão para conhecer e resolver as controvérsias conforme as competências que lhe confere o presente Protocolo.

Artigo 34

Direito aplicável

1. Os Tribunais Arbitrais Ad Hoc e o Tribunal Permanente de Revisão decidirão a controvérsia com base no Tratado de Assunção, no Protocolo de Ouro Preto, nos protocolos e acordos celebrados no marco do Tratado de Assunção, nas Decisões do Conselho do Mercado Comum, nas Resoluções do Grupo Mercado Comum e nas Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul, bem como nos princípios e disposições de Direito Internacional aplicáveis à matéria.

2. A presente disposição não restringe a faculdade dos Tribunais Arbitrais Ad Hoc ou a do Tribunal Permanente de Revisão, quando atue como instância direta e única conforme o disposto no artigo 23, de decidir a controvérsia ex aequo et bono, se as partes assim acordarem.

Artigo 35

Qualificação dos árbitros

1. Os árbitros dos Tribunais Arbitrais Ad Hoc e os do Tribunal Permanente de Revisão deverão ser juristas de reconhecida competência nas matérias que possam ser objeto das controvérsias e ter conhecimento do conjunto normativo do Mercosul.

2. Os árbitros deverão observar a necessária imparcialidade e independência funcional da Administração Pública Central ou direta dos Estados Partes e não ter interesses de índole alguma na controvérsia. Serão designados em função de sua objetividade, confiabilidade e bom senso.

Artigo 36

Custos

1. Os gastos e honorários ocasionados pela atividade dos árbitros serão custeados pelo país que os designe e os gastos e honorários do Presidente do Tribunal Arbitral Ad Hoc serão custeados em partes iguais pelos Estados partes na controvérsia, a menos que o Tribunal decida distribuí-los em proporção distinta.

2. Os gastos e honorários ocasionados pela atividade dos árbitros do Tribunal Permanente de Revisão serão custeados em partes iguais pelos Estados partes na controvérsia, a menos que o Tribunal decida distribuí-los em proporção distinta.

3. Os gastos a que se referem os incisos anteriores poderão ser pagos por intermédio da Secretaria Administrativa do Mercosul. Os pagamentos poderão ser realizados por intermédio de um Fundo Especial que poderá ser criado pelos Estados Partes ao depositar as contribuições relativas ao orçamento da Secretaria Administrativa do Mercosul, conforme o artigo 45 do Protocolo de Ouro Preto, ou no momento de iniciar os procedimentos previstos nos Capítulos VI ou VII do presente Protocolo. O Fundo será administrado pela

Secretaria Administrativa do Mercosul, a qual deverá anualmente prestar contas aos Estados Partes sobre sua utilização.

Artigo 37

Honorários e demais gastos

Os honorários, gastos de transporte, hospedagem, diárias e outros gastos dos árbitros serão determinados pelo Grupo Mercado Comum.

Artigo 38

Sede

A sede do Tribunal Arbitral Permanente de Revisão será a cidade de Assunção. Não obstante, por razões fundamentadas, o Tribunal poderá reunir-se, excepcionalmente, em outras cidades do Mercosul. Os Tribunais Arbitrais Ad Hoc poderão reunir-se em qualquer cidade dos Estados Partes do Mercosul.

CAPÍTULO XI

RECLAMAÇÕES DE PARTICULARES

Artigo 39

Âmbito de aplicação

O procedimento estabelecido no presente Capítulo aplicar-se-á às reclamações efetuadas por particulares (pessoas físicas ou jurídicas) em razão da sanção ou aplicação, por qualquer dos Estados Partes, de medidas legais ou administrativas de efeito restritivo, discriminatórias ou de concorrência desleal, em violação do Tratado de Assunção, do Protocolo de Ouro Preto, dos protocolos e acordos celebrados no marco do Tratado de Assunção, das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum e das Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul.

Artigo 40

Início do trâmite

1. Os particulares afetados formalizarão as reclamações ante a Seção Nacional do Grupo Mercado Comum do Estado Parte onde tenham sua residência habitual ou a sede de seus negócios.

2. Os particulares deverão fornecer elementos que permitam determinar a veracidade da violação e a existência ou ameaça de um prejuízo, para que a reclamação seja admitida pela Seção Nacional e para que seja avaliada pelo Grupo Mercado Comum e pelo grupo de especialistas, se for convocado.

Artigo 41

Procedimento

1. A menos que a reclamação se refira a uma questão que tenha motivado o início de um procedimento de Solução de Controvérsias de acordo com os Capítulos IV a VII deste Protocolo, a Seção Nacional do Grupo Mercado Comum que tenha admitido a reclamação conforme o artigo 40 do presente Capítulo deverá entabular consultas com a Seção Nacional do Grupo Mercado Comum do Estado Parte a que se atribui a violação, a fim de buscar, mediante as consultas, uma solução imediata à questão levantada. Tais consultas se darão por concluídas automaticamente e sem mais trâmites se a questão não tiver sido resolvida em um prazo de quinze (15) dias contado a partir da comunicação da reclamação ao Estado Parte a que se atribui a violação, salvo se as partes decidirem outro prazo.

2. Finalizadas as consultas, sem que se tenha alcançado uma solução, a Seção Nacional do Grupo Mercado Comum elevará a reclamação sem mais trâmite ao Grupo Mercado Comum.

Artigo 42

Intervenção do Grupo Mercado Comum

1. Recebida a reclamação, o Grupo Mercado Comum avaliará os requisitos estabelecidos no artigo 40.2, sobre os quais se baseou sua admissão pela Seção Nacional, na primeira reunião subsequente ao seu recebimento. Se concluir que não estão reunidos os requisitos necessários para dar-lhe curso, rejeitará a reclamação sem mais trâmite, devendo pronunciar-se por consenso.

2. Se o Grupo Mercado Comum não rejeitar a reclamação, esta considerará-se admitida. Neste caso, o Grupo Mercado Comum procederá de imediato à convocação de um grupo de especialistas que deverá emitir um parecer sobre sua procedência, no prazo improrrogável de trinta (30) dias contado a partir da sua designação.

3. Nesse prazo, o grupo de especialistas dará oportunidade ao particular reclamante e aos Estados envolvidos na reclamação de serem ouvidos e de apresentarem seus argumentos, em audiência conjunta.

Artigo 43

Grupo de especialistas

1. O grupo de especialistas a que faz referência o artigo 42.2 será composto de três (3) membros designados pelo Grupo Mercado Comum ou, na falta de acordo sobre um ou mais especialistas, estes serão escolhidos por votação que os Estados Partes realizarão dentre os integrantes de uma lista de vinte e quatro (24) especialistas. A Secretaria Administrativa do Mercosul comunicará

ao Grupo Mercado Comum o nome do especialista ou dos especialistas que tiverem recebido o maior número de votos. Neste último caso, e salvo se o Grupo Mercado Comum decidir de outra maneira, um (1) dos especialistas designados não poderá ser nacional do Estado contra o qual foi formulada a reclamação, nem do Estado no qual o particular formalizou sua reclamação, nos termos do artigo 40.

2. Com o fim de constituir a lista dos especialistas, cada um dos Estados Partes designará seis (6) pessoas de reconhecida competência nas questões que possam ser objeto de reclamação. Esta lista ficará registrada na Secretaria Administrativa do Mercosul.

3. Os gastos derivados da atuação do grupo de especialistas serão custeados na proporção que determinar o Grupo Mercado Comum ou, na falta de acordo, em montantes iguais pelas partes diretamente envolvidas na reclamação.

Artigo 44

Parecer do grupo de especialistas

1. O grupo de especialistas elevará seu parecer ao Grupo Mercado Comum.

i) Se, em parecer unânime, se verificar a procedência da reclamação formulada contra um Estado Parte, qualquer outro Estado Parte poderá requerer-lhe a adoção de medidas corretivas ou a anulação das medidas questionadas. Se o requerimento não prosperar num prazo de quinze (15) dias, o Estado Parte que o efetuou poderá recorrer diretamente ao procedimento arbitral, nas condições estabelecidas no Capítulo VI do presente Protocolo.

ii) Recebido um parecer que considere improcedente a reclamação por unanimidade, o Grupo Mercado Comum imediatamente dará por concluída a mesma no âmbito do presente Capítulo.

iii) Caso o grupo de especialistas não alcance unanimidade para emitir um parecer, elevará suas distintas conclusões ao Grupo Mercado Comum que, imediatamente, dará por concluída a reclamação no âmbito do presente Capítulo.

2. A conclusão da reclamação por parte do Grupo Mercado Comum, nos termos das alíneas (ii) e (iii) do numeral anterior, não impedirá que o Estado Parte reclamante dê início aos procedimentos previstos nos Capítulos IV a VI do presente Protocolo.

CAPÍTULO XII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 45

Acordo ou desistência

Em qualquer fase dos procedimentos, a parte que apresentou a controvérsia ou a reclamação poderá desistir das mesmas, ou as partes envolvidas no caso poderão chegar a um acordo dando-se por concluída a controvérsia ou a reclamação, em ambos os casos. As desistências e acordos deverão ser comunicados por intermédio da Secretaria Administrativa do Mercosul ao Grupo Mercado Comum, ou ao Tribunal que corresponda, conforme o caso.

Artigo 46

Confidencialidade

1. Todos os documentos apresentados no âmbito dos procedimentos previstos neste Protocolo são de caráter reservado às partes na controvérsia, à exceção dos laudos arbitrais.
2. A critério da Seção Nacional do Grupo Mercado Comum de cada Estado Parte e quando isso seja necessário para a elaboração das posições a serem apresentadas ante o Tribunal, esses documentos poderão ser dados a conhecer, exclusivamente, aos setores com interesse na questão.
3. Não obstante o estabelecido no numeral 1, o Conselho do Mercado Comum regulamentará a modalidade de divulgação dos textos e apresentações relativos a controvérsias já concluídas.

Artigo 47

Regulamentação

O Conselho do Mercado Comum aprovará a regulamentação do presente Protocolo no prazo de sessenta (60) dias a partir de sua entrada em vigência.

Artigo 48

Prazos

1. Todos os prazos estabelecidos no presente Protocolo são peremptórios e serão contados por dias corridos a partir do dia seguinte ao ato ou fato a que se referem. Não obstante, se o vencimento do prazo para apresentar um texto ou cumprir uma diligência não ocorrer em dia útil na sede da Secretaria Administrativa do Mercosul, a apresentação do texto ou cumprimento da diligência poderão ser feitos no primeiro dia útil imediatamente posterior a essa data.
2. Não obstante o estabelecido no numeral anterior, todos os prazos previstos no presente Protocolo poderão ser modificados de comum acordo pelas partes na controvérsia. Os prazos previstos para os procedimentos tramitados ante os Tribunais Arbitrais Ad Hoc e ante o Tribunal Permanente de Revisão poderão

ser modificados quando as partes na controvérsia o solicitem ao respectivo Tribunal e este o conceda.

CAPÍTULO XIII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 49

Notificações iniciais

Os Estados Partes realizarão as primeiras designações e notificações previstas nos artigos 11, 18 e 43.2 em um prazo de trinta (30) dias, contado a partir da entrada em vigor do presente Protocolo.

Artigo 50

Controvérsias em trâmite

As controvérsias em trâmite iniciadas de acordo com o regime do Protocolo de Brasília continuarão a ser regidas exclusivamente pelo mesmo até sua total conclusão.

Artigo 51

Regras de procedimento

1. O Tribunal Permanente de Revisão adotará suas próprias regras de procedimento no prazo de trinta (30) dias, contado a partir de sua constituição, as quais deverão ser aprovadas pelo Conselho do Mercado Comum.
2. Os Tribunais Arbitrais Ad Hoc adotarão suas próprias regras de procedimento, tomando como referência as Regras Modelos a serem aprovadas pelo Conselho do Mercado Comum.
3. As regras mencionadas nos numerais precedentes deste artigo garantirão que cada uma das partes na controvérsia tenha plena oportunidade de ser ouvida e de apresentar seus argumentos e assegurarão que os processos se realizem de forma expedita.

CAPÍTULO XIV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 52

Vigência e depósito

1. O presente Protocolo, parte integrante do Tratado de Assunção, entrará em vigor no trigésimo dia a partir da data em que tenha sido depositado o quarto instrumento de ratificação.

2. A República do Paraguai será depositária do presente Protocolo e dos instrumentos de ratificação e notificará aos demais Estados Partes a data de depósito desses instrumentos, enviando cópia devidamente autenticada deste Protocolo ao demais Estados Partes.

Artigo 53

Revisão do sistema

Antes de culminar o processo de convergência da tarifa externa comum, os Estados Partes efetuarão uma revisão do atual sistema de solução de controvérsias, com vistas à adoção do Sistema Permanente de Solução de Controvérsias para o Mercado Comum a que se refere o numeral 3 do Anexo III do

Tratado de Assunção.

Artigo 54

Adesão ou denúncia ipso jure

A adesão ao Tratado de Assunção significará ipso jure a adesão ao presente Protocolo.

A denúncia do presente Protocolo significará ipso jure a denúncia do Tratado de Assunção.

Artigo 55

Derrogação

1. O presente Protocolo derroga, a partir de sua entrada em vigência, o Protocolo de Brasília para a Solução de Controvérsias, adotado em 17 de dezembro de 1991 e o Regulamento do Protocolo de Brasília, aprovado pela Decisão CMC 17/98.

2. Não obstante, enquanto as controvérsias iniciadas sob o regime do Protocolo de Brasília não estejam concluídas totalmente e até se completarem os procedimentos previstos no artigo 49, continuará sendo aplicado, no que corresponda, o Protocolo de Brasília e seu Regulamento.

3. As referências ao Protocolo de Brasília que figuram no Protocolo de Ouro Preto e seu Anexo, entendem-se remetidas, no que corresponda, ao presente Protocolo.

Artigo 56

Idiomas

Serão idiomas oficiais em todos os procedimentos previstos no presente Protocolo o português e o espanhol.

Feito na cidade de Olivos, Província de Buenos Aires, República Argentina aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e dois, em um original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA ARGENTINA

EDUARDO DUHALDE

CARLOS RUCKAUF

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

CELSO LAFER

PELA REPÚBLICA DO PARAGUAI

LUIZ GONZALES MACCHI

JOSÉ ANTÔNIO MORENO RUFFINELLI

PELA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

JORGE BATTLE IBAÑEZ

DIDIER OPERTTI

ANEXO VIII

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 30/05: REGRAS DE PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL PERMANENTE DE REVISÃO

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, o Protocolo de Olivos e as Decisões Nº 37/03, 26/04, 30/04 e 01/05 do Conselho do Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que o Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias estabeleceu o Tribunal Permanente de Revisão (TPR).

Que para o funcionamento desse Tribunal é necessário aprovar suas Regras de Procedimento.

Que essas Regras de Procedimento assegurarão o funcionamento efetivo do Tribunal, contribuindo assim à consecução dos objetivos perseguidos pelo Protocolo de Olivos.

Que, de acordo, com o artigo 51, inciso 1, do referido Protocolo o Conselho do Mercado Comum, aprovará as Regras de Procedimento adotadas pelo TPR.

**O CONSELHO DO MERCADO COMUM
DECIDE:**

Art. 1 - Aprovar as “Regras de Procedimento do Tribunal Permanente de Revisão”, elaboradas pelo Tribunal Permanente de Revisão em conformidade com o estabelecido no artigo 51 do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no MERCOSUL, que consta como anexo e faz parte da presente Decisão.

Art. 2 - A presente Resolução não necessita ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes, por regulamentar aspectos da organização ou do funcionamento do MERCOSUL.

XXIX CMC – Montevideu, 08/XII/0

ANEXO

**REGRAS DE PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL PERMANENTE DE REVISÃO
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Artigo 1 - Definições:

Nas disposições destas Regras de Procedimento se entenderá por:

- PO: O Protocolo de Olivos sobre a Solução de Controvérsias no MERCOSUL.
- POP: O Protocolo de Ouro Preto e seu Anexo.
- Regulamento: o Regulamento do Protocolo de Olivos sobre a Solução de Controvérsias no MERCOSUL.
- Regras: as Regras de Procedimento do Tribunal Permanente de Revisão.

- TPR: O Tribunal Permanente de Revisão, o qual deverá estar integrado pela totalidade de seus Membros, conforme for o caso, respeitado o disposto no Protocolo de Olivos.
- ÁRBITROS do TPR: Os integrantes do Tribunal Permanente de Revisão.
- ST: A Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão.
- SM: A Secretaria Administrativa do MERCOSUL.
- TAH: O Tribunal Ad Hoc do MERCOSUL.
- Estado Parte e Parte: Os Estados Partes no Protocolo de Olivos sobre a Solução de Controvérsias no MERCOSUL.
- Estado Parte e parte: A parte em uma controvérsia.
- CEU: Os casos excepcionais de urgência.

I. REGRAS INTRODUTÓRIAS

Artigo 2 - Funções do TPR

(1) O TPR estabelecido no PO é o órgão constituído como instância jurisdicional para conhecer e resolver em matéria de:

- Opiniões consultivas;
- Revisão do laudo do TAH apresentado por qualquer das partes, exceto aqueles emitidos com base nos princípios *ex aequo et bono*;
- Atuação em única instância em controvérsias;
- Casos em que os Estados Partes ativem o procedimento estabelecido para as medidas excepcionais de urgência;

(2) O TPR poderá divulgar informações sobre sua atuação e para tanto poderá solicitar a colaboração da Secretaria do MERCOSUL.

Artigo 3 - Independência do TPR

O TPR atuará, em todos os casos em que exerça suas atribuições específicas, como um órgão do MERCOSUL independente dos demais que conformam a organização institucional, sujeitando-se ao estabelecido no Artigo 35 do PO.

Artigo 4 - Composição

O TPR terá caráter permanente, e seus integrantes estarão disponíveis para atuar quando necessário.

O mandato dos integrantes se contará a partir da respectiva designação pelo órgão competente do MERCOSUL.

O mandato dos integrantes do primeiro TPR se contará a partir de sua instalação, em 13 de Agosto de 2004.

Artigo 5 - Imunidades e privilégios

Os integrantes do TPR, o Secretário e os funcionários gozarão, para o adequado cumprimento de suas funções, das imunidades e privilégios reconhecidos pelo Acordo de Sede entre a República do Paraguai e o Mercado Comum do Sul para o funcionamento do Tribunal Permanente de Revisão.

Artigo 6 - Sessões

As sessões do TPR requererão a participação dos integrantes titulares, no número exigido para seu funcionamento. Os suplentes substituirão automaticamente aos titulares, de forma temporária ou definitiva no caso de incapacidade ou de impedimento do titular, devidamente comprovado por escrito perante o TPR. A intervenção do Árbitro suplente, por convocação do TPR, poderá dar-se em qualquer momento do procedimento.

O TPR deverá funcionar com o número de integrantes que em cada caso o PO requeira.

Artigo 7- Decisões jurisdicionais e consultivas

As decisões adotadas em reuniões plenárias do TPR denominar-se-ão laudos, resoluções, decisões ou opiniões consultivas, conforme o caso, e serão enumeradas correlativamente.

O TPR reunir-se-á para resolver os casos que cheguem a seu conhecimento em qualquer dos âmbitos de atuação enumerados no Artigo 2.1 dessas Regras de Procedimento. Além disso, poderá reunir-se para tratar questões de funcionamento, com conhecimento dos Estados Partes, com o objetivo de que se verifique a disponibilidade orçamentária.

Artigo 8 - Presidência do TPR

O Presidente do TPR exercerá as funções administrativas e de representação do TPR.

Para tanto, a Presidência do TPR será exercida de forma rotativa de acordo com a ordem alfabética dos Estados Partes com o Quinto Árbitro. A rotação iniciar-se-á com o Quinto Árbitro seguindo-se, a rotatividade na forma anteriormente mencionada nestas Regras de Procedimento.

Cada Presidência durará 1 ano. Esse procedimento se iniciará a partir da data de aprovação destas Regras de Procedimento.

No caso de impossibilidade para o exercício, a Presidência será exercida pelo sucessor, de acordo com a ordem de rotatividade prevista.

Para as questões jurisdicionais, opiniões consultivas e casos excepcionais de urgência aplicar-se-á o disposto nos Artigos 6, 33 e 34 do Regulamento; e o Artigo 4 da Decisão CMC Nº 23/04.

Artigo 9 - Sede

A Sede do TPR é a cidade de Assunção. Não obstante, por razões fundamentadas, na impossibilidade do TPR reunir-se em Assunção, por algum motivo excepcional, poderá ocasionalmente reunir-se em outras cidades do MERCOSUL.

Artigo 10 - Idioma

Os idiomas que serão utilizados nas atuações são indistintamente os oficiais do MERCOSUL, de acordo com o Artigo 46 do POP e o Artigo 56 do PO.

Artigo 11 - Direito aplicável

O Direito aplicável será aquele determinado no Artigo 34 do PO e nas fontes jurídicas do MERCOSUL definidas no Artigo 41 do POP.

Para as controvérsias que devem ser decididas ex aequo et bono, aplicar-se-á o disposto no Artigo 34, numeral 2 do PO.

II – PROCEDIMENTO

Artigo 12 - Disposições gerais

(A) O procedimento do TPR reger-se-á pelas regras fixadas no PO, no seu Regulamento, no POP e nas presentes Regras.

(B) O TPR terá todas as atribuições conferidas nos referidos instrumentos e, além disso, poderá ditar as instruções e ordens necessárias para o cumprimento de suas atribuições.

(C) As decisões do TPR não contempladas no PO e seus Regulamentos, serão sempre adotadas por maioria simples.

Artigo 13 - Confidencialidade

Toda a documentação e os trâmites realizados, bem como as reuniões do TPR, terão caráter reservado com exceção do laudo, das opiniões consultivas e das decisões nos casos excepcionais de urgência. Será exigido dos funcionários da ST e das pessoas que atuem em tarefas vinculadas com o TPR, a observância de tais condições de reserva.

Artigo 14 - Secretaria do Tribunal e Notificações

A Secretaria do TPR estará a cargo de um Secretário, que será nacional de qualquer dos Estados Partes e deverá reunir os requisitos estabelecidos pelo Artigo 35 do Regulamento do PO. Terá a tarefa de assistir ao TPR e a Presidência no cumprimento de suas respectivas funções.

O Secretário será designado pelo Conselho do Mercado Comum, por proposta do TPR e permanecerá dois (2) anos em suas funções.

A ST coordenará o apoio administrativo ao TPR, as notificações formais e as comunicações às Partes, de acordo com o PO, o Regulamento e as Regras.

(A) As comunicações formais entre os integrantes quando o TPR não estiver reunido, serão feitas na forma indicada para as notificações e comunicações, utilizando meios idôneos para as comunicações à distância.

(B) As notificações e comunicações às Partes serão encaminhadas aos respectivos representantes no domicílio constituído em Assunção e serão feitas pelos meios idôneos.

Até a nomeação dos representantes, as notificações e as comunicações serão encaminhadas aos respectivos Coordenadores Nacionais do Grupo Mercado Comum.

(C) As notificações e comunicações às Partes se realizarão por intermédio da ST, a pedido do TPR.

(D) O expediente será conformado com os trâmites realizados nessa instância.

(E) As atas resumidas das reuniões do TPR manifestando suas decisões, será numerada correlativamente e serão registrados em um livro criado especialmente para esse fim.

(F) A ST cumprirá e determinará o cumprimento de todas as funções enumeradas no Artigo 35 do Regulamento e as demais inerentes a seu cargo.

Artigo 15 - Representação e Assessoramento

As partes designarão seus representantes perante o TPR. Esses representantes poderão ser substituídos mediante aviso prévio à outra parte e ao TPR.

(A) Corresponderá aos representantes apresentar documentos, formular petições, realizar exposições, e em geral, realizar todas as atuações necessárias perante o TPR.

(B) Os representantes poderão ser acompanhados por Assessores que atuarão sob sua responsabilidade.

Artigo 16 - Contagem dos prazos

Todos os prazos, estabelecidos para as partes e o TPR, são peremptórios e serão contados por dias corridos a partir do dia seguinte ao ato ou fato a que se referem.

(A) Se o vencimento do prazo para apresentar um documento ou o cumprimento de uma diligência ocorrer em um dia que não seja útil na Sede, deverá ser realizado no primeiro dia útil imediatamente posterior a essa data.

(B) O TPR, no uso de suas faculdades, poderá suspender ou prorrogar os prazos a pedido de todas as partes.

Artigo 17 - Trabalhos do TPR

(A) O Presidente, se for o caso, presidirá e dirigirá as audiências, deliberações e o ordenará por si só providências de mero trâmite e realizará as demais tarefas que o TPR decida atribuir-lhe encomendar, aos demais integrantes informados.

(B) As deliberações e decisões do TPR requererão a participação da totalidade de seus membros de acordo com o caso, exceto nos casos previstos no literal 1 do presente artigo.

III - APRESENTAÇÃO ESCRITA E ORAL

Artigo 18 – Textos de Apresentação e Resposta

O texto de apresentação ante o TPR, com o Recurso de Revisão e o pedido de Esclarecimento, baseia-se nas questões que forem consideradas nas etapas prévias.

(A) O Recurso de Revisão será limitado às questões de direito tratadas na controvérsia e às interpretações jurídicas desenvolvidas no Laudo do TAH.

(B) Recebido o Recurso de Revisão o mesmo será transmitido para a outra parte, quem terá direito a respondê-lo no prazo de 15 dias. Se não o fizer, o trâmite seguirá sem a resposta, após a notificação ao Estado Parte afetado.

(C) Quando atuar como Instância única, o TPR regular-se-á, no que corresponder, pelo disposto nos artigos 18, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 40 e 41 do Regulamento, e as funções atribuídas à SM nas referidas normas, serão cumpridas pela ST.

(D) Nos casos excepcionais de urgência, o Estado Parte peticionante apresentará por escrito perante a ST seu pedido, cujo conteúdo deverá ajustar-se ao estipulado no Artigo 3º da Dec. CMC Nº 23/04. O pedido deverá ser levado ao conhecimento do TPR e notificado à parte contrária que poderá apresentar as alegações que considere pertinente por escrito. Para tanto disporá de um prazo de 3 dias.

(E) Quando as Partes solicitem Esclarecimento de um laudo, aplicar-se-á ao disposto no Artigo 28 do PO.

Artigo 19 - Objeto da controvérsia

O objeto da controvérsia será constituído pelos fatos, atos, omissões, descumprimentos ou medidas questionadas pela parte demandante por considerá-los incompatíveis com a normativa MERCOSUL, que sejam especificados nos respectivos textos apresentados perante o TAH ou se for o caso de forma direta ao TPR.

Artigo 20 - Procedimento para as apresentações

Todos os textos e as provas serão apresentados à ST, que deverá fornecer e atestar seu recebimento e informar imediatamente ao TPR.

(A) O TPR providenciará as notificações necessárias para que as Partes tenham pleno e oportuno conhecimento de referidos textos e provas.

(B) Os textos, documentos e comunicações ao TPR devem apresentar-se em cinco (5) ou sete (7) exemplares (de acordo a constituição do TPR) a ST, que reservará um, enviando os demais a parte contrária e aos integrantes do TPR.

Artigo 21 - Provas

Quando o TPR atuar como instância única, as partes anexarão com seus textos as provas documentais de que disponham e proporá outras provas não disponíveis nesse momento, solicitando seu diligenciamento.

O TPR decidirá sobre a admissibilidade e a pertinência das provas apresentadas e propostas e decidirá o prazo razoável para seu diligenciamento, que não poderá exceder a trinta (30) dias.

(A) O TPR poderá:

a) requerer que as partes apresentem dentro do prazo que determine, documentos adicionais ou que completem outras provas já apresentadas ou propostas que coincidirem necessárias; e

b) determinar, após notificação das partes, a apresentação de toda a prova que considere necessária, dentro do prazo que estabeleça.

(B) Se as partes tiverem apresentado prova testemunhal ou caso pericial, o TPR ouvirá as declarações e os peritos sob juramento e compromisso com a verdade. As partes terão direito a assistir à mencionada audiências para controle das provas ou pedidos esclarecimentos.

(C) Excepcionalmente, o TPR, antes de emitir um Laudo, poderá determinar, como medida de instrução, a produção e o diligenciamento de novas provas.

(D) O Tribunal poderá declarar a questão de puro direito e decidir a controvérsia sem mais trâmite.

Artigo 22 - Meios de prova admissíveis

Serão admitidos como meio de prova, entre outros que o TPR julgue pertinente:

a) declaração das partes

b) pedido de informação e a apresentação de documentos

c) parecer de peritos; e

d) inspeção in loco.

Tudo isso sem prejuízo do estabelecido no Artigo seguinte.

Artigo 23 - Admissibilidade e diligenciamento das provas

(A) O Tribunal resolverá sobre a admissibilidade, pertinência e valor das provas apresentadas ou proposta, cabendo às partes cooperar com o TPR na produção das mesmas.

(B) Se as partes apresentarem prova testemunhal ou pericial, o TPR ouvirá os testemunhos e peritos na presença de ambas as partes. O comparecimento dos testemunhos e os peritos perante o TPR e os gastos que decorrem serão custeados pelas partes que tiverem apresentado as provas.

(C) Se a perícia for decidida pelo TPR, este determinará a quem compete custear os gastos com a eventual participação do perito na urgência e com honorários bem como as partes obrigadas a aboná-los, conjuntamente com os gastos.

Artigo 24 - Audiência de prova

(A) O TPR marcará uma audiência para receber as provas testemunhais e as periciais se houver.

(B) As partes serão notificadas da data, hora e lugar da audiência com uma antecipação de sete (7) dias como mínimo.

(C) Na referida sessão o TPR e as partes formularão as perguntas que considerem pertinentes às testemunhas e aos peritos, se for o caso.

(D) A ST elaborará uma ata que conterá as declarações e demais provas diligenciadas durante a audiência.

Artigo 25 - Alegação final

Terminado o período probatório, as partes poderão apresentar por escrito sua alegação final no prazo de sete (7) dias.

Artigo 26 - Respostas escritas

Durante todo o procedimento, o TPR poderá apresentar perguntas oralmente ou por escrito, solicitar documentação adicional às partes e fixar os prazos para o recebimento dessas respostas escritas ou da documentação solicitada. As perguntas, respostas e documentação solicitadas a uma parte deverão ser notificadas à outra parte. O TPR também poderá adotar as medidas de instrução que considere necessárias.

IV- LAUDO

Artigo 27 - Forma de laudo

a) O laudo do TPR, no recurso de revisão, será emitido por escrito dentro no prazo estabelecido no artigo 21 do PO.

b) Nos casos em que atue como instância única, o TPR reger-se-á pelo estabelecido nos artigos 16 e 23 do PO.

O laudo será adotado por maioria, será fundamentado e assinado pelos três ou os cinco integrantes, de acordo a constituição do TPR. Não se poderá fundamentar votos em dissidência. Será mantida a confidencialidade da votação. O laudo deverá incluir necessariamente os elementos previstos no artigo 40.1.i do Regulamento. Será publicado no Boletim Oficial do MERCOSUL, na página eletrônica da ST e na da SM.

Artigo 28 - Efeito do laudo

O laudo é inapelável e obrigatório para todas as partes a partir da respectiva notificação.

(A) Terá força de coisa julgada e deverá cumprir-se na forma e com o alcance com que foi ditado.

(B) Se não for definido um prazo, o Laudo deverá cumprir-se dentro dos trinta (30) dias seguintes à data de sua notificação.

(C) Caso as partes solicitem esclarecimento do laudo ou interpretação sobre a forma de cumpri-lo, o TPR poderá outorgar prazo adicional para seu cumprimento.

Artigo 29 - Esclarecimento do laudo

Dentro dos quinze (15) dias da notificação do laudo, qualquer das partes poderá solicitar um esclarecimento do mesmo ou diretrizes adicionais sobre a forma de cumpri-lo. O TPR deverá pronunciar-se dentro dos quinze (15) dias seguintes ao pedido.

V – DISPOSIÇÃO FINAL

Artigo 30 - Disposição final

O presente Regulamento entrará em vigência a partir de sua aprovação pelo Conselho do Mercado Comum.